

CRISTINA RÖRIG

**UMA MARCA DE ALTERIDADE NA LINGUAGEM:
A PERGUNTA SOB UM OLHAR SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVO**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras, na área de concentração de Linguística, ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica – PUCRS.

Orientadora: Profa. Dr. Leci Borges Barbisan

Porto Alegre
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R787m Rörig, Cristina

Uma marca de alteridade na linguagem : a pergunta sob um olhar semântico-argumentativo / Cristina Rörig. – Porto Alegre, 2012.

140 f.

Tese (Doutorado) – Fac. de Letras, PUCRS.

Orientador: Profa. Dr. Leci Borges Barbisan.

1. Linguística. 2. Semântica. 3. Análise do Discurso.
4. Polifonia. 5. Alteridade. 6. Enunciado Interrogativo.
7. Argumentação. I. Barbisan, Leci Borges. II. Título.

CDD 418.2

Bibliotecária Responsável: Dênira Remedi – CRB 10/1779

CRISTINA RÖRIG

**UMA MARCA DE ALTERIDADE NA LINGUAGEM:
A PERGUNTA SOB UM OLHAR SEMÂNTICO-
ARGUMENTATIVO**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 4 de janeiro de 2012

BANCA EXAMINADORA:



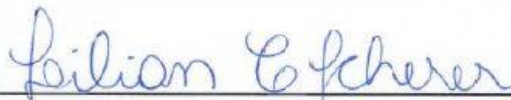
Profa. Dr. Leda Bisol - PUCRS



Profa. Dr. Tania Maris de Azevedo - UCS



Profa. Dr. Terezinha Marlene Lopes Teixeira- UNISINOS



Profa. Dr. Lillian Cristine Scherer - PUCRS



Profa. Dr. Maria da Glória Corrêa di Fanti - PUCRS

AGRADECIMENTOS

A Deus por esta vida, a qual tem me proporcionado vários encontros em que pude esbarrar em pessoas que me oferecem acalanto, companheirismo, amizade, oportunidades de crescimento pessoal e profissional.

Meu primeiro grande encontro deu-se com meus pais, Waldomiro e Martha, meu berço de amor. Muito obrigada por estarem sempre comigo e por terem me dado dois “espelhos”, meu irmão Luís Fernando e minha irmã Alice.

Outra pessoa especial a quem me uni e com quem compartilho amor é meu querido Ricardo. Muito obrigada, Ricardo, pela compreensão, apoio e encorajamento constantes durante a escrita de minha tese.

Quantos aos encontros *acadêmicos*, destaco aquele com a estimada professora Leci Borges Barbisan, que orientou este trabalho e tem me oferecido possibilidades de olhar para mim mesma ao estudar o universo maravilhoso que é a linguagem. Muito obrigada por tantas oportunidades de crescimento pessoal e profissional.

Em um momento único, ao trilhar o estágio doutoral na França, conheci a professora Marion Carel, a quem sou grata pela acolhida e oportunidade de crescimento intelectual. *Merci beaucoup, Madame Carel.*

Na minha história acadêmica, também tive a sorte de esbarrar em pessoas maravilhosas, com as quais aprendi, além de questões teóricas, um pouco mais sobre amizade. Agradeço aos professores, colegas e amigos que compartilharam momentos de discussões em aulas e nas reuniões de pesquisa do Núcleo de Estudos do Discurso.

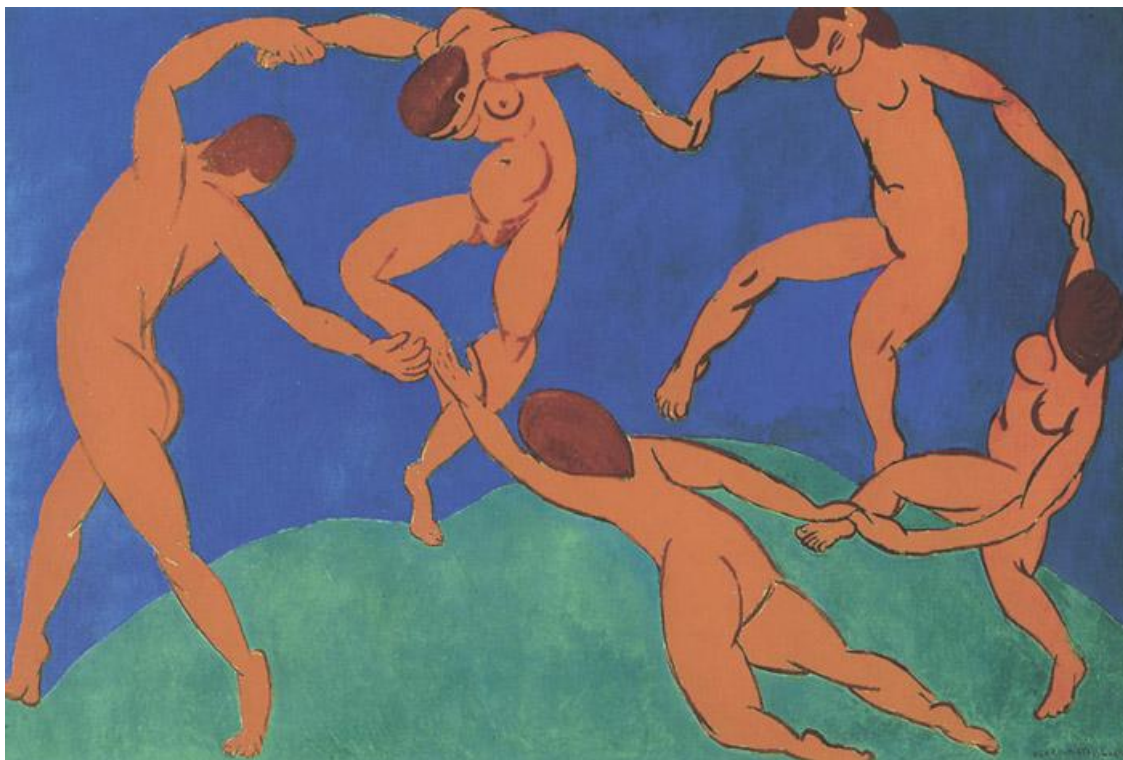
Considero todos esses encontros significativos, mas preciso ressaltar alguns especiais, entre os quais, com os colegas e amigos Aline, Cláudio, Érica, Joseline e Paula, e com a professora Eliana. Muito obrigada, ao dialogar com vocês pude expressar o que sou e o que sinto, além do que eu penso!

Agradeço também à coordenação, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Pontifícia Universidade Católica, RS.

Ao CNPq pela bolsa concedida para os estudos de doutorado no Brasil.

À CAPES pela bolsa sanduíche para o estágio doutoral realizado em Paris.

O resultado dessas aproximações é o que me constitui.



MATISSE, Henri. *Danse*. 1953.

*[...] o que somos, nosso rosto e nossa alma, nós o vemos e
conhecemos ao olhar o olho e a alma do outro.*

Jean Pierre Vernant

RESUMO

Pela presente tese, objetiva-se descrever enunciativamente a pergunta no discurso (especificamente a utilizada como título), e buscar o sentido argumentativo construído a partir desse enunciado interrogativo. Para tanto, utiliza-se um *corpus* de seis artigos de opinião, retirados de exemplares de um jornal. Como primeira etapa metodológica, são identificados os encadeamentos que constituem o enunciado interrogativo, formado ou por palavras, ou por sintagmas, ou por encadeamentos de enunciados. Em sequência, são evidenciadas as relações constituídas entre esses encadeamentos e aqueles relacionados às resposta(s) ou sequência(s) discursiva(s) a partir dos pressupostos da Teoria dos Blocos Semânticos (CAREL; DUCROT, 2005; DUCROT; CAREL, 2008). Por fim, são analisadas as atitudes do locutor frente aos conteúdos argumentativos e os modos de enunciação possibilitados pelo discurso do locutor a fim de compreender seu ponto de vista, pela perspectiva da Teoria Argumentativa Polifônica (CAREL; DUCROT, 2010; CAREL, 2010; 2011a; 2011b). Como conclusão, ao voltar o olhar para as análises discursivas, tem-se que o debate polifônico permite ver o sentido do enunciado por sua alteridade constitutiva, considerando-se que há um diálogo cristalizado entre vozes correspondentes aos aspectos argumentativos em cada discurso. Além disso, as análises desta tese evidenciam a necessidade da compreensão da relação entre as palavras e os enunciados para a construção do sentido discursivo, mostrando que há uma interdependência semântica entre a pergunta e a resposta, levando ao entendimento do(s) ponto(s) de vista com o(s) qual(is) o locutor se compromete em seu discurso.

Palavras-chave: Semântica Linguística. Polifonia. Alteridade. Enunciado interrogativo.

RÉSUMÉ

Cette thèse a le but de décrire d'une forme énonciative la question dans le discours (spécifiquement celle utilisée comme titre), et aussi de chercher le sens argumentatif construit à partir de cet énoncé interrogatif. Pour faire cette étude, on utilise un *corpus* de six articles d'opinion, retirés d'exemplaires d'un journal. Dans le premier étage méthodologique, les enchaînements qui constituent l'énoncé interrogatif sont identifiés, formés ou par les mots, ou par les syntagmes, ou par les enchaînements des énoncés. Ensuite, les rapports constitués entre ces enchaînements et ceux liés à la(es) réponse(s) ou la(les) suite(s) discursive(s) sont posés en évidence à partir des présupposés de la Théorie des Blocs Sémantiques (CAREL; DUCROT, 2005; DUCROT; CAREL, 2008). Finalement, les attitudes du locuteur par rapport aux contenus argumentatifs et les modes d'énonciation possibles par le discours du locuteur sont analysés afin de comprendre son point de vue, par la perspective de la Théorie Argumentative de la Polyphonie (CAREL; DUCROT, 2010; CAREL, 2010; 2011a; 2011b). Dans un regard par les analyses discursives, comme une conclusion, on a un débat polyphonique qui est capable de permettre de voir le sens de l'énoncé par son altérité constitutive, en considérant qu'il y a un dialogue cristallisé entre voix correspondantes aux aspects argumentatifs en chaque discours. Encore, les analyses de cette thèse posent en évidence le besoin de la compréhension du rapport entre les mots et les énoncés par la construction du sens discursif, en montrant qu'il y a une interdépendance sémantique entre la question et la réponse, en portant à la compréhension de(s) point(s) de vue, au(x)quel(s) le locuteur s'engage à son discours.

Mots-clés: Sémantique Linguistique. Polyphonie. Altérité. Énoncé Interrogatif.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- A - Aspecto Argumentativo
- AE - Argumentação Externa
- AI - Argumentação Interna
- ANL – Teoria da Argumentação na Língua
- BS - Bloco Semântico
- C – Conteúdo Argumentativo
- CLG – Curso de Linguística Geral
- CON – Conector
- D – discurso
- DC – *Donc* (portanto)
- E – Enunciador
- EA - Encadeamento argumentativo
- L – Locutor
- PT – *Pourtant* (no entanto)
- TAP – Teoria Argumentativa da Polifonia
- TBS - Teoria dos Blocos Semânticos
- X – segmento suporte do encadeamento argumentativo
- Y – segmento aporte do encadeamento argumentativo
- λ – Sujeito empírico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 O <i>OUTRO</i> NO DISCURSO: DE PLATÃO A SAUSSURE, BENVENISTE E DUCROT	16
2.1 A BASE FILOSÓFICA: A ALTERIDADE	16
2.2 DIÁLOGOS COM SAUSSURE: O CONCEITO DE RELAÇÃO E A ALTERIDADE	19
2.3 DIÁLOGOS COM BENVENISTE: SUBJETIVIDADE, INTERSUBJETIVIDADE E ALTERIDADE	25
2.4 O CONCEITO DE LINGUAGEM PELA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA	30
2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TEORIAS	31
3 QUADRO TEÓRICO: A ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA	34
3.1 A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS	34
3.1.1 A hipótese do bloco semântico	37
3.1.2 O enunciado pela TBS	40
3.1.3 Algumas considerações sobre as hipóteses internas à TBS	41
3.2 A TEORIA ARGUMENTATIVA DA POLIFONIA	42
3.2.1 As atitudes do locutor frente aos conteúdos	44
3.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS HIPÓTESES INTERNAS À ANL ...	46
4 A PERGUNTA NO DISCURSO: CAMINHOS POSSÍVEIS	48
4.1 UM OLHAR SOBRE A FILOSOFIA DA LINGUAGEM	50
4.1.2 A pergunta e os atos de fala	53
4.2 A PERSPECTIVA SEMIOLINGUÍSTICA	56
4.2.1 A pergunta pela semiolinguística	59
4.3 A TEORIA DAS OPERAÇÕES ENUNCIATIVAS	61
4.3.1 A pergunta sob a ótica das operações enunciativas.....	65
4.4 REFLEXÕES FINAIS	67

5 A PERGUNTA PELA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA	68
5.1 A PERGUNTA TOTAL PELA FORMA <i>STANDARD</i>	68
6 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E ANÁLISES	78
6.1 HIPÓTESES DE PESQUISA	79
6.2 ETAPAS DAS ANÁLISES	79
6.3 ANÁLISES	82
6.3.1 Análise do discurso 01	82
6.3.2 Análise do discurso 02	87
6.3.3 Análise do discurso 03	91
6.3.1 Análise do discurso 04	96
6.3.1 Análise do discurso 05	103
6.3.1 Análise do discurso 06	107
6.4 OBSERVAÇÕES E CORRELAÇÕES TEÓRICAS SOBRE AS ANÁLISES	114
6.4.1 Por um valor argumentativo-polifônico da pergunta	114
6.4.1.1 As relações a partir dos encadeamentos argumentativos evocados pela pergunta	115
6.4.1.2 As relações a partir do debate polifônico estabelecido pela pergunta: a alteridade	120
6.4.1.3 A significação da pergunta no discurso	127
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	134

1 INTRODUÇÃO

Estrangeiro: Bem, qual seria um bom começo para um arriscado discurso? Ah, meu rapaz, creio que o caminho que certamente devemos tomar é o seguinte...

PLATÃO, Sofista



*Claude Monet
Ala do jardim de Giverny*

A escrita desta tese é motivada pelo encanto pela linguagem. Há algum tempo sentimo-nos desafiados pelos estudos linguísticos, e, dos ainda incipientes estudos de graduação, aventuramos um primeiro olhar sobre a argumentação. Naquela investigação, escrevemos uma monografia a fim de corroborar a impossibilidade da objetividade na linguagem, analisando textos científicos, sob a orientação da professora Dr. Adila Naud de Moura. Sabíamos não ser possível concordar com um caráter objetivo da linguagem, no entanto, ainda não compreendíamos muito bem o porquê disso.

Porém, ao continuarmos os estudos linguísticos, realizamos um curso de especialização, vindo a descobrir, por meio, principalmente, do professor Dr. Valdir do Nascimento Flores, a importância de Ferdinand de Saussure e de Émile Benveniste para o estudo da linguagem. Em Saussure (2000), a partir do conceito de signo linguístico e da noção de valor, *uma coisa é o que outra não é*, compreendemos a importância da língua. De Benveniste (2005), destacamos a reflexão sobre a subjetividade. O homem se constitui como sujeito na e pela linguagem, uma vez que ela fundamenta o conceito de *ego* na sua realidade que é a do *ser*: “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem” (BENVENISTE, 2005, p. 285).

Como dissemos, esse deslumbramento pela linguagem nos afeta profundamente e nos desafia enquanto linguistas, levando-nos a querer saber o que está por trás das palavras, do dito, a encontrar o sentido, o sentido de ser e do nosso ser. Motivados por essas novas possibilidades de analisar a linguagem, iniciamos o curso de mestrado em linguística. Neste

desafio, encontramos com a professora Dr. Leci Borges Barbisan, que, em seu grupo de pesquisas “A argumentação no discurso” e em suas disciplinas, possibilitou-nos ampliar nosso conhecimento sobre o campo da enunciação, especialmente, ao introduzir-nos à Teoria da Argumentação na Língua (ANL), de Oswald Ducrot e colaboradores. Pela ANL, somos instigados a também pensar a linguagem sob um viés filosófico, pelo princípio de alteridade, do qual a teoria não se afasta em todo seu desenvolvimento.

O pensar a linguagem pela alteridade é revelado por Ducrot (2009b), ao fazer uma reflexão sobre Platão. Esse filósofo grego concebia a alteridade, o *outro*, como possibilidade, e a entendia como uma das propriedades gerais das ideias ou formas. O Outro coexistiria, segundo Platão, com as propriedades do Movimento, do Repouso, do Mesmo e do Ser. Porém, o Outro possui uma natureza singular — aquilo que faz cada coisa ser *outra* com respeito às demais. Assim, as coisas são múltiplas e diversas entre si. A existência própria do *não-ser* não existe em sentido absoluto, mas de modo relacional — o *não-ser* só existe enquanto uma coisa *não é outra*. “O Movimento é aquilo que ele é, pelo fato de que ele é outro, diferente do Repouso, do Mesmo...etc” (DUCROT, 2009b, p. 10).

Nesta tese, propomos a realização de um estudo enunciativo por meio da ANL, considerando sempre o princípio da alteridade subjacente a essa teoria. Levando em conta a amplitude dos fenômenos da linguagem e do tema da alteridade, delimitamos nossa pesquisa à investigação de uma forma discursiva: a pergunta.

A pergunta ou interrogação é um fenômeno de preocupação teórica tanto da linguística, quanto de outras áreas, entre elas a lógica, a filosofia, a psicologia e até mesmo a antropologia (MEYER, 1981). Para alguns, o *perguntar* é uma realidade fundamental do espírito humano, sobre a qual outras realidades se articulam. A pergunta faz parte da vida, tanto de nossos atos mais cotidianos quanto na elaboração de problemas filosóficos, e decorre das situações com que nos deparamos no mundo. Como consequência, há um interesse pelo par pergunta-resposta como representação de uma forma de nossa racionalidade, de nossa constituição enquanto seres.

Além de recortar a pergunta como objeto, foi-nos necessário definir qual de seus usos seria nosso tema de investigação. Optamos pelo uso da pergunta em discursos na língua escrita, especialmente em textos de jornais e revistas, apresentando-se esse tipo de enunciado como um uso *repetível* de uma estrutura linguística. Dessa forma, a nossa tese consiste na descrição de como a pergunta orienta a organização do discurso que a segue para a construção de sentido no discurso, tendo em conta as características argumentativas e polifônicas desse tipo de enunciado. Para isso, tomaremos como objeto de estudos o enunciado interrogativo,

não considerado isoladamente, como unidade de sentido, mas como parte constitutiva do discurso, com relações internas entre seus segmentos e relações externas com outros enunciados no discurso.

Uma última justificativa para a descrição da pergunta deve-se a termos observado, em nossa revisão bibliográfica sobre o assunto, que os trabalhos sobre esse tópico, apesar de serem bastante desenvolvidos em pesquisas na França (ANSCOMBRE, DUCROT, 1983; KERBRAT-ORECCHIONI, 1991; SPINOLA, 2000; 2005; DUCROT, 2005b; ROSSARI, 2005), são em pequeno número em se tratando dos estudos enunciativos no Brasil. Na revisão que fizemos no banco de dados de teses e dissertações da CAPES, sobre o tema da pergunta concernente ao campo enunciativo, encontramos apenas os trabalhos de Souza (2006) e Aranha (2007), que abordam a pergunta pela Semiologia e pela ANL em interface com a Retórica, respectivamente.

Para desenvolvermos nossa tese sobre a pergunta no discurso, reiteramos assumir a perspectiva da Teoria da Argumentação na Língua (ANL), de Oswald Ducrot e colaboradores, tomando por base, principalmente, os pressupostos da Teoria dos Blocos Semânticos (DUCROT; CAREL, 1999; CAREL; DUCROT, 2005; DUCROT; CAREL, 2008) e da Teoria Polifônica da Argumentação (CAREL; DUCROT, 2010; CAREL, 2010; CAREL, 2011a; 2011b). Sendo uma teoria enunciativa, a ANL mostra a vinculação entre o sistema, o seu emprego e estuda o sentido construído por um *eu*, que faz uso da língua para se enunciar a um *tu*. Ao se analisar um discurso pela ANL, é possível verificar como as palavras e enunciados se relacionam, bem como apreender o percurso linguístico traçado pelo locutor para argumentar para seu alocutário, sendo esses dois seres discursivos. Em nosso propósito, essa perspectiva possibilita descrever como a pergunta orienta a construção de sentido no discurso.

Ao focalizar o linguístico e ao tomar como objeto de estudo o uso da língua, a ANL filia-se principalmente a duas vertentes teóricas: o saussurianismo e a enunciação, tomados com vistas à criação de uma semântica linguística. Do saussurianismo, a ANL elege principalmente a noção de relação, mas também os conceitos de língua e fala. Do ponto de vista enunciativo, embora aceite as noções de pessoa, tempo e espaço (*eu/tu— agora—aqui*), tais como podem ser encontradas nos trabalhos de Benveniste (2005), a ANL serve-se de uma concepção própria de enunciação.

Ao identificar um *locutor* produtor de discurso para um *alocutário*, a ANL caracteriza-se como enunciativa, e na relação de alteridade entre locutor/alocutário e locutor/pontos de vista, o locutor argumenta. Argumentar é orientar em relação a algo a apreciação do alocutário, esse é o *outro* necessário para que o enunciado tenha um sentido, e esse *outro* está

presente na própria significação das palavras do locutor (DUCROT, 2009b, p. 16). As relações entre o locutor e o alocutário (inscrito no enunciado do locutor) e entre o discurso do locutor e outros discursos trazem a ideia de polifonia.

Ao propor a teoria polifônica, Ducrot (1990) mostra que o autor de um enunciado não se expressa diretamente, mas põe em cena, num mesmo enunciado, certo número de vozes, de pontos de vista. O sentido do enunciado, assim, resulta do confronto entre esses diferentes pontos de vista (DUCROT, 1990). Dessa forma, Ducrot (1990) contesta a unicidade do sujeito falante do discurso, em que para cada enunciado há somente um sujeito que fala. Nessa nova perspectiva, um mesmo enunciado apresenta vários sujeitos com estatutos diferentes: o do sujeito empírico (λ), o autor real, o produtor do enunciado; o do locutor (L), o responsável pelo enunciado; e o do enunciador (E), uma representação linguística da realidade (DUCROT, 1990).

Pela Teoria dos Blocos Semânticos, momento atual da ANL, o sentido de um elemento linguístico não está constituído pelo que o mundo diz das coisas, como relações, propriedades, crenças e ideias, mas sim, pelo sentido formado por discursos que uma palavra evoca (CAREL; DUCROT, 2005; DUCROT; CAREL, 2008). Os conjuntos doadores de sentido são denominados *encadeamentos argumentativos*. Em um encadeamento argumentativo, composto por dois segmentos unidos por um conector, representados por *A portanto B*, segundo Ducrot (2009a), o sentido do segmento A contém em si mesmo uma indicação de que ele deve ser completado pelo segundo segmento, ou seja, *portanto B* já faz parte do sentido de A (DUCROT, 2009a, p. 23). Nessa relação de ordem argumentativa entre os dois segmentos, não há uma passagem de um para o outro, não há uma inferência ou raciocínio lógico, mas sim um sentido decorrente de uma união dos dois segmentos por meio de um conector.

Concebida desse modo, a ANL traz contribuições para a descrição linguística do uso da pergunta no discurso, bem como leva à aproximação da essência mesma da pergunta, por meio da orientação argumentativa nela contida. A partir da reflexão epistemológica da ANL, o sentido que descrevemos não se limita a uma construção só pelo dito, mas também por implícitos, e o modo de organização do discurso a partir do olhar da ANL explica a posição do locutor em relação ao alocutário e a si mesmo.

Para o desenvolvimento deste estudo, julgamos pertinente, inicialmente, contemplarmos a fundamentação teórica da ANL, tendo a alteridade como um conceito norteador para a apresentação epistemológica. Com esse intuito, assumimos alguns princípios de análise de Ducrot (1980; 1984) para a elaboração do primeiro e segundo capítulos desta

tese, dentre eles, o de que para se descrever semanticamente uma língua, é preciso construir uma máquina, no sentido de um conjunto de regras formais, que tenha a mesma capacidade que os locutores que falam uma língua *L* de associar uma significação a toda enunciação proferida em *L*. A construção dessa máquina leva à elaboração de dois tipos de hipóteses. O grupo de hipóteses que conduzem a investigação linguística, constituído por conceitos de uma linguagem científica previamente concebida, denominado de hipóteses externas. Essas hipóteses comandam a observação dos fatos e servem para a análise textual. O segundo grupo de hipóteses refere-se ao tipo de regras formais utilizadas e sua disposição, quer seja a metalinguagem para a descrição semântica, esse grupo é das hipóteses internas. Ao questionar uma hipótese interna, pode-se modificar a metalinguagem sem alterar uma hipótese externa.

Dessa forma, no capítulo dois, apresentamos as hipóteses externas que embasam a ANL. Fazemos, assim, uma relação entre conceitos de teorias anteriores e os propostos pela ANL a fim de identificar como essas teorias mostram suas concepções de linguagem, verificando também como a linguagem pode ser transformada pela atividade que visa explicá-la, segundo Ducrot (1989), sendo essa atividade metalinguística e constituinte da própria língua. Para isso, tomamos alguns pensamentos de Platão, particularmente, a alteridade do Sofista; conceitos de Saussure (2000), principalmente, o recorte metodológico língua/fala e a noção de valor; e a enunciação de Benveniste (2005), enfatizando a definição de subjetividade. Consideramos que esses olhares contribuem para a definição própria de linguagem pela ANL.

Retomando a construção da máquina sugerida por Ducrot (1980; 1984), embasando-nos no conceito de hipóteses internas, elaboramos o capítulo três. Tomamos como hipóteses internas as definições de frase/enunciado, encadeamento argumentativo, bloco semântico, enunciação, locutor/alocutário, conforme a Teoria dos Blocos Semânticos (DUCROT; CAREL, 1999; CAREL; DUCROT, 2005; DUCROT; CAREL, 2008) e a Teoria Polifônica da Argumentação (CAREL; DUCROT, 2010; CAREL, 2010; CAREL, 2011a; 2011b).

Como seguimento de nosso trabalho, no capítulo quatro, voltamo-nos para os estudos da pergunta no discurso sob o olhar do *outro*. Sabemos que a pergunta pode ser vista sob muitas perspectivas, e em meio a este campo abrangente de estudos, temos por objetivo revisar algumas pesquisas realizadas no campo da filosofia da linguagem, da semiolinguística e da enunciação (não nos seria possível compendiar todas as áreas que abrangem o tema, por isso, escolhemos essas três, cujos postulados interessam à nossa exposição). A apresentação dessas perspectivas faz-se necessária para (i) mostrar em que medida a nossa abordagem se assemelha ou diverge das demais e, com isso, (ii) legitimar a nossa opção.

Desse modo, pretendemos levar o nosso leitor a compreender por que buscamos na abordagem da ANL princípios para analisar o papel semântico da pergunta construído no e pelo discurso do locutor. Acreditamos, ainda, que observar a pergunta sob diferentes perspectivas favorece uma melhor compreensão desse tema e permite construir uma reflexão sobre a alteridade constitutiva da pergunta.

No quinto capítulo, revisamos o artigo de Anscombe e Ducrot (1983) sobre o tema da pergunta especificamente pela ANL. Esse trabalho foi desenvolvido utilizando-se de hipóteses internas concernentes à forma *standard* da ANL. Essa revisão permite-nos elencar hipóteses e definir nossas contribuições para a descrição linguística da pergunta no discurso, tendo por ponto de aproximação o de compartilhar do mesmo axioma: a argumentação está na língua.

Construímos, em sequência, o capítulo seis, referente à metodologia e à análise do *corpus*, formado por seis discursos. Pretendemos investigar, por meio da análise argumentativa e polifônica desses discursos, qual orientação a pergunta contém para a busca da resposta; se há alguma regularidade no uso da pergunta; como se estabelece a relação entre locutor e alocutário a partir da pergunta no discurso. Por fim, apresentaremos as observações e considerações decorrentes das análises também no capítulo seis.

É o princípio de relação que conduz nosso olhar argumentativo-polifônico sobre o discurso nesta tese.

2 O OUTRO NO DISCURSO: DE PLATÃO A SAUSSURE, BENVENISTE E DUCROT

*Ninguém é igual a ninguém. Todo o ser humano é um estranho ímpar.
Carlos Drummond de Andrade*

Neste capítulo, propomos a realização de um percurso a partir das hipóteses externas da ANL para verificar como elas fundamentam a concepção de linguagem própria dessa teoria. Para isso, estabelecemos algumas questões norteadoras de nossa primeira seção, como: o que é alteridade em linguística? Quais conceitos estruturalistas são utilizados pela ANL e de que forma eles integram essa teoria? O que é construir sentido e qual sentido é construído pela ANL?

Para encontrarmos respostas aos questionamentos elencados acima, iniciaremos pela base filosófica da ANL, focalizando a alteridade em Platão; em sequência, abordaremos conceitos linguísticos estabelecidos por Saussure, relacionando a noção de valor com alteridade e com a concepção de sentido da ANL; e, por fim, apresentaremos os conceitos de subjetividade e intersubjetividade de Benveniste, também procurando relacioná-los com a alteridade e a ANL, a fim de entendermos a concepção de linguagem adotada por Ducrot.

2.1 A BASE FILOSÓFICA: O CONCEITO DE ALTERIDADE

Consideramos pertinente um retorno aos clássicos fundadores dos estudos da linguagem e que dialogam com a ANL, pois uma teoria somente é o que ela é devido às teorias anteriores. No entanto, como nosso trabalho não é o de um desenvolvimento histórico da ANL, apresentaremos, nesta primeira etapa deste capítulo, apenas alguns conceitos de Platão. Corremos o risco de sermos superficiais por essa decisão, mesmo assim, pensamos ser relevante mencionar esses fundamentos sobre a linguagem e verificar posteriormente como as teorias linguísticas e enunciativas entendem e reinterpretam esses pressupostos.

Platão coloca-se sobre a linguagem de forma filosófica contrapondo-se a uma concepção sofística segunda a qual a linguagem somente conduz a ela mesma, ou seja, basta falar para dizer a verdade (NEVES, 2005). Para Platão, a linguagem conduz a algo que não ela mesma, dessa maneira, o discurso pode dizer ou não dizer a verdade. Temos ainda que os

sofistas preocupavam-se com a argumentação, não se importando com o sentido verdadeiro do que diziam, mas sim com o convencimento pelo uso de argumentos.

Na visão filosófica de Platão, percebe-se uma busca maior pela sabedoria, o que leva a palavra a ser vista na sua função de palavra de verdade e não como instrumento de persuasão (NEVES, 2005). Não temos como analisar toda a obra de Platão, por isso, selecionamos um diálogo – *Sofista* – como base para retirar as concepções de linguagem e de enunciação que são atualizadas de certa forma nos pensamentos de Saussure, Benveniste e Ducrot, como mostraremos na sequência deste capítulo.

Nesse diálogo, Platão critica os sofistas ao verificar que enfatizam a aparência, a fabricação de imagens, e de belos discursos agradáveis ao ouvido, mas vazios de sentido, já que não atingem o ser (ROGUE, 2007). Na visão filosófica de Platão, há uma busca maior pela sabedoria, dessa maneira, a palavra é vista na sua função de palavra de verdade, um discurso que deve dizer o ser, e não um instrumento de persuasão (NEVES, 2005). Para exemplificar a crítica de Platão aos sofistas, citamos a fala:

Estrangeiro: Quando, ao falar sobre aparência, afirmamos que ele [sofista] engana e que sua arte é uma arte de engano, estamos afirmando que nossa alma é desencaminhada por sua arte no sentido de sustentar uma falsa opinião? Ou o que afirmaremos? (PLATÃO, *Diálogos I*, 2007, p. 196-197)

No *Sofista*, segundo a leitura de Neves (2005), a investigação sobre a linguagem deixa de centrar-se na nomenclatura, em que o nome é o indicador da coisa, e a função de mimese se atribui ao logos. O logos é o indicador das coisas por meio de uma combinação que engloba verbos e nomes. Há uma diferenciação entre o dizer e o denominar, sendo que “a verdade não é buscada no nome, mas atribuição de um verbo a um nome corresponde à atribuição de uma propriedade a uma coisa” (NEVES, 2005, p. 59). O logos é também uma expressão sobre algo, assim, o discurso enuncia algo existente em relação a uma coisa e não simplesmente uma coisa. Para Platão, o logos é ao mesmo tempo o discurso e seu aspecto lógico, o raciocínio (ROGUE, 2007).

Na visão filosófica de Platão, a linguagem está na base da conexão entre os gêneros do ser, ou como denominou Ducrot (2009b), das categorias fundamentais da realidade, em número de cinco, sendo elas: o Ser, o Repouso, o Movimento, o Mesmo e o Outro. Da classificação estabelecida por Platão, Ducrot (2009b) ressalta a importância da categoria do *Outro*, que é, segundo o linguista, o gênero fundante de todos os outros gêneros por possuir uma natureza absolutamente singular. Entre os gêneros, a natureza do outro faz cada um deles

outro que não o *ser*, conseqüentemente, *não-ser*. Dessa maneira, cada um dos gêneros corresponde a um *não-ser* e a um *ser*, pelo fato de participar do *ser*. O *não-ser* não é contrário ao *ser*, somente ele é outra coisa que não o *ser*. E o *não-ser* não é inferior em ser a nenhum outro. “O Movimento é o aquilo que ele é, pelo fato de que ele é outro, diferente do Repouso, Mesmo...etc” (DUCROT, 2009b, p. 10). Segundo as falas do Estrangeiro:

Estrangeiro: Não nos limitamos, contudo, a mostrar que as coisas que *não são são*. Indicamos, inclusive, o que é a classe do não-ser, uma vez que mostramos que a natureza do *diferente é* e está distribuída em pequenos fragmentos entre todas as *coisas que são* nas suas relações recíprocas. Ousamos dizer, ademais, que cada parte do diferente, que é contrastada com o ser, é exatamente não-ser (PLATÃO, *Diálogos I*, 2007, p. 229).

[...]

Estrangeiro Assim, sendo, que ninguém afirme que declaramos que o não-ser é o oposto do ser, com o que se precipitariam a dizer que o não-ser é. [...] que os gêneros mesclam-se entre si e que o ser e o diferente permeiam todas as coisas, inclusive em reciprocidade, e que o diferente, uma vez que participa do ser, em função dessa participação, é (PLATÃO, *Diálogos I*, 2007, p. 229-230).

Segundo Cordero (1993), sobre a citação acima, identifica-se no desenvolvimento da relação entre os gêneros uma teoria platônica da enunciação em que o *ser* tem o poder de comunicar ou de relacionar as Formas, e o *não-ser* refere-se à alteridade (CORDERO, 1993). A alteridade atribuída ao *não-ser* evidencia a possibilidade da diversidade entre os seres, sendo que o *não-ser* refere-se a algo diferente do *ser*, não necessariamente seu contrário.

Relacionado à alteridade está também o entendimento do discurso em Platão. Na visão desse filósofo, “todo discurso é necessariamente discurso sobre alguma coisa e, por isso, deve ter uma qualidade, isto é, será ou não será conforme ao que é” (NEVES, 2005, p. 60). Dessa concepção decorre que o discurso pode ser verdadeiro quando diz de alguém o que é tal como é (*ser*), ou falso, quando diz coisa diferente daquela que é (*não-ser*). E todo discurso, verdadeiro ou falso, é sobre alguma coisa. Ainda, o discurso verdadeiro está relacionado à filosofia, como busca da sabedoria, e o discurso falso, aos sofistas, que elaboram simulacros da realidade. Para ilustrar, trazemos novamente a fala do Estrangeiro:

Estrangeiro: [...] Com efeito, o reconhecimento ou assentimento de qualquer coisa por parte de pessoas melhores vale mais do que se for da parte de pessoas piores. Mas não estamos interessados nessas pessoas. Tudo que fazemos é buscar a verdade. (PLATÃO, *Diálogos I*, 2007, p. 207)

No *Sofista*, a linguagem é uma manifestação do ser como comunhão de gêneros. É no discurso que se expressam as relações existentes entre as coisas que as palavras representam, é no dizer que se expressa o *ser* (verdade) ou o *não-ser* (falsidade). Somente pelo discurso é possível relacionar os agentes e as ações, um fato e o autor desse fato.

Por essas breves considerações acima apresentadas sobre o diálogo *Sofista*, de Platão, tomaremos o princípio da alteridade compreendido por seu sentido mais abrangente, qual seja a condição do que é *outro*, do que é distintivo. A partir desse princípio, pensamos que a alteridade enquanto o *outro* de Platão pode ser relacionada ao estudo do signo, pelo conceito de valor de Saussure; à enunciação, pela relação *eu/tu–ele* em Benveniste (2005); e ao sentido argumentativo, pela noção de bloco semântico de Carel e Ducrot (2005), o que pretendemos demonstrar na sequência deste capítulo.

2.2 DIÁLOGOS COM SAUSSURE: A NOÇÃO DE RELAÇÃO, VALOR E A ALTERIDADE

Os pensamentos de Ferdinand de Saussure, no século XX, estabelecem um primeiro ângulo de observação científico da Linguística, uma nova maneira de focalizar a linguagem em relação aos estudos precedentes¹ (NORMAND, 2009). Sabemos que os conceitos apresentados no Curso de Linguística Geral (CLG), obra póstuma², são amplamente conhecidos. No entanto, verificamos que atualmente há uma série de discussões que buscam esclarecer mal-entendidos relacionados a Saussure (NORMAND, 2009; DEPECKER, 2009). Por isso, consideramos pertinente, mesmo que esta tese não esteja dedicada à compreensão aprofundada de Saussure, mencionar brevemente alguns conceitos fundadores de todo um pensamento linguístico subjacente às teorias enunciativas, dentre essas a ANL. Para isso, tomaremos a alteridade de Platão, compreendida por seu sentido mais abrangente, qual seja a condição do que é *outro*, do que é distintivo, como hipótese externa de observação dos

¹ Os estudos da linguagem, até o século XVIII, na Europa, seguiam uma tradição ancorada, principalmente, na filosofia grega e com bases lógicas ou filosóficas. Havia a falta de um olhar investigativo para o funcionamento da linguagem, sendo que a língua era objeto de especulação. A partir da descoberta do Sânscrito, observa-se uma relação de parentesco entre as línguas (indo-européias); o estudo linguístico realiza-se dentro dos quadros da gramática comparada e a linguística se caracteriza como uma ciência histórica. No entanto, a linguística histórica não explica questionamentos sobre a natureza do fato linguístico, realidade da língua, funcionamento da linguagem, relação entre som e sentido. Assim, sente-se a necessidade da elaboração de um novo aparato de definições e um novo método de análises. Nesse contexto, surgem os ensinamentos de Ferdinand de Saussure, no século XX.

² O livro foi organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de Albert Riedlinger, a partir de três cursos ministrados por Saussure na Universidade de Genebra.

conceitos propostos por Saussure e apresentaremos a leitura feita por Ducrot sobre o estruturalismo, a fim de compreender alguns efeitos estruturalistas na ANL.

Ao refletir sobre a linguagem, Saussure³ depara-se com o fato de que essa é formada por vários aspectos simultaneamente: o da realização vocal da língua, o de possuir um lado individual e um lado social, sendo um concebido em função do outro, o fato de ao mesmo tempo a linguagem conter um sistema estabelecido e uma evolução. Esses fatores mostram uma impossibilidade de tomar a linguagem como objeto integral, sendo que “se estudarmos a linguagem sob vários aspectos ao mesmo tempo, o objeto da Linguística nos aparecerá como um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si” (SAUSSURE, 2000, p. 16). Em decorrência dessas questões, a fim de elaborar uma maneira de estudar a linguagem, Saussure delimita como objeto de estudo a língua⁴.

A língua permite estabelecer princípios de classificação: “a língua que faz a unidade da linguagem” (SAUSSURE, 2000, p. 18). Ressaltamos que a língua para Saussure é resultante de um conjunto de princípios extraídos da observação das línguas faladas, idiomas, (DEPECKER, 2009), que somente estariam completos se fosse possível abarcar as imagens verbais guardadas por todos os indivíduos para atingir o conjunto social que constitui uma língua (SAUSSURE, 2000, p. 21). A língua é o tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade.

Além disso, para Saussure, a língua é constituída por um sistema de signos que exprimem ideias, compondo um conjunto de formas potencialmente realizáveis. A língua ser um sistema não é o fato novo apresentado por Saussure, mas sim a definição mais precisa sobre a impossibilidade de apreender as unidades linguísticas fora do sistema em que elas se encontram, pois o sistema lhes dá realidade. As expressões linguísticas somente existem para um locutor por meio das relações recíprocas que mantêm e que lhes dão sentido (NORMAND, 2009). O sistema define uma ordem própria da língua.

A fala está associada à língua, e é um ato individual de utilização da língua para exteriorizar os pensamentos. A fala oferece dados observáveis das línguas que conduzem a generalizações e permite ao linguista alcançar seus objetivos, entre eles, o de examinar as leis gerais da linguagem. Dessa forma, passa-se da função de fazer comparações, maneira adotada

³ Decidimos apresentar as ideias de Saussure tomando por base o *Curso de Linguística Geral*, concordando com Normand (2009), para quem esse livro constitui-se num texto de ideias originais sobre a linguagem. É preciso, também, ler esse texto por si mesmo, e não por referência a seu autor. Sabemos que Saussure é muito mais do que essa obra póstuma.

⁴ A língua é um conceito em construção, que, segundo Depecker (2009), Saussure não cessa de elaborar durante seus escritos.

para os estudos linguísticos anteriores a Saussure, à função de fazer generalizações sobre a língua, após o caráter científico dado por Saussure à Linguística.

A separação metodológica entre língua e fala permite a criação de duas Linguísticas: a Linguística da Língua, que tem por objeto a língua e é “social em sua essência e independe do indivíduo” (SAUSSURE, 2000, p. 27); e a Linguística da Fala, que tem por objeto a fala e refere-se ao individual, englobando a fonação e a parte psicofísica da linguagem (SAUSSURE, 2000).

Nesse momento, podemos trazer a alteridade de Platão para entender essa distinção entre essas duas linguísticas. Se a língua é diferente da fala, não é porque a língua possui em si mesma tal ou qual característica positiva que podemos perceber quando a consideramos isoladamente, característica que se mostraria diferente daquelas, igualmente positivas, que possui a fala. Ao contrário, a diferença entre língua e fala é constitutiva dessas mesmas noções. A língua é o que é, pelo fato de que é diferente da fala, mas é através da fala que podemos ver a língua, e é por meio do reconhecimento da fala que podemos conhecer a língua.

Ao voltarmos o olhar para a ANL, verificamos que Ducrot toma a noção de *língua* e *fala* a partir de Saussure, no entanto, com uma atitude diferente em relação a esses conceitos. A proposta teórica de Ducrot (1987), como foi mencionada brevemente na introdução, é de fazer a descrição semântica da frase complexa, inscrita no sistema linguístico (língua), comprovando que a argumentação está na língua. Desse modo, para Ducrot (1987), o sentido se constrói na articulação dos elementos *língua* e *fala*, e se verifica nas *relações* estabelecidas entre o uso das palavras e das frases no enunciado, sendo que “uma linguística da língua é impossível se não for também uma linguística da fala” (DUCROT, 1987, p. 63).

Retomando o que foi dito sobre a relação língua/fala para Saussure, uma das funções dessa separação é a de distinguir entre o objeto construído pelo pesquisador e o dado que esse objeto procura explicar. Nesse sentido, pela ANL, a frase é um objeto teórico, definida como uma estrutura lexical e sintática. Outra função dá-se por Saussure diferenciar duas regiões: a língua como construída por relações observáveis por introspecção; e a fala, que são outros dados observáveis, os acontecimentos históricos ou atos de comunicação. Assim, a *língua*, para Ducrot, deve fazer referência ao que é a *fala* para Saussure, e, para Ducrot, a *enunciação* deve ser introduzida no interior da *frase* (BARBISAN, 2004).

Para Ducrot (1987), do ponto de vista semântico, a frase contém em si a significação, que é um conjunto de instruções que, numa dada situação de enunciação, conduz à construção de sentido do enunciado. Assim, é preciso atribuir uma significação a cada uma das frases

para descrever semanticamente a língua. Para isso, é preciso levar em conta a situação da enunciação, o uso. A atribuição de um valor semântico a uma frase permite ao linguista chegar ao sentido do enunciado em determinada situação de uso.

O enunciado é o observável, a manifestação, a ocorrência histórica de uma frase, e traz consigo uma qualificação de sua enunciação (o fato de um enunciado aparecer), o que constitui seu sentido. Portanto, o sentido, segundo Ducrot (1987), refere-se à descrição da enunciação. Dessa forma, a significação e a frase são de naturezas distintas, e pela noção de instrução chega-se à articulação frase/enunciado, cuja base está nos conceitos de língua e fala de Saussure (BARBISAN, 2004).

Segundo Ducrot (1987), deve-se ter cuidado ao afirmar que a enunciação deve ser introduzida no enunciado para que isso não seja uma contradição, uma vez que cada enunciação é única, envolvendo falante e situação particulares, enquanto que a frase permanece invariável por meio da infinidade de atos de enunciação de que pode ser objeto. O que viabiliza sustentar a afirmação de que a enunciação pode ser introduzida no enunciado é o fato de que se pode descrever o enunciado como especificando, de certa maneira, o papel de seus locutores e destinatários eventuais, fato que é geral a toda enunciação. Outro argumento para reiterar essa tese é a de que a frase constitui um elemento da língua, ou seja, uma entidade criada pelas necessidades de explicação, e não um dado observável (DUCROT, 1987 p.65).

Voltando a Saussure, buscamos compreender, nesse momento, o conceito de valor, o qual também será revisto pela ANL. Para tanto, retomamos que, em Saussure (2000), o signo é um elemento da língua e pode receber uma descrição, independentemente de sua utilização na fala. A princípio, Saussure estabeleceu a definição de que um signo linguístico unia um conceito a uma imagem acústica. Essa imagem acústica não é a recepção de um som físico, mas uma representação da palavra enquanto realização da língua virtual. Mais tarde, Saussure propôs o termo signo como representação da associação entre ideia e imagem acústica, mas substituiu esses dois últimos por significado e significante. Esses dois termos mostram a oposição que os separa entre si e do total de que fazem parte (SAUSSURE, 2000). Nesse sentido, são as relações que definem a própria natureza dos signos e constituem a noção de alteridade (BARBISAN, 2004).

Desse modo, em Saussure, o valor é formado por relações e diferenças com outros termos da língua, podendo ser determinado por “uma coisa dessemelhante, suscetível de ser trocada por outra, cujo valor resta determinar” (SAUSSURE, 2000, p.134); ou por “coisas

semelhantes que se podem comparar com aquela cujo valor está em causa” (SAUSSURE, 2000, p.134).

Assim, a palavra, como parte de um sistema linguístico, possui uma significação e um valor. Da mesma forma, o que se afirma sobre as palavras é aplicado às entidades gramaticais. Ao dizer que os valores correspondem a conceitos, compreende-se serem os conceitos definidos negativamente por suas relações com outros do sistema, *um é o que outro não é* (SAUSSURE, 2000, p.136).

Outra consideração relevante é a de que o fato de uma palavra significar alguma coisa pode corresponder a uma afirmação exata e a uma ideia da realidade, mas não implica exprimir um fato linguístico na sua essência e sua amplitude. No entanto, embora o significado e o significante sejam considerados puramente diferenciais e negativos, sua combinação é um fato positivo. Ao comparar signos entre si, pode-se falar em distinção, e não diferença, pois entre os signos existe apenas oposição (SAUSSURE, 2000, p.140). Tais considerações comprovam a afirmação de Ducrot, sobre a alteridade de Platão em Saussure: “o *Cours de linguistique générale*, no capítulo sobre o Valor, não faz senão aplicar às palavras da língua o que Platão disse sobre as Ideias” (DUCROT, 2009b, p. 10), pois o valor linguístico constitui um elemento da significação e, como parte integrante de um sistema, resulta da presença de *outros* signos.

Refletindo sobre os conceitos saussurianos, Ducrot (2006) verifica um paradoxo quanto à definição da natureza do signo. Para Ducrot (2006), tomando-se significação e conceito por significado, e imagem auditiva por significante, tem-se de um lado que o significado e o significante são constituintes internos de um signo e um só existe pelo outro. Por outro lado, a relação constitutiva de um e outro é não mais que o conjunto de relações que os unem com os outros signos da língua, com outras relações significado-significante. Diante desse paradoxo, Ducrot (2006) levanta a questão de como é possível então identificar as duas características do signo: relação entre um significado e seu significante e as relações entre essa relação e as outras de mesma natureza? Dessa problemática, Ducrot (2006) define, ao restringir seu campo de estudos à semântica, que o significado de um signo é um conjunto de relações entre signos, sendo que o problema está em definir quais são essas relações.

Em busca de uma solução para esse impasse, pela ANL, o signo completo é a frase complexa e o significado de uma frase é definido pelas possibilidades de combinação que ela apresenta com outras frases, constituindo o encadeamento argumentativo. Dessa forma, na ANL, a noção de relação (e de alteridade) se encontra nas relações sintagmáticas que definem os encadeamentos argumentativos.

No momento atual da ANL, pela Teoria dos Blocos Semânticos, os encadeamentos argumentativos são considerados como conjuntos de discursos que uma entidade linguística evoca (CAREL; DUCROT, 2005). Um encadeamento argumentativo é composto por dois segmentos unidos por um conector⁵, representados por *A portanto B*, segundo Ducrot (2009a). Sendo que o sentido do segmento A contém em si mesmo uma indicação de que ele deve ser completado pelo segundo segmento, ou seja, *portanto B* já faz parte do sentido de A (DUCROT, 2009a, p. 23). Nessa relação de ordem argumentativa entre os dois segmentos, A e B, não há uma passagem de um para o outro, não há uma inferência ou raciocínio lógico, mas sim um sentido que decorre de uma relação/união dos dois segmentos por meio de um conector.

Para exemplificar, Ducrot (2009a) utiliza o enunciado “Tu diriges depressa demais, corres o risco de sofrer um acidente” (DUCROT, 2009a, p. 22). Ao analisar o primeiro segmento, verifica-se que a expressão *depressa demais - velocidade excessiva* leva ao sentido de *velocidade perigosa*, ou seja, o próprio conteúdo do argumento somente pode ser compreendido por conduzir à conclusão. A explicação fica mais clara ao utilizar a mesma expressão em outro exemplo: “Tu diriges depressa demais, corres o risco de cometer uma infração” (DUCROT, 2009a, p. 22). Nesse caso, a *velocidade excessiva* é aquela que leva à *infração*. Assim, o encadeamento argumentativo permite qualificar uma coisa ou situação, pois serve de suporte a certa argumentação e o conector é um meio de descrever, de explicar o sentido. Não se trata de descrever o que é uma velocidade excessiva em si, mas de argumentar pró ou contra ela, de orientar em relação a esse tipo de velocidade a apreciação do alocutário.

A relação entre os termos A e B constitui-os ao mesmo tempo em que os separa, sem haver uma contradição. Para explicar essa afirmação, retomando a alteridade de Platão, Ducrot afirma: “é que o termo, em linguística, é, ele mesmo, relação, relação entre mim e outrem, obrigação feita a outrem de concluir num certo sentido” (DUCROT, 2009b, p. 17). Corroborar-se a alteridade ao verificar, por essa reflexão, que os termos A e B empregados em uma relação argumentativa obrigam o locutor a nada poder dizer sem solicitar outrem a continuar sua fala, a entrar no movimento do seu pensar.

Das hipóteses externas estruturalistas apresentadas acima, concluímos que Saussure estabeleceu a oposição língua/fala ao definir a língua como objeto de estudos da Linguística, atribuindo um caráter científico para a investigação sobre a linguagem. Por outro lado, pela ANL, o sentido se constrói na articulação entre língua e fala e se verifica nas relações

⁵ Os conectores são entidades teóricas, que indicam as relações argumentativas básicas de um encadeamento.

estabelecidas entre o uso das palavras e das frases no enunciado. Apesar dessa reinterpretação dos conceitos de língua e fala, Ducrot e Carel reforçam os laços da ANL com a teoria saussuriana ao afirmarem que “o significado de uma expressão reside nas relações dessa expressão com outras expressões da língua” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 11). Isso demonstra que os linguistas elegem a noção de relação do estruturalismo para a ANL. As relações entre os signos formam o que Ducrot e Carel denominam de *encadeamentos argumentativos* ou *argumentações*.

A relação argumentativa é intrinsecamente relacionada ao discurso, e uma frase é descrita semanticamente pelo conjunto de seus encadeamentos argumentativos, com uma relação enunciativa (*eu/tu*) que explica em parte o valor que é atribuído ao enunciado. Nessa direção, Ducrot (2009b) considera necessário encontrar uma função fundamental da linguagem, aquela de considerar a língua como o lugar da intersubjetividade, o lugar de confronto entre os indivíduos, do encontro com outrem.

Para explicarmos qual o papel da intersubjetividade na construção do sentido linguístico e como ela constitui uma forma de alteridade na linguagem, recorreremos a Benveniste (2005), com o qual a ANL compartilha as noções de *pessoa*, *tempo* e *espaço* (*eu/tu–aqui–agora*), para, em sequência, mostrarmos a concepção própria de enunciação da qual se serve a ANL.

2.3 DIÁLOGOS COM BENVENISTE: SUBJETIVIDADE, INTERSUBJETIVIDADE E ALTERIDADE

Neste momento, objetivamos mostrar como uma teoria enunciativa, vinculada aos pressupostos linguísticos de Saussure, pode compor uma forma de alteridade, ou seja, como o princípio da alteridade pode ser também uma hipótese externa de entendimento da enunciação. Para isso, tomamos conceitos de Benveniste⁶, mais especificamente, os de pessoa, tempo e espaço, e verificamos em que medida eles podem ser entendidos pela perspectiva da alteridade, bem como os relacionamos à releitura de Ducrot sobre eles para sua construção própria de enunciação.

⁶ Tomamos por como base os textos: *Os níveis da análise linguística*; *A natureza dos pronomes*; *Da subjetividade na linguagem*; todos apresentados em *Problemas de Linguística Geral I* (BENVENISTE, 2005).

Segundo Flores e Teixeira (2005), Benveniste foi um linguista que desenvolveu, a partir do quadro saussuriano, um modelo de análise de língua especificamente voltado à enunciação. Revisitando as colocações sobre Saussure, a partir da clássica dicotomia língua/fala, o objeto linguístico foi concebido como um sistema de relações internas do qual se deveriam reter as leis de organização. Desse raciocínio, decorre um estudo de investigação de regularidades do sistema com abstração das referências a elementos externos ao método.

A inovação proposta por Benveniste, tendo por base o estruturalismo saussuriano ao conservar as concepções de estrutura, relação e signo, é a de supor sujeito e estrutura articulados (FLORES; TEIXEIRA, 2005). Para Benveniste, o sistema da língua torna-se realidade em discursos ao se organizar a partir do sujeito. É a instância discursiva, a constituição do sujeito no presente de sua fala.

Segundo Benveniste (2005), somente na e pela linguagem o homem se constitui como sujeito, sendo que essa subjetividade, visada pela linguística, é a capacidade do locutor em se propor como sujeito. A condição de diálogo entre o *eu* e o *tu* é constitutiva da pessoa e implica reciprocidade para Benveniste. Essa polaridade não é, no entanto, simétrica, uma vez que *ego* tem sempre uma relação de transcendência em relação a *tu*. Porém, nenhum desses termos se concebe um sem o outro, o que os torna complementares é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de intersubjetividade, única que torna possível a comunicação linguística.

Para alcançar a compreensão da intersubjetividade de Benveniste (2005), faz-se preciso uma discussão sobre a estrutura do sistema pronominal pessoal e sobre a enunciação. No texto “A natureza dos pronomes”, Benveniste (2005) aponta para o fato de que há três pessoas verbais, *eu*, *tu* e *ele*, que devem ser estudadas linguisticamente com base na estrutura opositiva entre elas e buscando verificar sobre que princípio se baseia essa oposição. Em vista disso, Benveniste (2005) distingue as duas primeiras pessoas (*eu/tu*) da terceira (*ele*) a partir da correlação de personalidade e de subjetividade.

A personalidade marca a separação *eu/tu*, com característica de pessoa, do *ele*, a não-pessoa. Para explicar essa definição, tem-se, no caso do emprego de *eu*, uma designação de quem fala e um enunciado sobre esse *eu*; com relação à segunda pessoa, o *tu*, essa é denominada a partir da enunciação de um *eu*, o qual diz algo de *tu*. A terceira pessoa tem um funcionamento discursivo diferente das duas primeiras pessoas, ela está fora da relação *eu - tu*, comporta a indicação de um enunciado sobre alguém ou alguma coisa, ou seja, a *terceira pessoa* não pode ser considerada uma *pessoa*. Uma característica de *eu* e de *tu* é a possibilidade de um transformar-se no outro enunciativamente. A subjetividade explicita uma

oposição entre *eu* e *tu*. *Eu* é interior ao enunciado, exterior a *tu* e transcende a este. Dessa forma, a única pessoa realmente subjetiva é *eu*.

Nessa perspectiva, a cada vez que *eu* se enuncia, há uma referência própria construída pelo discurso e correspondente cada vez a um ser único, “*Eu* significa ‘a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*’” (BENVENISTE, 2005, p. 278). Quanto à forma, *eu* só tem existência linguística no enunciado. Há assim o *eu* como referente e *eu* como referido. Esse raciocínio aplica-se ao *tu*, “indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância linguística *tu*” (BENVENISTE, 2005, p. 279).

A alteridade, nessa definição de subjetividade de Benveniste, pode ser percebida ao dizer que *tu* constitui a pessoa não subjetiva em face da pessoa subjetiva que o *eu* representa, o *tu* é o Outro do “eu”.

Voltando a Benveniste, a instância de discurso do *eu* realiza-se num espaço (*aqui*) e num tempo (*agora*). Benveniste (2005), em “Da subjetividade na linguagem”, reitera que as formas pronominais não devem remeter à realidade nem a questões objetivas no tempo e no espaço, elas referem-se à enunciação, única a cada vez e que possam refletir o seu próprio emprego. Quando uma instância de discurso não remete a si mesma, mas a uma situação *objetiva*, entra-se no domínio da *não-pessoa*. Há, com essa forma de enunciação da *não-pessoa*, uma predicação sobre alguém ou alguma coisa, sendo esses seres munidos de uma referência objetiva. Conclui-se que a distinção da língua como um repertório de signos de um lado, e como atividade enunciativa por outro lado, leva ao reconhecimento de classes de pronomes de naturezas diferentes.

Percebemos que nessas relações entre as pessoas, *eu-tu/ele*, há alteridade. A diferença entre *eu/tu* e *ele* é definida pelo tipo de referência que estabelecem. Segundo Flores e Teixeira, 2005:

o par “eu/tu” pertence ao nível pragmático da linguagem, pois, definido na própria instância de discurso, refere a realidades distintas cada vez que enunciado, enquanto o “ele” pertence ao nível sintático, já que tem por função combinar-se com a referência objetiva de forma independente da instância enunciativa que a contém.

Depreende-se daí que a unicidade decorrente do uso das formas “eu/tu” é conferida pela instância de discurso, e a não-unicidade de “ele” está ligada à sua independência com relação à enunciação (op. cit., p. 33).

O jogo entre *eu* e *tu* marca-se em oposição ao *ele*, ou seja, pensando-se em alteridade, as pessoas/seres de fala – *eu-tu* – diferenciam-se uma da outra, mas ambas só se constituem a partir de uma relação permeada pelo outro na instância discursiva, na enunciação. Ou seja, o *eu* só consegue se enxergar pelo espelho do *tu*.

Ducrot (1989) comenta sobre a definição de Benveniste de categoria de pessoa ser mal compreendida muitas vezes. Para Ducrot (1989), é preciso entender que, ao enunciar a palavra *eu*, esta não remete necessariamente a um ser real diferente a cada vez que é utilizada. Não se trata da questão do referente da palavra *eu*, mas de sua significação. *Eu* não tem por significação simplesmente indicar a pessoa que está falando. Os pronomes não visam o mundo, mas o ato de falar. O significado de *eu* não é o de locutor, nem o de *tu* o de destinatário. *Eu* e *tu* remetem aos personagens do ato particular de comunicação que é efetuado no momento em que são empregados (DUCROT, 1989). Dessa forma, Ducrot (1989) diz sobre os pronomes o mesmo que Benveniste (2005) afirma sobre a frase, que os pronomes não são signos, elementos de um código, que possuem sentidos constantes e referentes variáveis. Fora de seu emprego efetivo, eles são indefinidos, sendo necessário o discurso para dar-lhes sentido.

Para Ducrot (1989), refletindo sobre a categoria de pessoa, e avançando nessa reflexão, os pronomes não chegam a constituir uma categoria. Somente os pronomes *eu* e *tu* possuem uma mesma propriedade que é de remeter aos protagonistas do ato do discurso. O caso do pronome *ele* não remete nunca à instância discursiva em que ele é empregado. É preciso colocar as duas primeiras pessoas num lugar separado da terceira, opô-las pela presença ou ausência de referência ao discurso. Ao considerar só as duas primeiras pessoas do discurso, segundo Ducrot (1989), tem-se uma estrutura particular que é a da reciprocidade, ou seja, aquele ser que se designa como *eu* reconhece-se suscetível de ser designado como *tu* e reconhece seu interlocutor capaz de se designar como *eu*. Ducrot (1989) afirma, ainda, que ao penetrar na língua por meio das pessoas verbais, o discurso faz penetrar e institucionaliza a reciprocidade. Não há discurso que não admita a intersubjetividade, que não admita implicitamente que o outro é um *alter ego* a quem eu respondo e que me responde, em que ocorra uma relação de alteridade.

As pessoas verbais somente traduzem na língua o jogo de afirmações e de objeções, ou de perguntas e respostas, em que consiste o discurso, e onde se manifesta o reconhecimento mútuo dos seres humanos.⁷ (DUCROT, 1989, p. 164).

Segundo Ducrot (1989), Benveniste é um linguista que enfrentou os problemas relacionados aos estudos semânticos que tomam por objeto o conteúdo da linguagem e a descrição da maneira que a língua organiza o mundo da significação.

⁷ « Les personnes verbales traduisent seulement dans la langue le jeu d'affirmations et d'objections, ou de questions et de réponses, en quoi consiste le discours, et où se manifeste la reconnaissance mutuelle des êtres humains » (DUCROT, 1989, p. 164)

Segundo Flores e Teixeira (2009):

[...] o objeto da linguística em Benveniste aparece como não redutível à fala como o uso individual do sistema. As categorias de tempo, espaço e pessoa, por exemplo, não são elementos que se somam à língua, mas que a constituem sem, no entanto, existirem independentemente do uso que se faz delas. (op. cit., p. 82).

Conforme Ducrot (1989), a linguística é plenamente semântica e não somente uma introdução à semântica. A enunciação, para a ANL, é o acontecimento singular, único, constituído pelo emprego de uma entidade linguística (palavra ou frase) em um tempo e em um lugar determinados. São parte do sentido do enunciado as alusões que este faz à sua enunciação, na medida em que palavras e estruturas referem-na.

Em vista disso, a ANL distingue-se das teorias que afirmam que a linguagem dá acesso direto à realidade. Para Ducrot (1989), a linguagem produz uma espécie de apreensão enunciativa da realidade e o faz pelos aspectos subjetivo (ponto de vista do locutor sobre a realidade) e intersubjetivo (relação entre locutor e alocutário). A relação entre um enunciado e o mundo é concebida, assim, pela relação intersubjetiva. Como explica o linguista, “o modo como a linguagem ordinária descreve a realidade consiste em fazer dela o tema de um debate entre os indivíduos” (DUCROT, 1990, p. 50). Subjetividade e intersubjetividade unificados constituem o valor argumentativo dos enunciados. O valor argumentativo é a orientação que a palavra dá ao discurso, ou seja, a possibilidade ou a impossibilidade de continuação do discurso. O valor argumentativo é o nível fundamental da descrição semântica. Essa é a concepção de linguagem que fundamenta a Teoria da Argumentação na Língua.

Como hipótese externa, a enunciação de Benveniste traz como contribuição para a ANL o fundamento da subjetividade dado pela categoria de *pessoa* presente no sistema da língua de acordo com determinadas formas. Essa subjetividade é dependente da inversibilidade do tratamento do par *eu/tu*, o que assegura a intersubjetividade. Dessa forma, a intersubjetividade compreende o emprego de *eu* para dirigir-se a alguém, que será, na alocução, um *tu*. A condição de um locutor dirigir-se a outrem só é possível pela linguagem.

Novamente encontramos a alteridade, uma vez que só podemos pensar em intersubjetividade, que está para a linguagem, a partir da subjetividade, que está para a língua. Não há subjetividade sem intersubjetividade, “o sujeito, para se propor como tal na linguagem, tem de estar, ele mesmo, constituído pelo outro” (FLORES; TEIXEIRA, 2005).

2.4 O CONCEITO DE LINGUAGEM PELA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

A partir das considerações apontadas nos itens anteriores, propomos focalizar a ANL neste momento, para definir sua concepção própria de linguagem, principalmente pela alteridade evidenciada nas concepções estruturalistas e enunciativas.

Primeiramente, pela Teoria dos Blocos Semânticos, Ducrot em conjunto com Carel reforçam a ideia de sua “filiação” saussuriana ao afirmarem que o significado de uma expressão reside nas relações dessa expressão com outras expressões da língua (CAREL; DUCROT, 2005). Percebemos que os autores assumem o conceito de valor de Saussure para o estudo do significado, lembrando que o valor de uma entidade, para Saussure, decorre das relações entre as entidades que lhe são homogêneas, “como um conjunto de relações entre os signos” (DUCROT; CAREL, 2008, p. 09). Ao se posicionarem, os autores também reiteram que o significado não está relacionado nem a um referente nem a um conceito psicológico do signo que os usuários da língua teriam em suas mentes. Dessa forma, o significado não é constituído por coisas ou ideias, mas sim por relações entre signos, ou seja, é de natureza linguística, “a língua somente se estuda a partir dela mesma” (CAREL; DUCROT, 2005, p.11). Essas relações entre os signos formam o que Ducrot e Carel denominam de *encadeamentos argumentativos* ou *argumentações*.

A base enunciativa tem um papel relevante na ANL, na medida em que Ducrot (1987), ao tomar a linguagem como auto-representativa, coloca a subjetividade do *eu* na interpretação. Assim, quando o locutor expressa seu ponto de vista no discurso, constata-se que não é possível aceitar o caráter objetivo da linguagem. Da mesma forma, o sentido de uma palavra pela ANL dar-se-á no seu uso, sendo preciso atribuir um valor semântico ao enunciado. Esse valor está inscrito na frase pela significação, dessa maneira, a significação indica um possível sentido que terá o enunciado de uma frase no uso. A descrição semântica de uma frase permite calcular o(s) sentido(s) atribuível(eis) a um enunciado na situação de seu emprego.

Assim, ao delimitar o enunciado como objeto de estudos, colocando em jogo suas próprias condições de enunciação, Ducrot (1987) tende a situar seu trabalho na linha do projeto semântico concebido por Benveniste quando reabilita a questão do discurso e prenuncia uma linguística que associa o estudo do sistema da língua (semiótico) a sua apropriação pelos sujeitos no quadro da comunicação intersubjetiva (semântico). A

aproximação entre Benveniste e Ducrot pode ser percebida na reflexão sobre a linguagem que os dois são levados a desenvolver, uma vez que ambos os autores tratam, de início, da relação entre língua e fala tomada para além da proposta saussuriana ao estudarem a linguagem. No entanto, o conceito de enunciação em cada autor não visa tratar do mesmo tipo de problemática relacionada à linguagem.

Para Benveniste, a enunciação é um ato de apropriação da língua, já para Ducrot, a enunciação não é o ato de um sujeito produzir um enunciado, mas o surgimento histórico de um enunciado. Verifica-se assim que para Benveniste a análise toma por objeto o sujeito enunciando-se, o processo/ato de enunciação, enquanto para Ducrot, o objeto é o enunciado em sua materialidade formal, em que sentido e forma são construídos correlativamente.

Para a ANL, a função primeira da linguagem é argumentar, da argumentação deriva a informação, é pela linguagem que o discurso é construído, e a direção da interação é do *eu* para com o *tu* sobre o *ele*, concordando novamente com a perspectiva de Benveniste, e não do mundo para o homem. É pela relação entre locutor e interlocutor que se produzem argumentações, o locutor interage com seu interlocutor mostrando sua posição sobre o que diz para o outro, “falar é construir e tratar de impor aos outros uma espécie de apreensão argumentativa da realidade” (DUCROT, 1987, p. 14).

O discurso estabelece não só uma relação entre uma pessoa/locutor que se endereça a outra/interlocutor, mas uma relação intersubjetiva de alteridade (sobre o estatuto do alocutário em relação ao locutor) em que a pessoa a quem o discurso é dirigido é constitutiva daquela que o produz, ou seja, “os interlocutores se constituem mutuamente em uma relação de intersubjetivação essencialmente dialógica” (VERNANT, 1997⁸, citado em SPINOLA, 2000, p.09). É na relação de alteridade entre o locutor e o alocutário que se verifica, na ANL, uma primazia do locutor em relação ao alocutário, sendo o alocutário múltiplo, constituído por um ser ideal ou por vozes, discursos virtuais possíveis com os quais o locutor toma uma atitude.

2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TEORIAS

Para finalizar este capítulo, concluímos haver uma relação entre as teorias que apresentamos: concepção filosófica – de Platão; semiológica – de Saussure; enunciativa – de Benveniste e enunciativa argumentativa de Ducrot. A relação entre elas se dá pelo fato de

⁸ Vernant, D. Dialectique, forme dialogale et dialogique. In: *Le Dialogique*, LUZZATTI, D. et al. Berne/ Berlin /Francfort/New York/Paris/Vienne: Peter Lang, 1997.

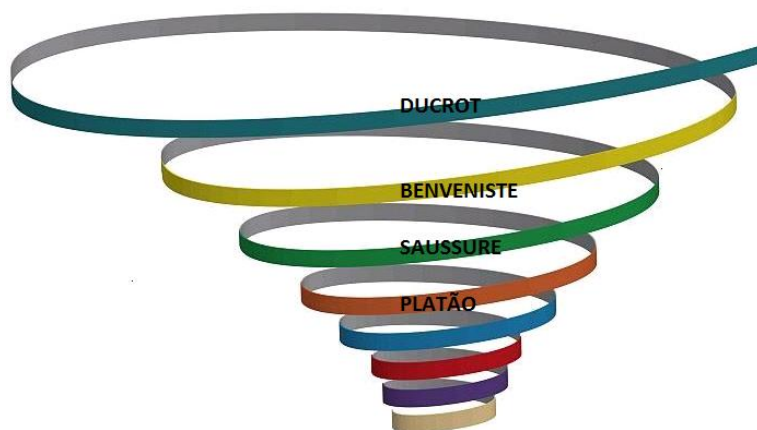
todas abordarem de alguma forma questões de linguagem e de haver a possibilidade de transpor o princípio da alteridade da filosofia para essas teorias linguísticas. Mesmo assim, cada teoria mantém a sua unidade própria em relação a seu objeto de estudos.

A relação entre as diferentes teorias também é regida por uma forma de alteridade, na sua aceção distintiva, visto que os limites teóricos ganham seus contornos à medida que uma teoria se encontra com outra e se identificam similaridades e diferenças entre essas. Ainda, segundo Ducrot (1989), a linguagem pode ser transformada pela atividade que visa explicá-la, sendo essa atividade metalinguística e constituinte da própria língua.

Ousamos fazer uma analogia com a reflexão de Saussure sobre a condição da língua no tempo (SAUSSURE, 2004, p.142-144) para explicar a condição dessas teorias no tempo. Assim como uma língua não sucede outra, pensamos poder dizer que uma teoria também não sucede outra, pois uma teoria constitui sempre princípios e noções diferentes, com características transitórias e delimitadas no tempo. Dessa forma, teríamos concepções teóricas que são a transição entre um entendimento anterior sobre a linguagem e o de um momento seguinte.

Verificamos também que as teorias *movimentam-se* no tempo com pontos de intersecções (aproximações) e distanciamentos entre elas. Pensamos, então, ser a espiral uma imagem que pode bem mostrar esse movimento desses conjuntos sistemáticos de conhecimentos no tempo⁹, conforme figura abaixo:

Figura 1 – Intersecções teóricas



Fonte: Figura elaborada pela autora (2011).

⁹ Ideia da professora Dr. Leci Borges Barbisan, exposta em encontro de orientação.

Dessa forma, com a apresentação desenvolvida neste primeiro capítulo, sobre os fundamentos teóricos externos da ANL – os pressupostos filosóficos, estruturalistas e enunciativos – construímos o plano de sustentação da observação linguística desta tese, e, no capítulo seguinte, apresentamos os conceitos internos à ANL, tendo como princípio condutor dessas colocações novamente a alteridade.

3 QUADRO TEÓRICO: A ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

*A palavra é o meu domínio sobre o mundo.
Clarice Lispector*

Neste capítulo, seguimos com a exposição das hipóteses internas à Teoria da Argumentação na Língua que serão utilizados em nossas análises, no capítulo referente à metodologia e análises. Apresentaremos os conceitos de linguagem internos à ANL referentes às hipóteses que explicam o objeto, o enunciado. Dentre esses conceitos, destacamos os que envolvem a argumentação no discurso e a polifonia concernentes ao momento atual da ANL: a Teoria dos Blocos Semânticos (DUCROT; CAREL, 1999; CAREL; DUCROT, 2005; DUCROT; CAREL, 2008) e a Teoria Argumentativa da Polifonia (CAREL; DUCROT, 2010; CAREL, 2010; CAREL, 2011a; 2011b).

Ao apresentar as hipóteses internas da ANL, nossa pergunta agora é a de como a alteridade – enquanto *busca linguística* do *outro* para a construção de sentido – fundamenta conceitos internos à ANL?

3.1 A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS

A ANL é uma teoria linguística que visa explicar o sentido produzido pelo locutor, ser de fala, ao empregar a língua. O sentido de um elemento linguístico é formado por discursos evocados e os conjuntos doadores de sentido são denominados *encadeamentos argumentativos* (CAREL; DUCROT, 2005, Conferência 1). De acordo com a Teoria dos Blocos Semânticos, o termo *encadeamento* é definido pela interrelação entre dois segmentos ligados pelos conectores DC (*portanto*) e PT (*no entanto*). A forma de interdependência entre os encadeamentos argumentativos define os tipos de argumentações.

A argumentação entendida por Ducrot (2009a) diferencia-se radicalmente, portanto, da argumentação retórica. Como argumentação, Ducrot (2009a) define os segmentos de discurso constituídos pelo encadeamento de duas proposições A e C, unidas por um conector do tipo *donc* (*portanto*), *alors* (*senão*), *par conséquent* (*consequentemente*). O segmento A é denominado argumento e o C, conclusão. Como argumentação retórica, Ducrot (2009a) entende uma “atividade verbal que visa fazer alguém crer em alguma coisa” (*op. cit.*, p. 20). Dessa forma, a interpretação dos encadeamentos *A donc C* é feita dizendo que A é

apresentado como justificando C. Essa visão é contestada por Ducrot, sendo que, no entanto, ele a considera como constituindo um dos conhecimentos metalinguísticos dos falantes e “um nível incontestável da compreensão dos encadeamentos em ‘portanto’” (DUCROT, 2009a, p. 21).

O *portanto* é um meio de descrever uma argumentação e os segmentos A e C não exprimem fatos fechados em si mesmo, ou seja, somente podem ser compreendidos pela relação entre eles, pelo encadeamento. O encadeamento entre A e C constitui o valor semântico do enunciado. Esses encadeamentos argumentativos estão presentes na significação das palavras do léxico e dos enunciados com os quais o discurso é realizado.

Segundo Ducrot e Carel (2008), ao proporem o estudo argumentativo do léxico, as argumentações podem ser qualificadas como: normativas, quando forem do tipo geral de *portanto*, como em: “Pedro é gentil, por isso eu gosto dele” ou “se fizer sol, eu irei à praia”; e transgressivas, do tipo de *no entanto*, no caso de: “irei à praia, mesmo que chova”, “Pedro é gentil, no entanto não gosto dele”. De acordo com Ducrot e Carel (2008), “dar o significado de uma expressão é associar-lhe diferentes argumentações que são evocadas por seu emprego” (*op. cit.*, p. 10).

Em um encadeamento argumentativo, o primeiro segmento denomina-se *suporte*, pois embasa o raciocínio¹⁰ da argumentação, e o segundo é chamado de *aporte*, conseqüente ao suporte (DUCROT; CAREL, 2008). A definição desses termos é feita de acordo com sua função no encadeamento e não com a ordem enunciativa em que aparecem no enunciado. Ambos os enunciados, suporte e aporte, interligados, constroem um só sentido.

Retomando rapidamente o que apresentamos no capítulo um, a interdependência semântica entre os segmentos – suporte e aporte – permite a apreensão de um sentido do enunciado e constitui uma *alteridade linguística*, enquanto o sentido de um encadeamento é o que o sentido de outro encadeamento *não é*, comparação possibilitada por meio de uma distinção relativa.

Detalhando essa construção de sentido, nos encadeamentos *A DC B* ou *A PT B*, o conector relaciona dois segmentos, e o segmento A tem em si uma orientação de buscar no segmento B algo que permita a construção, a partir dele e junto com ele, de um novo sentido, e o segmento B possui em si uma orientação de que seja complementado pelo segmento A. Dessa forma, o contraste entre A e B instaura no discurso uma relação (ou normativa ou transgressiva) entre esses dois termos.

¹⁰ Tomamos o termo “raciocínio” como capacidade de pensar, refletir, diferentemente do sentido atribuído pela lógica, de deduzir algo a partir de uma ou mais premissas.

Para a construção de sentido, os autores também diferenciam os modos como os encadeamentos unem-se às expressões que os significam, observando que o vínculo entre os enunciados e as expressões linguísticas, ou entidades semânticas, pode ser tanto interno quanto externo. Desse modo, toda entidade linguística apresenta duas argumentações: uma *externa* e outra *interna*.

A *argumentação externa* de uma entidade linguística é formada pelos encadeamentos que contêm essa entidade, podendo ser ela a origem do encadeamento ou o término dele. Como na argumentação externa, a própria expressão constitui um segmento do encadeamento, ela pode ser o suporte, denominada argumentação à direita; ou ser o aporte, tratando-se então da argumentação à esquerda. As argumentações externas são pares, formando um encadeamento normativo e outro transgressivo, corroborando a tese de que uma expressão, ao evocar um encadeamento normativo, evoca ao mesmo tempo o encadeamento transgressivo correspondente (CAREL; DUCROT, 2005; DUCROT; CAREL, 2008). Por exemplo, sobre as argumentações relacionadas a “João foi prudente”, verifica-se que:

– argumentação à direita: “João foi prudente, *portanto* não teve acidentes” e “João foi prudente, *no entanto* teve acidentes”, representadas por: *prudente DC neg-acidentes* e *prudente PT acidentes*;

– argumentação à esquerda: “João foi prevenido do perigo, *portanto* foi prudente” e “João não foi prevenido do perigo, *no entanto* foi prudente”, representadas por *alertado do perigo DC prudente* e *neg-alertado do perigo PT prudente*.

As *argumentações internas* de uma expressão são formadas por encadeamentos equivalentes a essa expressão, sendo algumas vezes paráfrases ou reformulações, ou seja, “a argumentação interna de uma entidade linguística está constituída por um número de aspectos aos quais pertencem os encadeamentos que parafraseiam essa entidade linguística” (CAREL, DUCROT, 2005, p.64). Para se encontrar uma argumentação interna de uma expressão é preciso verificar os encadeamentos normativos que terão como suporte e aporte uma mesma definição, chegando-se a um aspecto que represente a argumentação interna. Os autores retomam o exemplo de “João foi prudente”, considerando para a descrição da argumentação interna desse enunciado o adjetivo *prudente*, e apresentam como suporte os encadeamentos normativos que mostram a indicação de um perigo e como aporte a indicação de precauções. Assim, é possível construir o aspecto: *perigo DC precauções*, de *prudente*.

A diferença entre a AI e a AE de uma expressão deve-se ao aspecto¹¹ X CON Y de uma entidade linguística não conter um aspecto converso dessa mesma AI em X CON' Neg-Y. Por exemplo, a palavra *prudente* pode ter uma AI: *perigo PT precaução*, mas não aceitar *perigo PT neg-precaução*, pois esse aspecto representa a AI de *imprudente*. Já a AE à direita permite um aspecto X CON Y e X CON' Neg-Y. Observa-se que uma AI não pode conter dois aspectos conversos, mas pode conter dois aspectos recíprocos. No caso da palavra *exame*, há os aspectos: *bom DC aprova* e *neg-bom DC neg-aprova* (CAREL; DUCROT, 2005).

Ao verificar os aspectos encadeados por *portanto* e *no entanto*, Carel e Ducrot (1999) percebem que há uma semelhança entre as relações estabelecidas a partir dos aspectos construídos pela argumentação evocada por uma expressão, como no caso de “prudente”, citado acima. Assim, ao agruparem quatro dos encadeamentos que se relacionam semanticamente, apresentando a mesma interdependência entre os segmentos A e B, os linguistas definem o conceito de bloco semântico.

3.1.1 A hipótese do bloco semântico

O bloco é formado por discursos encadeados por conectores do tipo de *portanto* e *no entanto*, sem haver uma relação de hierarquia ou de preferência entre eles. Segundo Carel e Ducrot (1999), todo bloco tem dois aspectos argumentativos, um normativo, *P DC Q*, agrupando os discursos em DC; e outro transgressivo, *P PT neg-Q*, reagrupando os discursos em PT.

Se um segmento A for tomado como *ser uma ação perigosa* e outro segmento B, *desistir de agir*, os quatro aspectos decorrentes da relação entre esses segmentos descrevem quatro adjetivos:

Aspecto 1: *imprudente* – mesmo se uma ação é perigosa, ele não desiste.

Aspecto 2: *medroso* – mesmo se uma ação não apresenta perigo, ele não a faz.

Aspecto 3: *não medroso* – há perigo, no entanto faz a ação.

Aspecto 4: *prudente* – há perigo, portanto desiste de fazer a ação.

¹¹ Os aspectos são conjuntos de encadeamentos (CAREL; DUCROT, 2005, p. 67).

Ao olharmos para esses quatro aspectos apresentados previamente, observamos que o sentido de uma palavra decorre das relações estabelecidas em um enunciado, em um nível de realização linguística, para complementar essa reflexão, tem-se que:

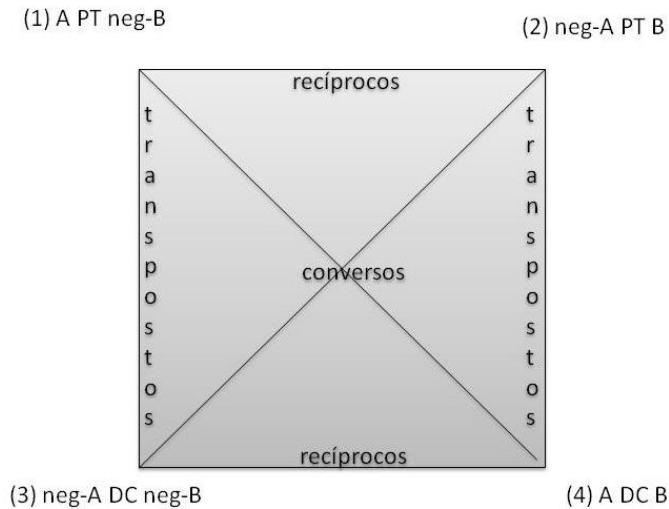
O sentido de uma palavra considerado em si próprio é constitutivamente opaco: só chegamos a uma inteligibilidade explicitável da palavra na opacidade que lhe confere necessariamente as próprias condições dessa inteligibilidade, que apenas apreende a palavra nas interações. Essas interações se apresentam sob a forma de seqüências ou de enunciados nos quais a palavra se encontra empregada, com valores, na maioria das vezes, muito disparates, que não chegam a apresentar nenhum fio condutor aparente. Só podemos compreender uma palavra quando desdobrada em outra coisa que ela mesma, visto que sua quintessência se manifesta de modo fragmentado nos diferentes meios textuais em que aparece, nas atualizações que deixam ver apenas um de seus aspectos. (FRANCKEL, 2011c, p. 120).

Ao observar a interdependência semântica entre os segmentos unidos em X CON¹² Y, por convenção, tem-se: A corresponde ao segmento X e B, ao segmento Y. Esses segmentos podem estar ou não seguidos de uma negação e devem ser possíveis de se conectarem por DC ou PT para que se estabeleça um encadeamento semântico. A interdependência semântica entre A e B é a mesma entre os quatro aspectos presentes em um bloco (CAREL; DUCROT, 2005; DUCROT; CAREL, 2008).

Como dissemos, o bloco semântico é estruturado por uma relação entre os aspectos – normativo/transgressivo. Entendemos que essa relação entre aspectos encadeia também uma *alteridade de dizeres* – ou seja, o locutor, ao enunciar-se, assume um dos aspectos do bloco, tomando uma atitude frente a ele. São as próprias relações linguísticas que regem a alteridade assim mostrada, apontando para um aspecto normativo ou transgressivo a ser assumido pelo locutor.

Para representar as relações entre os aspectos de um bloco, há o quadrado argumentativo, abaixo ilustrado:

¹² Usa-se CON tanto para designar as palavras da língua responsáveis pelo caráter normativo ou transgressivo de um encadeamento do discurso (como porque, mas, ainda que), quanto para designar os termos abstratos DC e PT, que nomeiam os aspectos argumentativos. Esses aspectos fazem parte de um mesmo bloco semântico. Outra observação, se CON designa um conector de certo tipo, seja normativo ou transgressivo, o CON' designará um conector de outro tipo, por exemplo, se CON refere-se a um DC, CON' será em PT.

Figura 02 – Quadrado argumentativo pela TBS

Fonte: Carel e Ducrot (2005).

De um mesmo bloco, temos que os aspectos argumentativos estão, entre eles, em relação discursiva de *reciprocidade*, *conversão* ou *transposição*. Define-se uma relação de reciprocidade quando o termo positivo de um lado aparece negado do outro, e o conector se conserva: A CON B passa a: neg-A CON neg-B. Discursivamente, pode-se pensar sobre a argumentação de prudente, entre o aspecto 3 (não-temeroso: *neg-perigo DC neg-precaução*) e o aspecto 4 (prudente: *perigo DC precaução*), parafraseadas por:

1. *Ele não é temeroso, também não exageremos, é prudente.*
2. *Ele é prudente, também não exageremos, ele não é temeroso.*

A relação de *conversão* ocorre no momento em que se mantém o primeiro termo, A, permuta-se de CON para CON' e nega-se o segundo termo: A CON B para A CON' Neg-B. Por exemplo, tomando-se as argumentações de prudente, entre os ângulos 1 (imprudente: *perigo PT neg-precaução*) e 4 (prudente: *perigo DC precaução*), a relação de conversão corresponde a uma ideia de negação: *não é imprudente, é prudente*.

A *transposição* marca-se formalmente pela passagem de um aspecto a outro, negando-se o primeiro termo, trocando-se o conector e mantendo-se o segundo termo: A CON B para Neg-A CON' B. Discursivamente, verifica-se que a passagem de 2 (temeroso: *neg-perigo PT precaução*) a 4 (prudente: *perigo DC precaução*), de modo ascendente, marca uma relação de

ao menos, em todo caso, e, de modo descendente, demonstra *e mais, inclusive*. No caso do exemplo dado por Ducrot (2005, p. 56) de *prudente*, têm-se como transpostos:

1. *É cuidadoso, ao menos, prudente.*
2. *É prudente, inclusive temeroso.*

3.1.2 O enunciado pela TBS

Seguindo os estudos da ANL e buscando verificar como os termos se entrelaçam argumentativamente, a TBS estuda também o enunciado, desenvolvendo uma análise da argumentação interna aos enunciados. Esse estudo diferencia-se da concepção tradicional da predicação uma vez que não considera a relação do enunciado com o mundo, o que não quer dizer que se negligencie que falamos sobre o mundo. Os enunciados têm por função concretizar os aspectos argumentativos, os quais podem ser compartilhados com outros enunciados (CAREL, 2011a). O enunciado comporta em si mesmo, em suas palavras, em sua sintaxe, as indicações relativas ao aspecto que ele exprime e ao encadeamento que ele evoca; é argumentativamente independente do contexto.

O contexto não constitui um conjunto de dados externos a uma sequência, ele é criado pelo próprio enunciado. Percebemos que a noção de contexto pela TBS vai ao encontro da noção de contexto construtivista, segundo a qual:

A contextualização (ou a realização) de uma sequência fundamenta-se apenas na natureza e no agenciamento das formas linguísticas que a compõem, independentemente das condições efetivas de seu proferimento, das intenções pressupostas do locutor e das relações de interlocução; focaliza-se assim, o caráter estável e repetível da contextualização e da interpretação (FRANCKEL, 2011c, p. 108).

Segundo Carel (2011a), argumentar é julgar, quer dizer, afirmar um ponto de vista. Na argumentação, o locutor não desenvolve um raciocínio, um pensar, levando seu interlocutor da premissa à conclusão, nem pretende mostrar a verdade, mas assume um ponto de vista. Ao encadear *era perigoso, portanto Pedro tomou precauções*, tem-se fundamentalmente o enunciado *Pedro foi prudente*. Tanto o encadeamento quanto o enunciado citados ilustram o aspecto *perigo DC precaução*. Dessa forma, tem-se que *julgar* significa: evocar um

encadeamento ilustrando um aspecto. A TBS procura explicar como o aspecto é expresso e como o encadeamento é determinado.

De acordo com a TBS, há três maneiras de apresentar um aspecto do enunciado: pela predicação conectiva, pela predicação centrada no grupo verbal e pela predicação centrada no grupo sujeito. Para exemplificar a predicação conectiva, Carel (2011a) utiliza o exemplo clássico “O assassino de Smith é louco”. Neste caso, o aspecto expresso é *louco DC assassino* – esse aspecto decorre de um termo do grupo sujeito (assassino) e um do grupo verbal (louco). No tipo de predicação verbal, a autora cita como exemplo “Pedro fugiu do perigo”, em que o grupo verbal fornece o bloco do aspecto *perigo DC fugir/escapar*. Para tratar da predicação do grupo sujeito, o exemplo utilizado por Carel (2011a) é “o muro do jardim ruiu”. Segundo esse enunciado, o termo argumentativamente importante é ‘muro’, grupo sujeito, do qual se pode depreender o bloco *comunicação DC neg-separação* (CAREL, 2011a, p. 134). Os estudos da predicação não são novidade em linguística, a diferença está na forma como a TBS aborda esse tema, mostrando que, por essa teoria, o bloco do aspecto expresso é designado ou pelo grupo sujeito, ou pelo grupo verbal, ou pela conexão entre o grupo sujeito e o grupo verbal.

3.1.3 Algumas considerações sobre as hipóteses internas à TBS

Sobre as hipóteses internas à TBS elencadas acima, verificamos como essa teoria corrobora o axioma de que a argumentação está na língua além de contribuir teoricamente ao propor os estudos dos *encadeamentos transgressivos* como discursos doadores de sentido. O estudo do enunciado pela TBS permite a construção de valores referenciais decorrentes de uma dinâmica própria à língua, construídos nos e pelos enunciados por meio de relações semânticas que formam encadeamentos. Por conseguinte, o sentido de um enunciado será construído a partir das significações contidas nas entidades linguísticas (potencialidades de sentidos) e que são atualizadas discursivamente. O mesmo acontece com as palavras, o valor de uma palavra não é definido por um conteúdo preestabelecido, mas pelo papel específico que ela apresenta nos tipos de relação de que participa – *argumentação interna*, *argumentação externa*. O sentido de uma palavra é determinado de modo diferente em cada

um dos empregos em que aparece e não pode ser atribuído às propriedades de referentes aos quais ela supostamente remete¹³.

Como continuidade deste capítulo, seguimos com a apresentação da teoria da Polifonia, mostrando as atitudes do locutor frente aos aspectos evocados por seu discurso.

3.2 A TEORIA ARGUMENTATIVA DA POLIFONIA

No momento atual, verificamos o surgimento e desenvolvimento da Teoria Argumentativa Polifônica (TAP) (CAREL; DUCROT, 2010; CAREL, 2011b). Para apresentar os conceitos internos referentes a essa perspectiva polifônico-argumentativa da língua ou polifonia semântica (CAREL, 2011b), apresentaremos, nesta subseção, algumas concepções iniciais sobre polifonia, propostas por Ducrot (1984; 1987; 1990), que embasam o pensamento teórico do momento atual – TAP, bem como definições decorrentes de uma releitura da polifonia a partir de Ducrot e Carel (2008), Carel e Ducrot (2010) e Carel (2010; 2011a; 2011b).

Primeiramente, ao elaborar a *teoria polifônica da enunciação*, Ducrot (1990) procura mostrar que o autor de um enunciado não se expressa diretamente, mas põe em cena, num mesmo enunciado, certo número de vozes, de pontos de vista. O sentido do enunciado, assim, resulta do confronto entre esses diferentes pontos de vista e um mesmo enunciado apresenta vários sujeitos com estatutos linguísticos diferentes: sujeito empírico, λ ; locutor, L ; e enunciador, E ¹⁴.

O sujeito empírico é o autor real, o produtor do enunciado. Ducrot (1990) determina, por uma necessária delimitação do observável, que o sujeito empírico não seja objeto de estudos da linguística, uma vez que esse não é um problema linguístico, e sim da Sociolinguística ou da Psicolinguística. O linguista semanticista deve se preocupar com o sentido do enunciado, em descrever o que diz o enunciado e não com as condições externas de sua produção. Essa posição de Ducrot (1990) denota um traço estruturalista e a imanência do linguístico perpassa todas as etapas de desenvolvimento da teoria da polifonia.

¹³ O sentido de uma palavra é associável a um conteúdo, “mas este só se determina e se estabiliza em meios textuais definidos, por ela convocados de modo específico e organizado. Passamos de um sentido ancorado em um referente para um sentido que decorre de valores referenciais construídos, observáveis em meios textuais definidos” (FRANCKEL, 2011c, p. 53).

¹⁴ As definições de sujeito empírico e locutor permanecem inalteradas na TAP, sendo reavaliada a noção de enunciador.

Para Ducrot (1990), o responsável pelo enunciado é o locutor, marcado no enunciado. O locutor é o autor inscrito no sentido do enunciado e pode ser totalmente diferente do sujeito empírico, por exemplo, quando é um personagem fictício a quem o enunciado atribui à responsabilidade da sua enunciação. Essa diferença entre locutor e sujeito empírico permite dar voz a seres que seriam incapazes de falar, como no caso dos dizeres colocados em lixeiras do tipo “Não duvide em me utilizar” (DUCROT, 1990, p.18). O *me* refere-se à lixeira, que, no entanto, não é o sujeito empírico.

Por último, Ducrot (1990) apresenta a definição de enunciador, que é a origem do ponto de vista de um enunciado. Para isso, admite que “todo enunciado apresenta um certo número de pontos de vista relativos às situações de que se fala” (DUCROT, 1990, p. 19). Os enunciadores se expressam pela enunciação; se eles falam, é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua atitude, mas não no sentido material do termo, suas palavras (DUCROT, 1990). O locutor, como responsável por um enunciado, dá existência, por meio desse, aos enunciadores; a partir deles, o locutor organiza os pontos de vista e as atitudes. A posição própria do locutor pode se manifestar quando ele se assimila a um dos enunciadores, representando-se por meio desse; ou, simplesmente, porque optou por fazê-los aparecer.

Os enunciadores referem-se a falas virtuais de um discurso considerado sem que ninguém o tenha pronunciado, nem mesmo sob outra forma. Desse modo, eles constituem também uma representação linguística da realidade (DUCROT, 1990). Os locutores agem sobre os alocutários pelos discursos que lhes endereçam e assumem essa função comunicativa quando tomam partidos frente a diferentes representações que formam os discursos dos enunciadores. Dessa maneira, a relação entre o locutor e o enunciador configura o sentido do enunciado.

A relação polifônica entre locutor e enunciador causou mal entendidos entre os estudiosos da linguagem, pois o termo enunciador refere-se a pontos de vista, no entanto, segundo Carel e Ducrot (2010), era tentador representá-los como fontes enunciativas e até mesmo colocá-los, algumas vezes, na origem dos atos ilocutórios (CAREL; DUCROT, 2010, p. 13). O conceito de enunciador é, portanto, revisto por Carel e Ducrot (2010) e Carel (2010; 2011b) na reformulação da polifonia, atualmente denominada de Teoria Argumentativa da Polifonia (TAP). Dessa maneira, pela TAP, os enunciadores não serão mais constituídos por seres que representam as fontes dos pontos de vista, mas por *tipos de seres*, refletindo mais os modos abstratos de asserção, originando um novo conceito, o de *Pessoa*.

3.2.1 As atitudes do locutor frente aos conteúdos

Pela TAP, Carel (2010) e Carel e Ducrot (2010) admitem que os conteúdos¹⁵ dos enunciados podem ser apresentados de diferentes maneiras. Esses modos de apresentação de um conteúdo são descritos pelos autores sob dois parâmetros: a atitude discursiva do locutor e a Pessoa. Ao enfatizar atitude discursiva, percebe-se a diferenciação à atitude psicológica ou de fé, de crença em algo. O locutor do enunciado, sujeito único, é aquele a quem são atribuídas as atitudes discursivas frente aos conteúdos e enunciadore. Assim, a concepção polifônica consiste em representar a significação por um conjunto de três elementos: locutor, atitude e enunciador/Pessoa – esse tripé compõe as unidades do discurso (na sequência desta subseção será explicada a relação entre enunciador e Pessoa).

A atitude discursiva relaciona-se ao papel que o locutor intenciona dar em seu discurso ao conteúdo introduzido. As principais atitudes tomadas pelo locutor são: a) o locutor pode defender, ilustrar, comentar um conteúdo articulando-o a outro discurso, essa atitude será denominada de *pôr* o conteúdo; b) o locutor pode colocar um conteúdo dito pressuposto fora do discurso, recusando-se a fazer dele um objeto possível de discussão, é a atitude de *concordar* (ou acordar em CAREL, 2011b) com um conteúdo; c) o locutor pode rejeitar e recusar um conteúdo, uma atitude do locutor de um enunciado *não X* frente ao conteúdo de *X*; essa é a atitude de *excluir* um conteúdo (CAREL; DUCROT, 2010)¹⁶.

Para apresentar o conceito de Pessoa, os autores partem da análise do enunciado: “segundo o crítico do Monde, o último filme de Woody Allen fracassou totalmente” (CAREL; DUCROT, 2010, p. 17). Segundo a TBS, não é possível explicar o sentido considerando o ser no mundo *o crítico do Monde* como tendo um ponto de vista sobre os filmes que vê, sabendo-se que, na realidade, esse crítico tem opiniões e ocupa um lugar social. Para a explicação argumentativa do enunciado, não é necessário conhecer o jornalista para compreender o que foi enunciado. A expressão *crítico do Monde* entra como uma relativização do fracasso, ela atua sobre o *fracassou totalmente* levando a *o último filme de Woody Allen não-agradou-ao-crítico-do-Monde*. Há um ângulo de vista que deve ser integrado ao conteúdo. O ângulo de vista não é a posição de um observador individual, mas

¹⁵ Conteúdo pela TBS – encadeamento (do enunciado) ligado por um conector; pela TAP – uma representação do dito pelo locutor.

¹⁶ Os termos “pôr” e “excluir” (CAREL; DUCROT, 2010) também resultam de uma releitura feita pelos autores das versões anteriores da polifonia (DUCROT; CAREL, 2008) e são preferidos a “assumir” e “recusar” (CAREL; DUCROT, 2008) por acentuarem o caráter discursivo das atitudes e não um possível fator psicológico (CAREL, 2010).

“certo modo de garantir o dito, certo tom para apresentá-lo e a exigência correlativa de um tom particular para refutá-lo” (CAREL; DUCROT, 2010, p. 21).

Pela TBS, essa integração do ângulo de vista ao conteúdo pode ser compreendida como sendo *o crítico do Monde* a representação do modo particular com que o enunciador preenche o papel que lhe é conferido. Assim, como interessa aos autores o modo particular pelo qual os enunciadores preenchem o papel que lhes é conferido no discurso, surge o conceito de *Pessoa*, permitindo manter a coerência epistemológica antirreferencialista.

A Pessoa representa uma terceira *instância*, inserida na significação, que marca a forma pela qual o conteúdo é introduzido no mundo intelectual do locutor, e “corresponde a um tipo de garantia ao qual o locutor recorre para atualizar um determinado conteúdo em um dado enunciado” (AZEVEDO, 2011, p. 70).

Carel e Ducrot (2010) caracterizam quatro tipos de Pessoa, *Ele* ou *Terceiro*, *Locutor*, *Mundo* e *Testemunha* (esse último proposto por Lescano¹⁷, citado em CAREL; DUCROT, 2010, p. 20). A Pessoa enquanto *Ele* refere-se ao enunciado ao apresentar um conteúdo garantido por uma instância outra que seu locutor, como no exemplo: *parece que vai chover*. Em *parece que*, o enunciado põe *q*, fazendo-o sustentar por um outro que não o locutor (CAREL; DUCROT, 2010, p. 19). Nesse caso, essa voz permite ao locutor se descomprometer em benefício de outra subjetividade: os conteúdos aparecem como aceitos pelo locutor (CAREL, 2011b, p. 33).

Em outro caso, o responsável pelo conteúdo é o próprio locutor, em seu papel de locutor, como na interjeição: “Ai!”. Assim, a *Pessoa* com a função de garantia é o *Locutor*, *L*. Na última atualização da polifonia semântica, Carel (2011b) considera essa voz do *Locutor* como aquela que permite ao locutor tomar um tom engajado no discurso, “o conteúdo aparece como concebido pelo locutor no próprio momento da enunciação” (CAREL, 2011b, p.33).

Nas situações em que se empregam enunciados do tipo alguma coisa é de um jeito porque *as coisas são assim*, como: “O tempo está bom”; distingue-se a *Pessoa* como sendo o *Mundo*. A voz do *Mundo* permite ao locutor adotar um tom factual, sem que nenhuma subjetividade tenha algum papel em sua concepção (CAREL, 2011b, p. 33).

Com relação à *Pessoa Testemunha*, essa se refere a um locutor que narra uma história sem propriamente intervir nela, aproximando-se das formas literárias. Percebemos que a *Testemunha* não é adotada nas análises da polifonia semântica realizadas por Carel (CAREL, 2011b).

¹⁷ LESCANO, Alfredo. Pour une étude du ton. *Revue Langue Française*, n. 164, v. 4, 2009, p. 45-60.

Podemos entender também o princípio de alteridade na teoria argumentativa polifônica por meio das diferentes vozes (aspectos, pela TBS) constitutivas do sentido do enunciado. Por uma relação distintiva, a voz do *Mundo* é o que ela é, pelo fato de que ela é diferente do *Ele*, da *Testemunha*, do *Locutor*. Dessa forma, um modo de garantir um enunciado só pode ser definido em relação a outro modo. Por outro lado, as diferenças opositivas entre *locutor* e *Pessoa* também compõem a significação do enunciado, e, ao mesmo tempo, o locutor somente pode se utilizar de uma forma de *Pessoa* como garantia devido a haver alguma semelhança entre eles. Segundo a leitura de Both (2011, p. 153): “a polifonia, interligando vozes, provavelmente no eixo das associações, faz aparecer o caráter constitutivo da alteridade de que falava Ducrot, porque trazendo a expressão do *outro*, é que o *eu* se expressa”.

Para encerrar este item dedicado aos conceitos internos da TAP, enfatizamos que a polifonia só se manifesta em enunciações, e, da relação polifônica, em Carel (2011b), tem-se que: “as vozes da polifonia semântica são utilizadas pelo locutor para graduar sua própria responsabilidade em relação aos conteúdos introduzidos” (CAREL, 2011b, p. 32). Porém, ainda é preciso, pela TAP, aprofundar o entendimento do locutor, como ele se utiliza de um conteúdo, de qual modo esse conteúdo aparece no discurso e qual a fonte desse conteúdo. Conclui-se então, segundo Carel (2011b), uma necessidade de descrever mais aprofundadamente também a polifonia.

3.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS HIPÓTESES INTERNAS À ANL

No início deste capítulo, propusemo-nos a apresentar as hipóteses internas à ANL. Para tanto, apresentamos alguns dos principais conceitos da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) e também da Polifonia relacionada à TBS, denominada de Teoria Argumentativa da Polifonia (TAP), encontrando qual princípio de alteridade os permeia. Alteridade de sentidos entre os encadeamentos e alteridade polifônica, explicitando um debate entre vozes por meio da atitude do locutor frente ao conteúdo argumentativo. Ambas as relações de alteridade são internas à língua.

Cumprida esta etapa, passemos aos nossos próximos objetivos, quais sejam: (i) o de discutir outras perspectivas de abordagem da pergunta no discurso, (ii) o de apresentar hipóteses concernentes à Teoria da Argumentação sobre a pergunta, (iii) o de elaborar um instrumento para análise da pergunta no discurso pela ANL, testando nossa proposta em

discursos autênticos, a fim de encontrar uma descrição linguística para a pergunta no discurso e sua relação com a alteridade pelos resultados obtidos. Para tanto, seguimos, no capítulo 4, com a discussão sobre o uso da pergunta, sob o ângulo de nosso interesse, o linguístico.

4 A PERGUNTA NO DISCURSO: CAMINHOS POSSÍVEIS

*Tolerar a existência do outro,
E permitir que ele seja diferente,
Ainda é muito pouco.*

*Quando se tolera,
Apenas se concede
E essa não é uma relação de igualdade,
Mas de superioridade de um sobre o outro.*

*Deveríamos criar uma relação entre as pessoas,
Da qual estivessem excluídas
A tolerância e a intolerância.
José Saramago*

Os linguistas e sociólogos que estudam a linguagem e a conversação reconhecem a riqueza do domínio da pergunta/interrogação. No entanto, a definição do que constitui um enunciado como pergunta e de seu uso não é algo simples de se estabelecer. Quanto à definição terminológica, observamos a princípio, três possibilidades: pergunta; interrogação e questão. Buscando uma definição desses termos, temos primeiramente, pelo dicionário Houaiss (2009), uma aproximação de significados, sendo suas definições:

- *Pergunta*: 1. palavra ou frase com que se faz uma interrogação; 1.1 questão que se submete a alguém de quem se espera que a resolva;
- *Interrogação*: 1. ato de interrogar(-se); 2. pergunta que se faz a alguém; 3. gesto ou sinal interrogativo; ex.: *arqueou as sobrancelhas, expressando i.*; 4. dúvida, incerteza; ex.: *o futuro é sempre uma i.*; 5. Rubrica: gramática – modalidade de frase que exprime uma pergunta; 6. Rubrica: retórica – frase formulada como uma interrogação, mas que constitui, de fato, uma afirmação;
- *Questão*: 1. pergunta, interrogação; frase ou oração interrogativa; Exs.: *respondeu a todas as q. da prova; deixou no ar a q.: quem iria fazer a proposta ao chefe?*; 2. Derivação: por metonímia – matéria a examinar; ponto que suscita ou se presta à discussão; assunto, ponto, tema, tese, exs.: *a aula de hoje versará sobre essa q. a q. da clonagem mobiliza os cientistas*; 3. Derivação: por extensão de sentido – coisa a ser resolvida; problema; ex.: *queriam casar; a q. é que estavam desempregados*; 4. disputa, controvérsia, pendência, contenda; ex.: *não me meto em questões de marido e mulher*; 5. Rubrica: direito processual – conflito de interesses submetido à apreciação de um juiz; causa, demanda, litígio; 6 Rubrica: direito processual – tema ou ponto principal que se aprecia ou discute.

Verificamos que o ponto comum entre as definições é de colocar, por meio da pergunta, interrogação ou questão, um locutor que profere um enunciado a um interlocutor. O termo que mais se “distancia” é o da questão, ao poder ser referido a um tema mais abrangente, como se fosse um tópico.

Quanto ao campo teórico, há uma vasta literatura sobre o tema da pergunta, sendo que esse assunto pode ser objeto da fonética, morfossintaxe, semântica, pragmática, conversação, etc. (ROSSARI, 2005; KERBRAT-ORECCHIONI, 1991). A noção de interrogação ou de

pergunta concerne a um domínio especialmente grande também devido ao fato da multiplicidade de outros temas relacionados à interrogação como os da modalidade, da hipótese, da negação, do discurso indireto, dos indefinidos, o que leva a tomar, por vezes, a interrogação como uma noção metalinguística e tributária de um modelo que a estude (GRÉSILLON, 1981).

Em relação ao uso da pergunta, esse também recebe classificações decorrentes dos pontos de vista assumidos pelos estudiosos da linguagem, sendo que um trabalho de revisão dessas classificações seria deveras interessante, porém, devido a sua extensão e complexidade, acabaria nos desviando de nosso objetivo, a análise da pergunta sob a ANL.

Por essas dificuldades em delimitar o termo apropriado e sua concepção, limitar-nos-emos a utilizar, neste capítulo, aqueles concernentes às teorias cujos postulados interessam a nossa discussão, respeitando, ao abordar cada teoria, a definição própria assumida quanto ao termo pergunta/interrogação/questão e seu uso. Quanto ao olhar pela ANL, optamos pelo termo *pergunta*, e, por vezes, enunciado interrogativo, referindo-nos ao tipo de enunciado que marca de uma maneira particular a presença do *outro* no discurso em textos escritos.

Propomo-nos, portanto, neste capítulo, a rever três possibilidades de investigação da pergunta, sendo a primeira a *teoria dos atos de fala*, de Austin (1990) e Searle (1981); a segunda, a *semiologia*, de Charaudeau (2008); e, a terceira, a *teoria das operações enunciativas*, de Culioli (2000). Sabemos que, com essa seleção e com o enfoque exclusivo sobre a pergunta, corremos o risco de simplificar demasiadamente as teorias. Contudo, acreditamos que essa breve revisão é necessária para (i) mostrar em que medida a nossa abordagem se assemelha ou diverge das demais e, com isso, (ii) legitimar a nossa opção teórica, conforme anunciamos na introdução.

Com este trabalho, pretendemos levar o leitor a compreender por que buscamos na abordagem da ANL princípios para analisar o papel semântico da pergunta construído no discurso pelo locutor. Acreditamos, ainda, que olhar a pergunta sob diferentes perspectivas favorece a compreensão desse tema e permite construir uma reflexão sob outros ângulos de observação.

4.1 UM OLHAR SOBRE A PERGUNTA PELA FILOSOFIA DA LINGUAGEM

Com uma perspectiva filosófica, Austin e Searle, opondo-se à visão que colocava as condições de verdade como centrais para a compreensão da linguagem, assumiram o estudo das ações humanas realizadas por intermédio da linguagem (LEVINSON, 2007)¹⁸. Nesse contexto, surgem as ponderações sobre os atos de fala, que abarcam também a pergunta.

Primeiramente, com relação à teoria dos atos de linguagem, verifica-se que “quando um locutor produz um enunciado, além de informar (conteúdo proposicional), ele também age (realiza o ato de prometer, ordenar, permitir, etc.)” (VOGÜE; PAILLARD, 2011, p. 132). Dessa maneira, pela linguagem, o locutor quer agir sobre o mundo e sobre o interlocutor enquanto ser do mundo. Assim, falar é agir sobre *outrem*. O *outrem* é aquele com quem falamos ou não, com quem nos situamos em uma comunidade de comunicação (ARMENGAUD, 2006).

Verifica-se, então, que, ao enunciarmos sentenças¹⁹, estamos fazendo coisas e, a fim de esclarecer como ao enunciar uma sentença as fazemos, estamos executando ações. Todo enunciado linguístico visa a produzir certo efeito e a implicar certa modificação da situação interlocutiva (KERBRAT-ORECCHIONI, 2005). Austin²⁰ (citado por LEVINSON, 2007) isola (em sua oitava conferência) três atos que são simultaneamente executados e referem-se a três sentidos básicos:

- (i) *o ato locucionário*: quando uma sentença é enunciada com sentido e referência determinados;
- (ii) *o ato ilocucionário*: corresponde ao ato de fazer uma declaração, oferta, promessa, etc. ao enunciar uma sentença, em decorrência da força convencional associada a ela;
- (iii) *o ato perlocucionário*: relacionado ao ato de causar efeitos no público por meio da enunciação de uma sentença, sendo tais efeitos contingentes às circunstâncias da enunciação (LEVINSON, 2007, p. 300).

O termo *ato de fala* acabou sendo diretamente relacionado ao ato ilocucionário, objeto de interesses de Austin, conforme Levinson (2007). O ato ilocucionário se realiza diretamente

¹⁸ Segundo Recanati (1979), Austin e Searle não propuseram uma teoria propriamente linguística. Porém, ao estudarem a relação entre locutor e interlocutor pela ação das palavras, considerando os aspectos semânticos, sua teoria é associada ao campo da Pragmática (RECANATI, 1979). A definição de pragmática envolve discussões devido à diversidade de estudos que essa área possibilita. Não nos cabe discorrer sobre isso, só ressaltamos que utilizaremos teoria dos atos de fala para nos referirmos às concepções de Austin e Searle.

¹⁹ A sentença corresponde a expressões linguísticas, e a enunciação ao uso de uma sentença no contexto (LEVINSON, 2007).

²⁰ AUSTIN, John L. *How to do things with words?* Oxford: Clarendon Press. 1962.

pela força convencional atribuída à emissão de certo tipo de enunciado de acordo com um procedimento convencional. Já o ato perlocucionário é específico das circunstâncias da emissão e, portanto, inclui todos os efeitos, objetivados ou não objetivados, muitas vezes incertos, que certa enunciação particular numa situação particular pode causar (LEVINSON, 2007). Tomando como exemplo o enunciado: “Atire nela”; pode-se ter uma força ilocucionária de ordenar, instar ou aconselhar o destinatário a atirar, mas o efeito perlocucionário pode ser o de persuadir, forçar ou amedrontar o destinatário para que atire (LEVINSON, 2007, p. 301).

A teoria dos atos de fala de Austin é sistematizada por Searle, com incursões na teoria geral do significado e ligações com outras questões filosóficas, sem sofrer grandes alterações, segundo Levinson (2007).

Ainda em relação aos atos ilocucionários, verifica-se, nos atos de fala, uma distinção aos atos proposicionais, relacionados a uma pragmática lógica. Essa diferença está no fato de que a mesma expressão de uma proposição pode aparecer em atos ilocucionários diferentes (ARMENGAUD, 2006). Por exemplo, em: *Por favor, sirva-se de mais feijoada! / Você vai se servir de mais feijoada. / Você vai se servir de mais feijoada?*, a mesma sentença *você vai se servir de mais feijoada* é expressa na realização de três atos ilocucionários diferentes: uma solicitação, uma predição, uma pergunta.

Além disso, a noção que corresponde aos conteúdos proposicionais é a de verdade, e a sobre os atos ilocucionários, de realização. Dessa maneira, uma ordem é realizada quando o interlocutor que a recebe efetua a ação ordenada, o que faz com que o conteúdo proposicional da sentença torne-se verdadeiro.

A forma lógica representativa do ato ilocucionário, em seu vínculo com um conteúdo proposicional, foi expressa por Searle (1981) pela representação: $F(p)$ – em que p é o conteúdo proposicional e F , a força ilocucionária. Conforme Kerbrat-Orecchioni (2005), Searle chama de força ilocucionária o componente do enunciado que lhe dá seu valor de ato. O termo força ilocucionária foi substituído, na teoria dos atos de fala, por valor ilocucionário (KERBRAT-ORECCHIONI, 2005).

Nessa perspectiva, estudar enunciados sob a perspectiva dos atos de fala significa interpretá-los:

[...] em função das condições e dos efeitos particulares de seu proferimento em um dado meio extralinguístico, levando-se em conta parâmetros psicossocioantropoculturais e, notadamente, as intenções ou a representação que se pode fazer das intenções do locutor. (FRANCKEL, 2011b, p. 45).

O sentido de um enunciado, sob essa ótica dos atos ilocucionários, é apreendido por meio de um encadeamento de palavras tomado em sua articulação imediata com o sujeito que a pronuncia e com as condições únicas nas quais ela é utilizada (FRANCKEL, 2011c, p. 106).

Dessa forma, no âmbito dos atos de fala, o contexto é externo ao enunciado no qual ele é proferido, sendo formado por um conjunto de condições e de efeitos particulares de falas em um momento e em um ambiente dados (FRANCKEL, 2011c, p. 108). Assim, “cada proferimento pode ser associado a uma profusão de interpretações classificadas em vários planos e cuja organização provém muito mais da ordem do sociológico e do psicológico do que da linguística” (FRANCKEL, 2011c, p. 109).

Outro conceito relevante da teoria de Searle é o das condições de sucesso (em inglês, *felicity*). Essas condições de sucesso do ato que o enunciado pretende efetuar são aquelas que devem ser reunidas para que seu valor ilocucionário tenha alguma chance de se realizar perlocucionariamente (KERBRAT-ORECCHIONI, 2005, p. 39). Há dois tipos de condições: (i) as gerais que valem para todos os atos de linguagem, como a questão de todo enunciado ter um destinatário capaz de receber e interpretar o enunciado, esse destinatário conhece a língua, faz parte de um canal aberto de comunicação, etc.; (ii) as próprias a uma família de atos ou a um ato particular.

Lembramos que o nosso propósito, aqui, não é o de desenvolver aprofundadamente a teoria dos atos de fala, mas sim de apresentar tópicos necessários para uma diferenciação ao compará-la com a ANL. Por isso, consideramos que os conceitos até aqui apresentados são suficientes para estabelecermos algumas primeiras diferenças em relação à ANL (tomando-se, para tanto, os pressupostos da ANL apresentados no capítulo anterior).

Dentre as diferenças entre as duas teorias, destacamos, inicialmente, as relacionadas às formas de entender a linguagem. Enquanto pela teoria dos atos de fala a ênfase está no *fazer* pela fala, na ação, pela ANL, importa *como* se realiza esse fazer, o papel do linguístico, do que é dito, é o relevante.

A partir dessa diferença, estabelece-se outra, sobre a definição e consideração dos sujeitos que se enunciam. Pela teoria dos atos de fala, há o estudo da fala em uma situação de comunicação, proferida por um falante (ser no mundo), e de como essa será entendida por quem a recebe. Pela ANL, o objeto de estudos é o enunciado do locutor enquanto ser discursivo. O sujeito referente ao locutor no mundo, com seu papel social e aspectos psicológicos, o sujeito empírico não é tema de análise, pois isso seria contrário aos

pressupostos saussurianos, à linguagem como um sistema em si e, portanto, não tem relação com o sentido (definições de locutor referentes à Teoria da Polifonia, previamente expostas no capítulo 3, desta tese).

Quanto ao papel do contexto para a construção do sentido, pela ANL, há outra interpretação, distanciando-nos do olhar da teoria dos atos de fala. Pela ANL, Ducrot (2005a) questiona o papel do contexto e afirma que a compreensão linguística já é ela mesma reveladora e satisfatória, ao menos, num primeiro nível de interpretação (DUCROT, 2005a, p. 11). A estrutura linguística indica o que se deve procurar no contexto e como procurar para se interpretar um enunciado. O contexto tem um papel na construção do sentido; no entanto, essa construção “pragmática” (aspas conforme Ducrot, 2005a) do sentido é orientada pelo valor inerentemente linguístico das palavras que se quer entender.

Como teoria enunciativa, a ANL mostra que a fala, dentre outras funções, coloca em cena a si própria ao produzir uma representação de sua enunciação, comentando o que o locutor faz em sua fala. Assim, também nesta acepção, semântica e pragmática não se separam, ao contrário, integram-se, entendendo-se que o sentido acrescentado pela pragmática já se encontra inscrito em filigrana na própria estrutura linguística, porque a significação das palavras contém *instruções* que apontam para a busca do sentido no uso da língua (DUCROT, 2005a). Detalharemos mais essa concepção de instrução no capítulo referente à pergunta pela ANL.

4.1.2 A pergunta e os atos de fala

Após essa rápida apresentação de alguns conceitos relacionados à teoria dos atos de fala, mostraremos, agora, como essa teoria entende a pergunta, tema desta tese. Da mesma forma como fizemos no item anterior, apresentaremos algumas reflexões sobre essa abordagem pragmática da pergunta.

Segundo Kerbrat-Orecchioni (1991), para os filósofos da linguagem, a pergunta está entre um dos três atos universais de linguagem, sendo eles: os atos que descrevem o mundo, os atos que interrogam sobre o mundo e os atos que procuram mudar o mundo²¹. Outra consideração, segundo Parret (1979), é a de que foram os filósofos da linguagem,

²¹ Segundo Levinson (2007, p. 308), é preciso fazer uma distinção entre o conjunto de termos *imperativo*, *interrogativo* e *declarativo* e o conjunto de termos *ordem* (ou *solicitação*), *interrogação* e *afirmação* (ou *declaração*). O primeiro conjunto é o de categorias linguísticas referentes às sentenças; o segundo grupo é o de categorias concernentes ao uso das sentenças, às enunciações e tipos de enunciações.

especialmente Searle, que abriram um novo campo de investigação, buscando, pela teoria dos atos de fala, formas de classificar os tipos de perguntas, levando outros teóricos a se aventurarem por esse caminho.

Searle (1995) considera a ordem e a pergunta como dois membros de uma mesma família, a dos atos diretivos. Esses atos têm como ponto ilocucionário o empreendimento do falante para conseguir que o ouvinte faça algo por meio da enunciação da sentença. Segundo Searle (1995), sobre os atos diretivos:

[...] seu propósito ilocucionário consiste no fato de que são tentativas (em graus variáveis, e por isso são, mais precisamente, determinações do determinável que inclui tentar) do falante levar o ouvinte a fazer algo. Podem ser “tentativas” muito tímidas, como quando o convido a fazer algo ou sugiro que faça algo, ou podem ser tentativas muito veementes, como quando insisto em que faça algo. [...] A diferença do ajuste é mundo-palavra e a condição de sinceridade é a vontade (desejo). O conteúdo proposicional é sempre que o ouvinte O faça alguma ação futura A. (SEARLE, 1995, p. 21).

Nessa definição, o conteúdo proposicional é sempre a realização da ação por parte do ouvinte (ARMENGAUD, 2006). Assim, as perguntas são uma subcategoria dos atos diretivos, pois elas são uma tentativa do falante de fazer o ouvinte responder algo, de realizar um ato de fala (SEARLE, 1995). A ordem e a pergunta constituem demandas, que podem ser modestas ou fortes de acordo com o eixo relativo ao grau de intensidade na apresentação do objetivo do locutor. Elas têm a mesma natureza em relação ao objeto da demanda e, portanto, sobre a natureza – verbal ou não-verbal – do comportamento da resposta:

- Demanda de um dizer – reação verbal – pergunta – *Que horas são?*;
- Demanda de um fazer – reação não-verbal – ordem – *Diga-me que horas são.*

Essa distinção entre ordem e pergunta é bastante problemática. Segundo Kerbrat-Orecchioni (2005), diferenciar uma ordem de uma pergunta recai sobre a discussão entre *fazer* e *dizer*, ou seja, por um lado, a pragmática assume o postulado de que dizer é fazer, assim toda pergunta é uma forma de ordem; mas, por outro lado, a língua concede autonomia a esse fazer próprio, e particularmente importante, pois dá certos meios de expressão específicos à solicitação de um dizer. Kerbrat-Orecchioni (2005), ao conciliar os pontos de vista linguístico (de Benveniste) e pragmático (de Searle), coloca a pergunta (pedido de um dizer) e a solicitação (pedido de um fazer) como parte de uma categoria maior, a dos pedidos (KERBRAT-ORECCHIONI, 2005, p. 100).

Pela teoria dos atos de linguagem, a hipótese da interrogação parte de dois interlocutores reais e o ato de demandar consiste que um locutor 1, sem dispor de uma certa

informação, envie a um locutor 2 um ato de linguagem tal que ele fornecerá ao locutor 1 a informação que este necessita ou quer saber sobre o mundo.

O ato de interrogar, segundo Searle (1981), está circunscrito por um conjunto de condições e regras. Entre as condições para perguntar, citamos:

- a) o locutor 1 não dispõe ele mesmo da informação;
- b) o locutor 1 pensa que o locutor 2 dispõe dessa informação;
- c) o locutor 1 pensa que o locutor 2 não fornecerá ele mesmo a informação em questão;
- d) o locutor 1 pensa que o locutor 2 é capaz de lhe fornecer a informação.

Das regras para perguntar, encontram-se as:

- a) de conteúdo proposicional – qualquer proposição ou função proposicional;
 - b) preparatória – F²² não sabe a resposta, isto é, não sabe se a proposição é verdadeira ou, no caso da função proposicional, não sabe a informação necessária para completar verdadeiramente a proposição; não é óbvio nem para F nem para O que O dará a informação naquela hora sem ser perguntado.
 - c) de sinceridade – F quer essa informação;
 - d) essencial – vale como uma tentativa de obter essa informação de O;
- Comentário – Há dois tipos de perguntas, (a) reais, (b) exames. Nas perguntas reais F quer saber (descobrir) a resposta; nas perguntas de exame, F quer saber de O sabe. (SEARLE, 1981, p. 88).

A discussão sobre a diferença entre pergunta e solicitação é deveras importante ao campo da pragmática, e leva também a questões sobre os atos de fala indiretos.

Dentre as críticas referentes aos estudos da pergunta pela perspectiva da pragmática associada aos filósofos de Oxford, conforme Grésillon (1981), está a falta de uma análise das formas específicas da língua envolvidas neste ato. Outra crítica deve-se à pergunta (entendida como todo enunciado que se apresentar com a finalidade principal de obter do destinatário um aporte de informação) ficar restrita ao tipo de pergunta de demanda de informação.

Além disso, concernente ainda aos estudos pragmáticos da pergunta, Grésillon (1981) propõe que, com relação à interlocução, a pragmática estuda o caso de dois locutores reais, numa situação de diálogo/comunicação, o que também não consegue explicar questões referentes aos estudos da interrogação de natureza mais complexa, em que não se trata de um diálogo real.

Pretendemos, por nosso olhar argumentativo pela ANL, tratar do caso dos discursos escritos, em que há uma relação enunciativa entre o locutor e o interlocutor, enquanto seres

²² F – falante; O – ouvinte.

discursivos, e, dessa forma, acreditamos contribuir para a compreensão de um uso específico da pergunta.

Para finalizar esta subseção, consideramos que a teoria dos atos de fala constitui um marco teórico para os estudos da linguagem sob a perspectiva da ação. Apesar de conter problemas internos (por exemplo, a ênfase dada ao locutor, deixando de lado a interação), é a partir dos problemas propostos por essas primeiras regras elaboradas para estudar a linguagem em uso pelos filósofos de Oxford, que novos ramos surgiram e se desenvolveram. Dentre eles, destaca-se o campo de investigação sobre a fala, como a análise da conversação, no qual não entraremos, pois nosso objeto restringe-se à escrita²³.

Após essas primeiras reflexões sobre os atos de fala, passamos à outra perspectiva de entendimento da linguagem (e, conseqüentemente, da pergunta) – a *semiologia*.

4.2 A PERSPECTIVA SEMIOLINGUÍSTICA

Estudar a linguagem sob uma perspectiva semiológica consiste em fazer uso de conceitos decorrentes de duas visões inter-relacionadas, segundo Charaudeau (2008).

A primeira forma a influenciar a semiologia caracteriza-se por uma concepção de linguagem-objeto-transparente, pela qual o ato de linguagem esgota sua significação em si mesmo, por meio de um método de atividade de abstração, processada por diferenciações na manifestação linguageira, pelo número de comparações, por transformações e/ou por analogias/homologias que permitem diferenciar níveis de estrutura de linguagem cada vez mais gerais e abstratos; e o interesse se dá sobre o que nos fala a linguagem, ou seja, identificar qual o mundo já organizado que se encontra por trás da linguagem (CHARAUDEAU, 2008, p. 20).

Como segundo tipo de influência, tem-se a concepção de linguagem-objeto-não-transparente. Essa visão considera a produção do ato de linguagem por um emissor determinado, em um dado contexto sócio-histórico. Conseqüentemente, o ato de linguagem não esgota sua significação de forma explícita; os seres de fala são seres do mundo com uma competência de fala múltipla. Nessa concepção, ainda, a atividade linguageira é denominada de atividade de elucidação, em que os atos de linguagem são analisados em um contexto a fim

²³ Em entrevista ("Interview with John Searle", by Julian Moore), Searle afirma ele mesmo enfrentar o desafio de a cada nova reflexão deparar-se com novas possibilidades que geram outras perspectivas. Disponível em: <http://socrates.berkeley.edu/~jsearle/articles.html>. Último acesso em 02/09/2011.

de focalizar as relações dos atos de linguagem e de suas condições de produção-interpretação. O interesse, nesse segundo modo de abordar a linguagem, está em saber como *fala* a linguagem, como a significação é significada (CHARAUDEAU, 2008).

Como forma de integração dessas duas abordagens, a semiolinguística propõe que:

O ato de linguagem não pode ser concebido de outra forma a não ser como um conjunto de atos significadores que *falam* o mundo através das condições e da própria instância de sua transmissão. De onde se conclui que o Objeto de Conhecimento é o *do que* fala a linguagem através de *como* fala a linguagem, *um constituindo o outro* (e não um *após* o outro). O mundo não é dado a princípio. Ele se faz através da estratégia humana de significação. O Método seguido deverá então ser duplo: elucidante do ponto de vista de *como* e abstratizante do ponto de vista do *do quê*. E, por antecipação, diremos que uma análise semiolinguística do discurso é Semiótica pelo fato de que se interessa por um objeto que só se constitui em uma intertextualidade. Esta última depende dos sujeitos da linguagem, que procuram extrair dela possíveis significantes. Diremos também que uma análise semiolinguística do discurso é Linguística pelo fato de que o instrumento que utiliza para interrogar esse objeto é construído ao fim de um trabalho de conceituação estrutural dos fatos linguageiros. (CHARAUDEAU, 2008, p. 21).

Ao definir os sujeitos da linguagem, na proposta semiolinguística, Charaudeau (2008) considera dois processos, o de Produção, criado por um EU e dirigido a um TU – destinatário, e o de Interpretação, criado por um TU’ – interpretante, que constrói uma imagem EU’ do locutor. Dessa forma, para Charaudeau (2008), o TU também é um sujeito que constrói uma interpretação em função de um ponto de vista sobre a situação discursiva e sobre o EU. O TU’ – interpretante diferencia-se do TU – destinatário, TU ao qual se dirige o EU. O TU’ ao interpretar reflete o EU’ como uma imagem (EU’), diferente daquela que o EU pensava ter. Essa relação leva a ver que o EU dirige-se a um TU – destinatário idealizado pelo EU. Porém, ao verificar que o TU – interpretante não corresponde ao que havia imaginado, acaba por descobrir-se como um outro EU (EU’), sujeito falante suposto (fabricado) pelo TU – interpretante (TU’) (CHARAUDEAU, 2008, p. 44). Assim, o ato de linguagem é um encontro dialético, tornando-se “um ato *inter-enunciativo* entre *quatro sujeitos* (e não 2), lugar de encontro imaginário de dois universos de discurso que não são idênticos” (CHARAUDEAU, 2008, p. 45).

O desdobramento do lugar do EU leva Charaudeau (2008) a afirmar que unicamente o sujeito notado pelo TU_i é esse EU’, o qual denomina também de sujeito enunciador, EU_e. A esse EU_e se opõe o EU produtor de fala, o qual Charaudeau (2008) intitula EU_c. Conclui-se que o EU_e é um sujeito de fala assim como o TU_d, realizado e instituído na fala. O TU_i, em compensação, é quem constrói (para si) uma certa imagem do EU_e. Tal observação leva a constatar o EU_e como uma imagem de fala que oculta em maior ou menor grau o EU_c. O

sujeito comunicante (EUc) é um ser agente (como o TUi), parte da esfera externa do ato de linguagem, no entanto, responsável por sua organização (CHARAUDEAU, 2008).

Sobre o ato de linguagem, pela semiolinguística, há sempre um jogo entre o implícito e o explícito, por isso, o ato de linguagem nasce de circunstâncias de discurso específicas, realiza-se no encontro dos processos de produção e de interpretação e é encenado por duas entidades desdobradas em sujeito de fala e sujeito agente. Dessa maneira, esse ato compõe dois circuitos de produção do saber: (i) o circuito de fala configurada (espaço interno), formado pelo sujeito enunciador e sujeito destinatário; (ii) o circuito externo à fala configurada (espaço externo), composto pelos seres agentes: sujeito comunicante (EUc) e sujeito interpretante (TUi) (CHARAUDEAU, 2008, p. 52–53).

Ainda sob esta perspectiva, segundo Charaudeau (2008), analisar um texto é dar conta dos possíveis interpretativos que surgem no ponto de encontro dos dois processos de produção e interpretação, “o *sujeito analisante* está em uma posição de *coletor* dos pontos de vista interpretativos e, por meio da comparação, deve extrair constantes e variáveis do processo analisado” (CHARAUDEAU, 2008, p. 63).

Do que apresentamos até aqui sobre a semiolinguística de Charaudeau (2008), podemos estabelecer alguns pontos de contato e distanciamento com a ANL. Como aproximação, um ponto em comum entre as duas teorias é o de ambas serem enunciativas em sua origem, conservando suas especificidades. Ambas as teorias partem da concepção de enunciação elaborada por Benveniste, enfatizando o uso da língua por um sujeito (eu), para um outro sujeito (tu), em um determinado tempo e espaço, sendo a língua uma marca de subjetividade, uma entidade em funcionamento (BARBISAN *et al.*, 2010).

Charaudeau (2008) focaliza a relação entre a linguagem e o discurso, e toma o sentido construído pelo ato linguageiro. É pelo ato de enunciação do sujeito comunicante que o sujeito enunciador é inscrito na sua própria enunciação, ao mesmo tempo em que constitui sua identidade enunciativa.

Ducrot (1990) considera o sentido como produto da enunciação, sendo que o seu conceito de enunciação difere-se ao considerá-la o surgimento de um enunciado, e não o ato em si. Nesse caso, para a ANL, interessa o sentido do enunciado como representação da enunciação e não o sujeito enunciador. Assim, para nosso estudo, tomaremos a figura do locutor e alocutário interiores ao discurso. Nosso intuito é o de verificar as relações construídas internamente ao discurso, incluindo as pessoas discursivas, o que não parece ser o objetivo de Charaudeau (2008).

4.2.1 A pergunta pela semiolinguística

Voltando-nos agora para o tema de nossa pesquisa, a pergunta, observamos que em Charaudeau (2008) a interrogação dá-se no procedimento linguístico de construção enunciativa, na modalidade alocutiva, sendo considerada uma categoria modal. Nesse quadro, como papéis do locutor, há os de: – estabelecer uma informação a adquirir com seu enunciado; – solicitar anuência ou informação ao interlocutor; – impor ao interlocutor um papel de interrogado; – atribuir-se o direito de questionar. Ao interlocutor cabe: – ter a competência para responder; – ver-se na obrigação de responder alguma coisa porque foi interrogado.

Charaudeau (2008) também estuda a interrogação como um modo de organização discursiva, correspondente ao modo argumentativo. A argumentação, pela semiolinguística, é uma atividade discursiva tida como uma busca por uma racionalidade almejando um ideal de verdade quanto à explicação de fatos do mundo e uma busca de influência do Eu sobre o Tu, tendendo a um ideal de persuasão (BARBISAN *et al.*, 2010). Nessa perspectiva, ao argumentar, o sujeito coloca-se no centro de uma encenação, em uma situação específica de comunicação e de influência e diante de um interlocutor, a que se liga por um contrato comunicativo.

A interrogação, nessa direção argumentativa, integra o procedimento discursivo de questionamento, o qual consiste em utilizar sistematicamente certas categorias de língua ou os procedimentos de outros “Modos de organização” do discurso para produzir certos efeitos de persuasão no âmbito de uma argumentação (CHARAUDEAU, 2008). No procedimento de questionamento, coloca-se em questão uma “Proposta”, cuja realização depende da resposta (real ou suposta) do interlocutor.

Como objetivos do questionamento, Charaudeau (2008) menciona: – *de incitação a fazer*, quando a questão coloca em evidência uma carência e solicita seu preenchimento; *de proposta de uma escolha*, é feita uma oferta ao interlocutor, da resposta deste dependerá a realização da oferta e daquilo que se acha expresso na consequência, por exemplo: “Senhor William, será que isto o tentaria a ir viver no interior? Eu lhe dou uma promoção” (CHARAUDEAU, 2008, p. 242); – *de verificação do Saber*, quando os dois interlocutores estão em uma situação de troca polêmica, o questionamento permite ao questionador mostrar que ele sabe e assegurar sua superioridade sobre quem é questionado, sendo que de uma resposta, boa ou má, dependerá uma sanção positiva ou negativa, por exemplo: “Você pede dois anfiteatros a mais, mas você sabe, ao menos, qual é o montante de nossa verba de

custeio? (Resposta: sim, então seu pedido é inócuo; não, então se informe antes de pedir)” (CHARAUDEAU, 2008, p. 242); – *de provocação*, nesse caso, o questionamento contém uma apreciação sobre o questionado, colocando-o em causa. A necessidade de responder dá-se em função de defender sua face e essa resposta pode consistir em uma rejeição da apreciação, ou em uma justificativa, tipo de questionamento usual em situações de entrevista, como “– Mas, você é um grande músico, não?” (CHARAUDEAU, 2008, p. 243); – *de denegação*, pelo questionamento propõe-se um argumento que é rejeitado antecipadamente, ao mesmo tempo em que é feita a pergunta: “Será que vale a pena mandar consertar o secador, se custará mais caro que comprar um novo?” (CHARAUDEAU, 2008, p. 243).

Ainda em relação à Semiolinguística, encontramos um estudo da interrogação realizado sob esse olhar integrado à retórica em Souza (2006), em sua dissertação intitulada “O papel da modalidade interrogativa nas unidades informativas do artigo de opinião autoral”. Nesse trabalho, a autora investiga quais alternativas tem o produtor de um texto ao estruturá-lo com vistas a um dado fim persuasivo, buscando encontrar possíveis regularidades nas opções de um determinado tipo textual. O trabalho ancora-se no campo epistêmico (campo do saber) e campo deôntico (campo de dever).

Dentre os objetivos apresentados por Souza (2006), destacamos o de, com relação à modalização da pergunta, procurar evidenciar como o modo interrogativo serve ao produtor textual para marcar o fato de que esse produtor considera que o leitor poderia não compreender sua posição axiológica, ou não crer na opinião apresentada de modo satisfatório; e também o de relacionar valores epistêmicos e deônticos revelados pelo produtor na construção do artigo de opinião. Com isso, a autora dedica seu trabalho para mostrar como o produtor de um texto lança mão de ações textuais discursivas a fim de elaborar um texto para que o leitor possa compreendê-lo, aceitá-lo e crer na opinião contida nele.

Como conclusão, Souza (2006) aponta para o uso da interrogação como sendo uma marca discursiva de retro e prospecção textual, uma vez que a demanda de resposta delimita parâmetros dentro dos quais o universo da opinião se elabora e se constrói. Segundo Souza (2006), ainda, o ato de interrogar circunscreve um universo de sentidos por meio do papel organizador, motivador e convocatório da pergunta. Isso possibilita ao produtor e ao leitor partilharem pontos de vista.

Após essas colocações sobre a interrogação sob a semiolinguística, temos que a interrogação está relacionada a uma atividade de um sujeito argumentante cuja experiência permite expressar uma crença e uma explicação e transmiti-la ao interlocutor. Para isso, o

sujeito utiliza de sua faculdade de raciocínio para persuadir seu interlocutor a mudar seu comportamento.

Por outro lado, pela ANL, a argumentação está inscrita na língua. A argumentação está relacionada à construção de sentidos por meio de entidades linguísticas em relação, e locutor e alocutário são elementos internos à linguagem. Ao argumentar, o locutor, por intermédio da relação que estabelece entre as palavras, enunciados e discursos que enuncia, apresenta seu ponto de vista sobre a realidade, construindo a “sua” realidade. Como o locutor sempre está implicado no que diz, não há neutralidade na linguagem e todo uso da língua é argumentativo (englobando a pergunta). Pela ANL não há o propósito de uma investigação da intenção do locutor, objetivo da semiolinguística. O foco, na ANL, está no sentido resultante do emprego da língua.

Para finalizar, podemos dizer, concordando com Barbisan *et al.* (2010), que, apesar das diferenças, ambas as teorias dialogam ao concordarem com a premissa de que a língua produz sentido quando é acionada por um ser discursivo, numa dada situação e num dado momento. A língua só se concretiza ao ser utilizada, assim, de um ponto de vista exterior ou interior, a argumentação está presente na enunciação.

4.3 A TEORIA DAS OPERAÇÕES ENUNCIATIVAS

Estudar a linguagem sob a ótica da teoria das operações enunciativas, desenvolvida por Antoine Culioli, significa tomar como objeto de estudos o enunciado, considerado como um arranjo de marcas que constitui o dado empírico essencial a toda análise, a partir do qual se organiza um certo efeito significante. A enunciação, para esse autor, não é concebida como um ato, mas um processo que se recupera a partir do enunciado. Toma-se a forma pela qual um enunciado se enuncia, sendo que sentido e forma são construídos correlativamente (VOGÜÉ, 2011).

O enunciado induz a uma estruturação enunciativa, e não se reduz a um conteúdo, definindo o quadro no qual será interpretado, e a “forma de dizer” que lhe é própria contém o seu efeito significante. O enunciado define também uma forma de cenário (conjunto de condições postas para sua interpretação) na qual se inscreve. Dessa forma, o sentido não é função do contexto, é o contexto a função do sentido (VOGÜÉ, 2011, p. 66).

Na teoria culioliana, as operações enunciativas colocadas em jogo pelo enunciado não são fruto de um controle restrito do locutor, mas estão determinados pela ordem da

linguagem. Assim, “o locutor é somente a origem de sua fala; ele não poderia ser a origem de determinações instituindo a ordem da linguagem” (VOGÜÉ, 2011, p. 60).

Segundo Vogüé (2011), a teoria culioliana sustenta que a construção enunciativa decorre de operações de orientação e que passa pela determinação de pontos de vista diferenciados, os orientadores enunciativos. Dentre eles, há um orientador-origem, responsável pelas orientações que se estabelecem no processo enunciativo, sendo que a origem do processo enunciativo encontra-se na ordem da linguagem. Esses pontos de vista organizam-se por meio de relações dialéticas de oposição e identificação, o que leva a descrevê-los como sujeitos, porém sujeitos em parâmetros abstratos (VOGÜÉ, 2011).

Segundo Franckel e Paillard (2011), a teoria culioliana pode ser apresentada sob três aspectos: uma teoria da enunciação, um sistema de orientação (*systeme de repérage*) e uma teoria da invariância (FRANCKEL; PAILLARD, 2011, p. 88).

Essa teoria é enunciativa na medida em que toma o enunciado como objeto, como foi mencionado acima. Reiteramos que nessa perspectiva o enunciado deve ser compreendido como “uma organização de formas a partir das quais os mecanismos enunciativos, que o constituem como tal, podem ser analisados, no quadro de um sistema de representação formalizável, como um encadeamento de operações do qual ele é a marca” (FRANCKEL; PAILLARD, 2011, p. 88). Estudar a enunciação sob esse enfoque é também verificar as modalidades de constituições do valor referencial, construído por operações. Dessa forma, essa teoria apresenta-se sob a denominação de *teoria das operações predicativas e enunciativas*.

A hipótese que fundamenta o programa da teoria de Culioli, conforme Franckel e Paillard (2011), partindo da primeira etapa da teoria até o fim dos anos 1970, é a de que o conjunto de operações enunciativas se resume a um operador único, o operador de orientação representado por $\underline{\epsilon}$, o qual coloca em relação um termo a outro termo. Ainda, segundo esses autores:

O operador $\underline{\epsilon}$ relaciona dois termos (a e b) em uma relação de alteridade primeira: $a \underline{\epsilon} b$, e reformula essa alteridade primeira como uma relação assimétrica: a é orientado [*repéré*] por b . Ao mesmo tempo, essa orientação é indissociável das propriedades de a e b , que fazem com que o termo a tenha uma maior ou menor vocação, na relação, de ser orientado por b (em *o livro está sobre a mesa*, *livro* e *mesa* têm propriedades que tendem a fazer de *mesa* mais um termo orientador [*repère*] do que o inverso, visto que *mesa* não é mais um termo orientador em si. As propriedades dos termos não são anteriores a sua instauração nas relações; são estas que as determinam. (FRANCKEL; PAILLARD, 2011, p. 91).

A teoria de Culioli apresenta, em decorrência de seu desenvolvimento, modificações de alguns de seus conceitos internos, conseqüentemente, a reflexão passou a centrar-se sobre o conceito de noção e domínio nocional a partir de 1980 (FRANCKEL; PAILLARD, 2011). A noção foi definida por Culioli (2000), primeiramente, como um feixe de propriedades físico-culturais, entendendo-a como uma entidade híbrida, entre o mundo e as representações físico-culturais por um lado, e a língua, por outro. A noção só pode ser apreendida por meio de realizações particulares que são suas ocorrências, o domínio nocional é um conjunto de virtualidades.

Enfrentar o problema da noção é, portanto, reencontrar, de um lado, os feixes de propriedades físico-culturais ou propriedades do objeto (de organização) e de outro lado, por meio dos marcadores de asserção (*há, isso...que*; etc.) de negação, de interrogação, o problema da construção de um complemento. Assim, nós retornamos ao problema do predicado, a saber que, em todos os casos, trata-se de trabalhar a partir de uma relação predicativa não saturada (p, p') que só permite apreender o domínio nocional. (CULIOLI, 2000, p. 52)²⁴ (tradução nossa).

Culioli (2000) distingue a noção, representação estruturada, de conceitos, que são estruturados uns em relação aos outros em um universo técnico. As noções se organizam umas em relação às outras criando relações de acompanhamento, de identificação, etc. Para exemplificar, Culioli (2000) comenta que as relações entre um cachorro e um carneiro não são do mesmo gênero das construídas entre um carneiro e um leão. Segundo esse autor, há todo um conjunto de propriedades organizadas umas em relação às outras, que são físicas, culturais, antropológicas, e fazem com que um termo não remeta a um sentido, mas remeta a um *domínio nocional*, ou seja, a um conjunto de virtualidades (CULIOLI, 2000, p. 86).

Em momento mais recente, a teoria de Culioli retoma a operação de orientação a partir de dois termos orientadores que são pólos reguladores da noção. Há uma orientação do tipo construção, em que a existência do termo orientado é predicada em relação ao termo orientador; e uma orientação do tipo especificação, na qual o termo orientado é especificado por sua relação com o termo orientador.

²⁴ *Se heurter au problème de la notion c'est donc rencontrer, d'un côté, les faisceaux de propriétés physico-culturelles ou propriétés d'objet (d'organisation) et d'un autre côté, par le biais des marqueurs d'assertion (« il y a » ; « c'est...que » ; etc.) de négation, d'interrogation, le problème de la construction d'un complémentaire. Et l'on retourne para là au problème du prédicat, à savoir que dans tous les cas il s'agit de travailler à partir d'une relation prédictive non saturée (p, p') que, seule, permet d'appréhender le domaine notionnel.* (CULIOLI, 2000, p. 52).

Para Culioli (2000), a linguagem faz funcionar de maneira específica mecanismos cognitivos fundamentais. Assim, a linguagem constitui uma forma de pensamento específico e essa especificidade só pode ser alcançada pela análise das operações da qual ela é constitutiva.

Quanto à teoria das operações enunciativas de Culioli (2000), destacamos o fato de esse autor mostrar certa vinculação a Saussure ao utilizar o conceito de relação, por meio da noção de *localização* (BARBISAN; FLORES, 2009). Pela relação de localização, um termo da língua adquire valor referencial em relação a outro termo. Apesar dessa aproximação ao estruturalismo, o desenvolvimento do conceito de relação na teoria culioliana dá-se de forma diferente desse entendimento em Ducrot. Entendemos que Culioli constrói sua teoria utilizando-se do conceito de noção, o qual engloba uma representação não-linguística da atividade simbólica (entrando no campo cognitivista), uma representação cuja materialidade é inacessível ao linguista, pois é virtual e só pode ser apreendida pelas ocorrências de suas realizações particulares. Pela teoria das operações enunciativas, quando um termo X é identificado em relação a outro termo Y, a operação de localização atribui a X um valor referencial, valor unicamente atribuível pelo sistema de localização no enunciado. Então, enunciar é construir uma rede de valores referenciais, um sistema de localização. Já para a ANL, a relação entre X interligado a Y por um conector leva a um sentido. Enunciar pela ANL é construir relações semânticas pelo uso da língua, é argumentar.

Apesar de haver certa aproximação da forma de alteridade estabelecida por meio de uma relação entre dois termos, X e Y, em Culioli e Ducrot, essa relação é totalmente distinta no desenvolvimento teórico dessas duas perspectivas enunciativas. Em nossa visão, não nos valem de um suporte cognitivo para a construção de sentido. Pela ANL, a construção de sentido está embasada totalmente no linguístico, e o que leva à construção de sentido é a interdependência semântica entre os termos relacionados. Sobre a enunciação, ambas as perspectivas tomam o enunciado como objeto de estudos, porém, em nossa concepção de enunciação, consideramos essa como o surgimento histórico de um enunciado, enquanto que para a teoria das operações enunciativas, a enunciação está relacionada ao ato de produzir um enunciado, construindo assim uma rede de valores referenciais.

4.3.1 A pergunta sob a ótica das operações enunciativas

Dentro da perspectiva enunciativa de Culioli (2000), temos também um estudo da interrogação, como uma unidade linguística, um marcador interrogativo. Nessa ótica, sua descrição sintática e semântica pressupõe a capacidade de diferenciar a influência da relação recíproca desse marcador com as restantes unidades linguísticas com as quais interage no enunciado, nomeadamente pelo par pergunta/resposta (AFONSO, 2009).

Pela teoria formal operativa, é no co-texto (ou contexto enunciativo) que uma unidade linguística se manifesta, por meio da relação com outras unidades, e, no estudo da interrogação, há o contexto pergunta/resposta. A identidade de uma interrogação será definida em função de seus diferentes modos de interação e funcionamento no contexto enunciativo, sendo que essa variação é inerente à própria identidade da unidade.

O estudo da interrogação, de acordo com Afonso (2009), é descrito como apresentando uma forma e um valor modal. As marcas visíveis e audíveis que permitem a identificação do contexto interrogativo são a curva melódica específica, a presença do ponto de interrogação e a presença de formas clássicas de marcadores interrogativos, como advérbios e pronomes. O valor modal de um enunciado é resultante da localização da relação predicativa (estrutura abstrata subjacente a qualquer enunciado) em relação ao parâmetro S, sujeito, entendido enquanto entidade metalinguística. Ao colocar a interrogação como modalidade, a teoria das operações enunciativas valoriza o modo como o enunciador assume a validação (dizer que é verdadeiro) da relação predicativa subjacente a todo e qualquer enunciado. É pela validação ou não-validação da relação predicativa que o modo como o enunciado vai se apresentar ao interlocutor é circunscrito formalmente. Segundo Afonso (2009):

Ao atribuir-se à interrogação uma predisposição assertiva (alguns tipos de interrogação – retórica e interrogativa – tag, p. ex. – comportam mesmo valores assertivos explícitos) estamos a considerar a interrogação partindo de um pré-construído (só se pode interrogar um acontecimento enunciativo se esse acontecimento for objecto de uma predicação de existência), desenha um percurso formalmente interrogativo, em que o enunciador se apaga sem prescindir do seu estatuto de fonte deontica, para finalmente reclamar uma resposta, regressando assim à asserção (AFONSO, 2009, p. 15).

Segundo Afonso (2009), em um enunciado interrogativo, a validação da relação predicativa encontra-se em suspenso, sendo que o enunciador coloca-se topologicamente na bifurcação de um domínio de validação (formado por um Interior – I, um exterior – E e um espaço intermédio, a fronteira), não podendo ou não querendo validar a resposta. Porém, em

uma interrogação, o sujeito enunciador pode perspectivar o valor que pretende (validação positiva em I ou negativa em E), “construindo assim uma interrogativa não-ponderada, que pré-orienta a resposta pretendida” (AFONSO, 2009, p. 16). O enunciador da pergunta dispõe de recursos linguísticos para preparar a construção dos valores pretendidos na resposta. A relação dinâmica e assimétrica enunciador/co-enunciador caracteriza-se pela sua complexidade e variabilidade no contexto interrogativo.

Como operações subjacentes à interrogação, intrincadas pelo posicionamento prospectivo do enunciador da pergunta, tem-se: a) construção antecipada de classe de valores para a validação da relação predicativa; b) construção antecipada do espaço enunciativo para a instituição do co-enunciador como segundo enunciador; c) definição do co-enunciador como alvo deôntico; d) construção de um processo de focalização sintático-semântica sustentado pela imbricação enunciador/co-enunciador e respectivos espaços enunciativos – pergunta e resposta (AFONSO, 2009, p. 16).

Veja-se assim, por esse estudo de Afonso (2009), a possibilidade de entender a interrogação no quadro da teoria culioliana que tem por objetivo o estudo do enunciado enquanto produto de uma atividade significativa de produção e reconhecimento de formas linguísticas, sendo a construção de sentido decorrente da relação entre uma unidade com outras.

Concernente ao estudo da pergunta pela teoria das operações enunciativas, verificamos que Afonso (2009) toma o estudo do par pergunta/resposta, relacionando o par enunciador/co-enunciador principalmente como uma relação de validação predicativa. Concordamos que o enunciador, em nosso caso, locutor, ao propor uma pergunta, tem uma imagem de seu alocutário presente. Porém, pela ANL, pensamos que a pergunta contém em si uma orientação argumentativa, que permite construir, pela continuação discursiva, o sentido a partir do linguístico, e não uma possibilidade de validação, de confirmação de uma verdade relacionada à realidade. A teoria das operações enunciativas e a ANL são estudos com desenvolvimentos discursivos em direções diferentes. Portanto, os princípios culiolianos oferecem subsídios para um tipo de análise outro da que pretendemos fazer, qual seja, uma análise das operações enunciativas, enquanto priorizamos as relações enunciativas.

4.4 REFLEXÕES FINAIS

Revisitadas essas três perspectivas teóricas que em alguma medida tratam do estudo da pergunta no discurso, podemos ratificar nossa escolha teórica. Desse modo, a ANL é favorável ao nosso objetivo de descrever o papel semântico da pergunta no interior do discurso porque permite um estudo linguístico sem recorrer a referências externas, possibilita resgatar princípios para a observação das relações discursivas estabelecidas, quer entre as entidades linguísticas, quer entre o locutor e os aspectos, e proporciona desenvolver uma metodologia analítica. Acreditamos que o olhar sobre a pergunta, em vista desses aspectos mencionados, permite ampliar o entendimento desse tema.

Para finalizar, reconhecemos que nossa abordagem das teorias discutidas neste capítulo foi de forma limitada por contornos dados em função do espaço e da natureza deste capítulo. Nosso intento não foi o de julgar os posicionamentos teóricos, nem desmerecer outros olhares, uma vez que reconhecemos a sua importância para os estudos da interrogação/pergunta no discurso. Utilizamos dessa abordagem a fim de esclarecermos o olhar que pretendemos lançar sobre a pergunta.

Com isso, terminamos as considerações em relação a uma revisão teórica envolvendo outros campos de estudos. Intencionamos apresentar, no capítulo seguinte, uma revisão de trabalhos sobre a pergunta pela perspectiva que adotamos, a ANL, a fim de serem a base para a construção de hipóteses para esta tese.

5 A PERGUNTA PELA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

Quando a gente acha que tem todas as respostas, vem a vida e muda todas as perguntas ...

Luis Fernando Veríssimo

Nosso objetivo, neste capítulo, é o de revisitar trabalhos pela ANL sobre a pergunta (ANSCOMBRE; DUCROT, 1981; ANSCOMBRE; DUCROT, 1983). Sabemos que a interrogação pela TBS e Polifonia atualmente difere da proposta de 1983. No entanto, consideramos necessário expor esse primeiro pensamento, uma vez que ele, mesmo tendo sido modificado, embasa os estudos atuais e serve para discutir problemas referentes ao tema da pergunta.

A partir da reflexão sobre as descrições argumentativas da pergunta, pensamos ser possível delinear a nossa proposta de análise a partir da leitura dos autores citados.

5.1 A PERGUNTA TOTAL PELA FORMA *STANDARD*

No artigo de Anscombre e Ducrot (1983)²⁵, os autores relacionam a argumentação e a teoria da polifonia ao estudo da pergunta total²⁶. Nesse texto, os autores mantinham uma análise propondo-se a verificar o enunciado²⁷ mostrando atos distintos atribuídos a enunciadorees diferentes, sendo que esses interferem na função argumentativa ligada pelo locutor a seu enunciado. Segundo os autores:

A argumentação, como nós a concebemos, satisfaz por sua parte a duas condições. Para nós, um locutor faz uma argumentação enquanto ele apresenta um enunciado E1 (ou um conjunto de enunciados) como destinados a fazer admitir um outro (ou um conjunto de outros) E2. Nossa tese é que há na língua restrições que regem essa apresentação. Para que um enunciado E1 possa ser dado como argumento em favor de um enunciado E2, não é suficiente o fato de que E1 dê razões para concordar com E2. A estrutura linguística de E1 deve satisfazer a certas condições para que ele seja

²⁵ Tomamos para revisão da pergunta, nesta subseção, o texto sobre a interrogação que está no livro *L'argumentation dans la langue*, 1983, por já conter uma releitura feita pelos próprios autores em relação à primeira publicação do mesmo artigo na revista *Langue française*, n. 52, 1981, p. 5-22.

²⁶ Há dois grandes tipos de perguntas, de um lado perguntas de *sim/não*, conhecidas também como perguntas fechadas/totais; e de outro lado, perguntas sobre algo ou perguntas abertas/parciais. Pode-se também classificar as perguntas em questões alternativas (*ou...ou*). Essa classificação decorre da análise do elemento da frase sobre o qual se coloca a questão, sendo essa uma distinção gramatical (Kerbrat-Orecchioni, 1991).

²⁷ O termo enunciado, segundo Anscombre e Ducrot (1983), no capítulo sobre a interrogação, corresponde à frase.

apto a constituir, no discurso, um argumento para E2. (ANSCOMBRE; DUCROT, 1983, p. 8)²⁸ (tradução nossa).

Os autores também relacionam a atividade argumentativa a um enunciador do qual o locutor do enunciado se distancia. Tal tipo de relação somente é possível distinguindo-se argumentação de atos de argumentar. No texto de Anscombre e Ducrot (1983), o *ato de argumentar* recobre as duas ideias, de argumentação como sendo o enunciado, o meio do discurso, e o ato de argumentar como sendo decorrente de uma análise interna do enunciado.

O artigo de 1983 apresenta conceitos ainda relacionados à pragmática, e a polifonia corresponde àquela forma apresentada em Ducrot (1980). Para entender esse quadro conceitual, temos em Ducrot (1980) o raciocínio de que na enunciação descrita pelo enunciado – *Parei de fumar* – há um locutor único, referido pelo pronome *eu*, e dois atos atribuídos a enunciadores diferentes, pois quem assevera que o locutor fumava é a representação de uma comunidade, e a asserção do momento presente, de não fumar, é atribuída ao próprio locutor. Assim, o autor das palavras é o locutor, os agentes dos atos ilocucionários são os enunciadores, e ao mesmo tempo, de forma correlativa, o ser a quem as palavras são ditas é o alocutário e os que são pacientes dos atos, os destinatários. Esses conceitos são reformulados na teoria polifônica da enunciação, com um abandono da visão pragmática que ainda estava presente pelas definições de enunciadores e destinatários, restringindo os seres discursivos às figuras do locutor e alocutário (como mostramos no capítulo 3 desta tese).

As teses defendidas por Anscombre e Ducrot (1983) sobre a pergunta total são de que a descrição das frases interrogativas do francês deve atribuir-lhes um valor argumentativo ao nível intrínseco e esse valor confere às frases a mesma orientação argumentativa que possuem as frases negativas correspondentes. Para isso, no artigo, os autores examinam as interrogações denominadas de totais do tipo: *tu leste o jornal de hoje?*. Ainda, o objeto de estudos é a frase e não o enunciado, sendo a frase a entidade teórica construída sem realidade empírica, mas suscetível de dar lugar a uma infinidade de enunciados por meio de suas ocorrências. Os autores também consideram que uma frase atribuída aos enunciados do tipo

²⁸ *L'argumentation, telle que nous la concevons, satisfait pour sa part aux deux conditions. Pour nous en effet, un locuteur fait une argumentation lorsqu'il présente un énoncé E1 (ou un ensemble d'énoncés) comme destiné à en faire admettre un autre (ou un ensemble d'autres) E2. Notre thèse est qu'il y a dans la langue des contraintes régissant cette présentation. Pour qu'un énoncé E1 puisse être donné comme argument en faveur d'un énoncé E2, il ne suffit pas en effet que E1 doit de plus satisfaire à certaines conditions pour qu'il soit apte à constituer, dans un discours, un argument pour E2.*

“Est-ce que p?”²⁹ possuem uma mesma orientação argumentativa que as frases atribuídas a enunciados do tipo $\sim p$ ³⁰.

Anscombe e Ducrot (1983) definem dois enunciados como coordenados argumentativamente quando o discurso apresenta E_1 como podendo apoiar ou enfraquecer E_2 ou uma conclusão resultante de E_2 . Por exemplo, no enunciado: *Pedro virá (=E1): nós poderemos ir pescar (=E2)* – E_1 é dado como sendo uma razão para admitir E_2 , ou seja, o locutor de E_2 aceita as obrigações de dizer, crer ou fazer que o locutor pretenda impor a seu alocutorário. Com relação à coordenação com *mas*, ao dizer: *Foi bom (E1), mas foi triste (E2)* – apresenta-se E_1 como podendo invalidar, mas não anular, a conclusão seguida por E_2 (ANSCOMBRE; DUCROT, 1983, p. 117).

No estudo da interrogação, os autores afirmam que um enunciado interrogativo “Est-ce que p?” pode ter o papel de E_1 numa coordenação argumentativa e que E_1 , nesse caso, é orientado em direção ao tipo de conclusão que poderia servir a $\sim p$.

Com relação ao artigo sobre a interrogação e sobre a hipótese da negação, Anscombe e Ducrot (1994) afirmam, no prefácio da edição espanhola de *Argumentação na língua*, terem suprimido o capítulo sobre a interrogação, devido ao fato de não poderem sustentar a afirmação de que a orientação da argumentação total é *sempre* negativa. Segundo os autores, sobre essa afirmação:

[...] mas, em 1983, fomos muito rápidos ao afirmar que esta é sempre do tipo negativo. Faltou-nos ou precisar bem que só é assim para um tipo determinado (e muito frequente) de interrogação, ou afirmar que esse caráter negativo constitui um valor fundamental que pode ser modulado de diferentes maneiras nos empregos efetivos. Por não poder decidir sobre essas soluções, preferimos eliminá-lo da tradução espanhola. (ANSCOMBRE; DUCROT, 1994, p. 25)³¹(tradução nossa).

Neste momento, pensamos poder fazer uma primeira reflexão sobre o texto em discussão e relacioná-lo com nossa proposta de pesquisa. Pensamos que as primeiras hipóteses de Anscombe e Ducrot (1983) sobre a pergunta total são válidas e marcam o início de um pensamento diferenciado sobre a interrogação, o olhar argumentativo. Por isso, mesmo

²⁹ A partícula “est-ce que” marca uma informalidade em francês e não tem uma tradução exata em português, equivalendo a um “será que?”. Por isso, optamos por manter a forma em francês quando nos referimos ao artigo de Anscombe e Ducrot (1983).

³⁰ Os autores utilizam a marcação \sim para indicar uma negação.

³¹ *Pero, en 1983, fuimos muy deprisa al afirmar que ésta es siempre de tipo negativo. Nos hubiese hecho falta o bien precisar que solo es así para un tipo determinado (y muy frecuente) de interrogación, o bien plantear que ese carácter negativo constituye un valor fundamental que puede ser modulado de diferentes maneras en los empleos efectivos. A falta de no poder decidir sobre estas soluciones, hemos preferido eliminarlo de La traducción española.* (ANSCOMBRE; DUCROT, 1994, p. 25).

que haja uma grande diferença entre a maneira de descrever a pergunta entre a forma *standard* e a TBS e TAP, acreditamos que as hipóteses de Anscombe e Ducrot (1983) servem de suporte para desenvolvermos nossas hipóteses nesta tese, podendo ser transpostas de certa forma para o momento atual da ANL.

Além disso, pretendemos estudar, da mesma forma que Anscombe e Ducrot (1983), a pergunta do tipo total. Porém, como diferença, analisaremos as perguntas a partir de textos escritos, produções concretas, ou seja, nosso objeto é a pergunta a partir da observação do enunciado. No entanto, para descrever o sentido do enunciado, pensamos ser necessário chegar à significação da frase (no momento atual da ANL, pelo aspecto argumentativo – TBS), que subjaz ao enunciado interrogativo, no que nos aproximamos desses primeiros estudos de Anscombe e Ducrot (1983). Pensamos que o movimento do uso para o sistema, do concreto para o teórico, pode nos levar ao encontro de uma regularidade e permitir observar, de certa forma, como as hipóteses levantadas por Anscombe e Ducrot (1983) da orientação argumentativa da pergunta se relacionam ao uso.

Dirigindo nosso olhar novamente ao artigo de Anscombe e Ducrot (1983), outra discussão relevante é sobre o caráter dissimétrico da interrogação. Primeiramente, considerando o fato de uma interrogação “Est-ce que p?” apresentar um caráter positivo e um negativo, os encadeamentos possíveis podem seguir um ou outro caráter, o que atribui um caráter simétrico à interrogação. No entanto, Anscombe e Ducrot (1983) opõem-se a essa simetria, a uma igualdade entre essas duas características da pergunta, ao mesmo estatuto semântico-pragmático de ser possível escolher entre uma resposta p e $\sim p$. Para os autores, ao considerar o valor argumentativo, a interrogação é dissimétrica, uma vez que privilegia $\sim p$.

Os autores, apoiados em observações sobre os encadeamentos, mostram a dificuldade da hipótese da simetria de explicar como um tipo de encadeamento argumentativo não possa se fundamentar sobre o aspecto positivo, de que forma explicar porque não se pode dizer: “Eu não tenho vontade de sair, e, aliás, será que vai chover?” (ANSCOMBRE; DUCROT, 1983, p. 127), uma vez que a chuva (positivo, p) é uma objeção ao passeio.

Outra crítica feita pelos autores à simetria refere-se às perguntas retóricas. A pergunta retórica é aquela em que o locutor de um enunciado interrogativo faz como se a resposta à pergunta fosse automática tanto para ele quanto para o alocutário e essa pergunta é feita apenas para lembrar a resposta. Ela desempenha quase que o papel da asserção desta última, apresentada como uma verdade admitida.

Anscombe e Ducrot (1983) afirmam que a pergunta retórica tem sempre um valor negativo em relação ao conteúdo que constitui o tema da pergunta. Para exemplificar, os

autores comentam as perguntas: “Como eu poderia ter feito de outra forma?”, em que se entende o pressuposto da questão “Eu não poderia ter feito de outra forma”; e “Tu poderias ter feito de outra forma?”, em que há uma leitura semelhante à anterior, o que constitui a proposição subjacente à pergunta (ANSCOMBRE; DUCROT, 1983, p. 128).

Para os autores, o valor negativo próprio à interrogação retórica é incompreensível no quadro da concepção simétrica da interrogação, a qual afirma que o aspecto positivo é anulado nas questões retóricas. A simetria deveria permitir uma anulação do caráter negativo também, e prever uma interrogação retórica de valor positivo, no entanto, considera-se, tradicionalmente, que a pergunta retórica tenha sempre valor negativo.

Para estudar mais aprofundadamente o caso da pergunta retórica, os autores analisam alguns exemplos de perguntas, tomando como contexto o fato de X emprestar um livro a Y, a quem Y o devolveu. Mas X reclama que Y entregou o livro muito tempo depois ou em mau estado. Ao que Y replica: “Eu te devolvi o teu livro? Bom, então me deixe em paz” (ANSCOMBRE; DUCROT, 1983, p. 128).

Com esse exemplo, verifica-se que a resposta à pergunta seria: “Sim, tu me entregaste o livro”. Essa resposta positiva é de natureza diferente das perguntas ditas retóricas. Quando se admite uma resposta positiva, há um mecanismo diferente exercido pela pergunta. Quando se trata de uma retórica positiva, isto é, destinada a impor a resposta sim, a pergunta não pode senão preceder a conclusão, jamais ser sequência dela (ANSCOMBRE; DUCROT, 1983, p.129).

Anscombe e Ducrot (1983) definem a interrogação retórica como invertida se, ao enunciá-la, o locutor indica ao alocutário uma pergunta que o alocutário deveria se colocar a ele mesmo. O locutor faz ouvir a voz do alocutário fazendo-se a pergunta. Se o enunciado interrogativo é então pronunciado pelo locutor, é o seu alocutário o enunciador do ato de pergunta.

Quanto às perguntas retóricas simples, segundo Anscombe e Ducrot (1983), o ato de perguntar é feito pelo locutor, que é o enunciador, é ele quem demanda ao alocutário uma resposta, tendo a resposta por evidente.

Após essas demonstrações, os autores concluem que:

A título de hipótese, nós propomos de considerar as interrogações retóricas positivas como interrogações retóricas invertidas, e as negativas como simples. Mas o essencial, para nossa demonstração, é que toda uma categoria de interrogações retóricas (aquelas das quais falam os retóricos), categoria delimitada por propriedades específicas (critérios de ordem argumento-conclusão e da combinação com “por acaso”), servem a apresentar como evidente uma resposta negativa. É

desse fato que a concepção simétrica da interrogação não pode dar conta.³² (ANSCOMBRE; DUCROT, 1983, p. 130) (tradução nossa).

Como segunda reflexão sobre o artigo de Anscombe e Ducrot (1983), quanto à distinção entre pergunta retórica invertida e pergunta retórica simples, pensamos, em decorrência de haver atualmente um desenvolvimento da teoria da polifonia (em consequência de mais de 20 anos de pesquisas), que a pergunta retórica possa ser revisitada a partir do estudo dos pontos de vista (aspectos) enunciados pelo locutor. No entanto, esse fenômeno necessita de verificação, que pretendemos realizar em nossas análises no capítulo 06.

Voltando ao artigo de Anscombe e Ducrot (1983), com relação à concepção dissimétrica da interrogação e para explicar a afinidade entre a pergunta retórica simples e a negação, os autores apresentam uma descrição da pergunta “Est-ce que p ?” como comportando três elementos: (i) a asserção prévia de p ; (ii) a expressão de uma incerteza sobre p ; (iii) a demanda feita ao interlocutor de escolher entre dar uma resposta do tipo p ou do tipo $\sim p$.

A noção de asserção prévia demanda que se fale de polifonia para sua descrição. Anscombe e Ducrot (1983) entendiam por um enunciado polifônico aquele que se apresentava como sendo, entre outras coisas, o cumprimento de um ato de fala cujo autor – enunciador, em sua terminologia – não se identificava com o locutor da enunciação (com base em DUCROT, 1980, como mencionamos anteriormente). Nesse sentido, todo enunciado negativo $\sim p$ é polifônico na medida em que comporta uma asserção de p , atribuída a um enunciador que certamente não é o locutor de $\sim p$. Do mesmo modo, ao perguntar “Est-ce que p ?”, um locutor L faz ouvir um enunciador L' que afirma/afirmou/poderia afirmar que p (ANSCOMBRE; DUCROT, 1983, p. 131). Essa presença de uma asserção prévia positiva pode explicar certos encadeamentos.

Um dos encadeamentos explicados pela asserção prévia refere-se ao caso da anáfora. No enunciado: *Tu virás a nossa casa esta noite? Isto nos dará prazer* – o termo *isto* somente relaciona-se à asserção prévia positiva contida no enunciado interrogativo, o fato de que a pessoa irá à casa de quem fez a pergunta. Outra consideração sobre a asserção prévia positiva e a pergunta está no caso da leitura retórica de uma pergunta parcial equivaler a uma negação

³² *A titre d'hypothèse, nous proposons de considérer les interrogations rhétoriques positives comme des interrogations rhétoriques inversées, et les négatives comme des simples. Mais l'essentiel, pour notre démonstration, est que toute une catégorie d'interrogations rhétoriques (celle dont parlent les rhétoriciens), catégorie délimitable par des propriétés spécifiques (critères de l'ordre argument-conclusion et de la combinaison avec par hasard), sert à présenter comme évidente une réponse négative. C'est de ce fait que la conception symétrique de l'interrogation ne peut pas rendre compte.* (DUCROT, ANSCOMBRE, 1983, p. 130).

de seu pressuposto. Com relação à pergunta total, o que é negado em uma pergunta retórica simples é o que é denominado de asserção prévia por Anscombe e Ducrot (1983). Nesses dois últimos casos, a pergunta retórica prende-se a essas asserções, o que leva a considerar a noção de tema para entender a pergunta, e o tema será ele também redutível a um tipo de asserção prévia, segundo os autores.

Neste ponto, tomamos o tema como uma questão a ser considerada nas análises sobre a interrogação. Porém, é preciso explicar como o tema encadeado pela pergunta poderia ser estudado pela TBS e TAP. Ao tratarmos ainda do tema, pensando nos encadeamentos, podemos relacioná-lo com a alteridade, com a busca do outro para compor o sentido, pois um tema constitui uma parte do discurso.

Outro ponto a ser investigado atualmente, ao desenvolver as análises, é o da asserção prévia observando se há semelhanças com as conclusões apresentadas por Anscombe e Ducrot (1983) (a asserção prévia corresponderia a um aspecto do bloco semântico?). Além disso, devemos ter em mente, como colocamos já nas considerações iniciais, que a toda ANL subjaz o princípio da alteridade. Assim, novamente constatamos haver muito a se descobrir em se tratando da argumentação da pergunta no discurso.

Voltando-nos mais uma vez a Anscombe e Ducrot (1983), outro elemento que influencia a descrição da pergunta total corresponde à incerteza quanto à veracidade de p . Conforme Anscombe e Ducrot (1983), é a expressão de incerteza que confere ao enunciado interrogativo seu valor intrínseco, e, conseqüentemente, sua co-orientação com $\sim p$.

Segundo Anscombe e Ducrot (1983), quando uma interrogação apresenta a incerteza em seu encadeamento, ela possui uma orientação argumentativa negativa. Os autores colocam que os prefixos de dúvida funcionam na coordenação discursiva como formas fracas de negação.

Ao comparar a incerteza com o caso da asserção prévia, Anscombe e Ducrot (1983) verificam que o estatuto negativo da orientação decorrente da incerteza não é o mesmo do aspecto positivo, descrito por meio da expressão prévia. No caso da expressão de incerteza, trata-se de o locutor, no momento em que fala, mostrar suas dúvidas em relação à p , enquanto que na asserção prévia o autor não é o locutor ou é o locutor em outro momento, diferentemente daquela enunciação. Se não fosse dessa forma, o mesmo locutor, simultaneamente, realizaria uma asserção de p e exprimiria uma incerteza quanto a esse mesmo p . O locutor expressa sua incerteza, ele não a afirma.

Outra diferença entre a asserção prévia e a incerteza consiste no fato de um elemento positivo ser objeto de um ato de asserção, enquanto que um elemento negativo aparece só em

um ato de expressão. Remetendo à filosofia da linguagem, em “Est-ce que p?”, a proposição p é objeto de um dizer, de uma afirmação, e a incerteza sobre p um objeto de um mostrar. Para exemplificar, ao perguntar “Disseram-me que Pedro virá. Essa é a tua opinião também?”, espera-se como resposta algo como: “Eu não estou certo de que ele venha” e não “Será que ele virá?” ou “Ai!”. Isso não significa que não se possa encontrar uma interjeição ou uma pergunta em resposta a uma pergunta, mas elas terão outro valor, como o de réplica (ANSCOMBRE; DUCROT, 1983).

Ao comparar a asserção prévia de p e a expressão de incerteza, os autores analisam o caso da anáfora, que apresenta um comportamento diferente nos dois casos. Somente o aspecto positivo pode ser anaforizado, sendo que a incerteza resiste à anáfora. Por exemplo, ao perguntar “Será que Pedro virá? Isso será bom”, o “isso” somente pode recuperar a vinda de Pedro, não a incerteza sobre essa vinda.

Mais um ponto de reflexão com relação à expressão de incerteza sobre p recai na possibilidade de explicar o valor negativo da pergunta retórica, segundo Anscombe e Ducrot (1983), explicação não possível de ser dada pela teoria da simetria. A incerteza sobre p , expressa pela pergunta “Est-ce que p?” – retórica ou não – é aquela de um enunciador geralmente assimilado ao locutor L como tal. Desse modo, no caso da pergunta retórica simples, o locutor enquanto tal conhece antecipadamente a resposta, da mesma forma que o alocutário. Por isso, a resposta visada somente pode ser $\sim p$, o locutor da questão retórica não pode pretender saber p e exprimir uma incerteza em relação a p .

Quanto ao caso da pergunta retórica invertida, essa pode ser descrita no quadro da polifonia (DUCROT, 1980). Assim o locutor apresenta, na sua própria enunciação, o alocutário como demandando a si mesmo se é p ou $\sim p$ que é verdadeiro, o alocutário é assimilado ao enunciador que demanda a escolha entre p e $\sim p$. Esse alocutário é assimilado ao enunciador que exprime a dúvida, o que faz com que L possa, aliás, ser persuadido de p . Segundo os autores:

[...] L é o autor de uma interrogação retórica positiva de alocutário L' , tudo se passa como se um outro diferente de L' , na ocorrência L , fosse o enunciador da asserção prévia, e que L' , assimilado a um outro enunciador, assumisse a incerteza e pedisse uma resposta. Distribuição de papéis que correspondem a uma interrogação não retórica de autor L' . (ANSCOMBRE; DUCROT, 1983, p. 135)³³ (tradução nossa).

³³ (...) L est auteur d'une interrogation rhétorique positive d'allocutaire L' , tout se passe comme si un autre que L' , en l'occurrence L , était l'énonciateur de l'assertion préalable, et que L' , assimilé à un autre énonciateur, jouait l'incertitude et demandait une réponse. Distribution des rôles qui correspond à une interrogation non rhétorique d'auteur L' . (ANSCOMBRE; DUCROT, 1983, p. 135).

Com relação a essas últimas colocações, temos que, no texto de 1983, na forma *Standard* da teoria, Anscombe e Ducrot já buscavam o sentido na linguagem e pela linguagem.

No momento em que os autores passaram a considerar a linguagem como auto-representativa e colocaram a subjetividade do *eu* na interpretação, a concepção veritativa foi totalmente abandonada. Isso porque quando o locutor expressa seu ponto de vista no discurso, constata-se que não é possível aceitar o caráter objetivo da linguagem. Dessa forma, a argumentação é uma subjetividade inevitável. Para Anscombe e Ducrot (1994), a língua não tem um valor informativo, apresentando uma imagem da realidade, pois se a linguagem fosse representativa da realidade, haveria somente um sentido possível. A informação não é suficiente para a semântica, e a função primeira da linguagem é argumentar, da argumentação deriva a informação.

Ao tratarem do tema da incerteza decorrente da pergunta “Est-ce que p?”, há uma diferença com a lógica, diferença decorrente de o caráter de incerteza ser atribuído pelo locutor. É o locutor que demanda a veracidade por meio de seu enunciado ao alocutário, veracidade (em termos de escolher p ou $\sim p$) que será verificada/corroborada pelo discurso, e não por condições de verdade definidas/determinadas pela realidade (sem considerar a subjetividade). Há um movimento do discurso para o sentido/mundo pela teoria da argumentação, e não do mundo para o sentido, como seria na filosofia da linguagem.

Essa concepção de linguagem construtora de sentidos a partir da subjetividade discursiva embasa as hipóteses internas da ANL, as quais fundamentam nosso olhar sobre a pergunta. Dessa forma, ao verificar que a pergunta total coloca duas possibilidades a serem desenvolvidas no discurso, uma pela busca de um sentido na mesma direção da afirmação contida no enunciado e outra por uma negação dessa afirmação, pensamos ser necessário verificar como isso ocorre e se isso realmente se faz em um discurso real. Bem como é preciso ver qual sentido é construído por meio dessas direções argumentativas dadas pela pergunta.

Pensamos que essas significações (positiva e negativa, contidas na pergunta) correspondem hoje aos aspectos de um bloco, ideia que desenvolveremos na metodologia e análises a fim de identificar como o locutor organiza sua argumentação a partir do uso de uma pergunta para um alocutário, decorrendo dessa relação de alteridade um valor argumentativo para essa pergunta no discurso. Para tanto, tomamos, como já dissemos, os conceitos da TBS e da TAP.

Por último, com relação ao artigo de Anscombe e Ducrot (1983), quando há uma obrigação feita por um enunciador a um destinatário de escolher entre uma resposta do tipo p e $\sim p$, obrigação criada pelo discurso e no discurso, tem-se o terceiro elemento semântico-pragmático atribuído a “Est-ce que p ?” (novamente, ao ser essa obrigação criada pelo discurso, os autores diferenciam-se da lógica, pela qual a verdade é dada pelos fatos do mundo). O pedido de resposta não é equivalente a um pedido de informação, o pedido de informação é somente uma das utilizações possíveis da obrigação de responder. A demanda de resposta é inerente ao enunciado interrogativo e se manifesta na organização do discurso pela enunciação da pergunta (ANSCOMBRE; DUCROT, 1983).

Para finalizar, os autores reiteram a necessidade de diferenciar valor argumentativo de ato de argumentação, sendo que, em sua tese, a interrogação total tem sempre o valor argumentativo coorientado a $\sim p$. O locutor utiliza uma interrogação para realizar um ato de argumentação e, ao perguntar, apresenta sua questão como orientando o discurso em direção a certos tipos de conclusões.

Em nosso caso, faremos uma descrição da pergunta total buscando ver qual organização ela dá ao discurso valendo-nos da polifonia. O texto de Anscombe e Ducrot (1983), como já dissemos, relaciona-se à forma *standard*, o que leva a conclusões diferentes sobre a pergunta no discurso. No entanto, conforme desenvolvemos nesta subseção, as reflexões dos autores são fundamentais para embasar novas considerações sobre o tema, mesmo que com outras hipóteses internas, o axioma se mantém: a argumentação está na língua. Essa proposta de estudo da pergunta total pela TBS e TAP será apresentada e executada no capítulo seguinte.

6 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E ANÁLISES

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem.

Émile Benveniste

Nesta tese, como dissemos já nas considerações iniciais, propomo-nos a analisar, pela ANL, o enunciado interrogativo não considerado isoladamente, como unidade de sentido, mas como parte constitutiva do discurso, com relações internas entre seus segmentos e relações externas com outros enunciados no discurso.

Como a pergunta configura-se em um campo amplo de investigação, conforme apresentamos nos capítulos anteriores, os critérios para composição do *corpus* foram: (i) os discursos devem estar na forma escrita; (ii) os discursos escritos devem ter títulos em forma de pergunta; (iii) as perguntas dos títulos devem conter uma estrutura linguística correspondente à pergunta do tipo total (ou seja, exigir uma resposta de sim/não).

Para compor o *corpus*, selecionamos seis discursos do *Jornal Zero Hora*, do gênero artigo de opinião, seguindo os critérios acima. Consideramos que seis discursos são suficientes para desenvolvermos uma descrição linguística e alcançarmos os objetivos propostos referentes à significação da pergunta no discurso nesta tese, pois nesse *corpus* podemos identificar usos diferenciados do enunciado interrogativo, de modo qualitativo.

Por fim, observamos que o *corpus* é formado por discursos realizados pela escrita. O discurso escrito, com seus elementos e sua estrutura, oferece base para a construção intersubjetiva do sentido, havendo nele limites estabelecidos pelas escolhas linguísticas apresentadas pelo locutor (responsável pelo enunciado) que direcionam a reconstrução de significados pelo alocutário. O que o discurso apresenta propõe ao alocutário um mundo a ser compreendido em si mesmo. Por meio da escrita, o discurso pode ser atualizado pelo alocutário (leitor) no momento em que for lido.

Estabelecidas essas primeiras considerações para conduzir as análises, passemos às hipóteses.

6.1 HIPÓTESES DE PESQUISA

Ao analisar discursos pela ANL, é preciso verificar as indicações ao alocutário e as manobras às quais os discursos o conduzem para encontrar o sentido. Sob essa perspectiva, o sentido decorre das relações estabelecidas por uma entidade linguística com outras no discurso, sendo que o uso possibilita ao locutor a liberdade de estabelecer sentidos. A análise discursiva enriquece a linguística por meio da observação dessas possibilidades de uso marcadas nos enunciados.

Nesse sentido, a fim de entender a alteridade da pergunta no discurso argumentativa e polifonicamente, elaboramos as seguintes hipóteses de pesquisa:

- **Hipótese 1:** Como colocam Anscombre e Ducrot (1983), a demanda de resposta é inerente ao enunciado interrogativo e se manifesta na organização do discurso pela enunciação da pergunta. Embasados nessa afirmação, assumimos, como primeira hipótese desta tese que, no caso de um discurso escrito formado a partir de um enunciado interrogativo e com uma sequência de enunciados como resposta, o enunciado interrogativo está em relação com os enunciados que o seguem e participa da construção do sentido global do discurso.

- **Hipótese 2:** Acreditamos que a pergunta do tipo total constitui um dos segmentos do encadeamento argumentativo referente ao sentido global do discurso, em DC ou PT, e esse segmento pode estar à direita - *X DC segmento - pergunta* ou *X PT neg-segmento-pergunta* - ou à esquerda do aspecto - *segmento-pergunta DC Y* ou *segmento-pergunta PT neg-Y*.

- **Hipótese 3:** Em Anscombre e Ducrot (1983), o locutor apresenta, na sua própria enunciação, o alocutário como demandando a si mesmo se é p ou $\sim p$ que é verdadeiro. O alocutário é assimilado ao enunciador que demanda a escolha entre p e $\sim p$. Desse modo, nossa hipótese é a de que, pela TAP, a pergunta orienta o diálogo cristalizado que se realiza por um debate polifônico entre pontos de vista, bem como pelas tomadas de atitude do locutor em relação aos conteúdos argumentativos, para a construção de sentido no discurso.

6.2 ETAPAS DAS ANÁLISES

Primeiramente, com base na Teoria dos Blocos Semânticos (CAREL; DUCROT, 2005; DUCROT; CAREL, 2008; CAREL, 2010) e na Teoria Polifônica da Argumentação (DUCROT, 1988; DUCROT; CAREL, 2008; CAREL, 2011a; 2011b), propomo-nos a:

- 1) elencar os possíveis encadeamentos a partir da argumentação contida no enunciado interrogativo do título, entendendo-se os encadeamentos como as relações que levam ao sentido;
- 2) identificar os encadeamentos dos enunciados consecutivos à pergunta (resposta);
- 3) evidenciar as relações estabelecidas entre os aspectos evocados pelo enunciado interrogativo e os aspectos evocados pelos enunciados que se relacionam com ele;
- 4) identificar as instruções dadas pelo locutor ao alocutário, pela significação da pergunta;
- 5) verificar os pontos de vista do locutor a partir da pergunta e dos enunciados resposta;
- 6) mostrar as atitudes do locutor frente aos pontos de vista.

Por segundo, no que tange à construção do sentido pela alteridade na linguagem³⁴ a partir da pergunta, realizaremos, na *Discussão dos resultados*, uma comparação entre as questões percebidas como mais importantes nas análises.

Quadro 01 – Retomada dos conceitos adotados para as análises nesta tese.

TBS	Encadeamento argumentativo (EA)	<i>Pedro comeu um pouco, deve melhorar. Apesar de estar com febre, foi à escola.</i>
	Aspecto argumentativo (AA)	<i>comer DC melhorar estar doente PT ir à escola.</i>
TAP	Conteúdo argumentativo (C) - (CAREL; DUCROT, 2010)	<i>Conteúdo argumentativo: “comer portanto melhorar”; “estar doente no entanto estudar”.</i>
	Atitudes do locutor frente ao conteúdo (AL) - (CAREL; DUCROT, 2010; CAREL, 2011b)	- pôr um conteúdo: A recomendação é de alerta com relação à navegação ³⁵ . - concordar com um conteúdo: Depois de uma terça-feira marcada por transtornos provocados pela chuva, a quarta-feira deve seguir com tempo instável na maior parte do Estado. - excluir um conteúdo: Ele ainda destaca que não deve chover forte, mas podem ocorrer trovoadas no Norte, em municípios como Passo Fundo, Erechim e Irai ³⁶ .
	Tipos de relação do locutor com o conteúdo (garantia do dizer) – Pessoa (P) - (CAREL; DUCROT, 2010) ou Enunciador (CAREL, 2011b). (Utilizaremos <i>enunciador</i> , para manter a fidelidade a Ducrot (1984)).	<i>Voz do Locutor – tom engajado (eu): Eu acho que os estudos literários sobre um autor não têm lugar em nossa universidade. É preciso recusar essa inscrição como tese.</i> (CAREL, 2011b) <i>Voz do Mundo – tom factual: Nossa universidade não aceita tese literária sobre autor. É preciso recusar essa inscrição.</i> (CAREL, 2011b) <i>Voz do Ele – tom de aceitação: Parece que nossa universidade não aceita tese literária sobre autor. É preciso recusar essa inscrição.</i> (CAREL, 2011b).

³⁴ Reiteramos ser, a alteridade na linguagem, uma releitura da definição filosófica de Platão, que embasa o entendimento da relação linguística entre palavras e enunciados, e a polifônica, entre vozes, pela ANL, em busca de sentidos.

³⁵ <http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Geral&newsID=a3539485.htm>

³⁶ <http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Geral&newsID=a3542971.xml>

Observações: (i) a palavra locutor está relacionada a dois conceitos. Quando o leitor encontrar locutor, com letra minúscula, refere-se ao responsável pelo enunciado, diferenciando-se do sujeito empírico. Quando a palavra Locutor estiver com inicial maiúscula, refere-se um modo de dizer, a uma voz que atribui um tom engajado ao discurso (enunciador). Por isso, quando nos referirmos ao Locutor, modo de dizer, colocaremos, entre parênteses, a indicação de pessoa discursiva *eu* – Locutor (eu); (ii) utilizamos o termo discurso tanto para nos referirmos aos encadeamentos argumentativos doadores de sentido (DUCROT; CAREL, 2008), quanto à realização de uma enunciação, que formam nosso *corpus* para a descrição linguística do enunciado interrogativo.

6.3 ANÁLISES

6.3.1 Análise do discurso 01

*Verão em outubro?*³⁷

Anualmente, por esta época, recebo a mesma pergunta de diversas pessoas e em variadas ocasiões: alunos na faculdade, professores em dificuldades para explicarem a seus discípulos, curiosos em geral. Com efeito, muitas pessoas realmente pensantes ficam em desconforto cognitivo ao lembrarem que no dia 17 de outubro, por dispositivo legal, começa o chamado horário de verão, quando os relógios deverão ser adiantados em uma hora, em todos os Estados centro-meridionais do Brasil. Ora, sempre leram e ouviram que o nosso verão começa no dia 21 de dezembro. Como, então, dito horário vai iniciar-se em outubro?

O propósito deste breve texto é o de apenas esclarecer uma realidade, frequentemente mal compreendida. E a dificuldade de compreensão ocorre porque há no caso uma confusão entre noções pertencentes a campos conceituais distintos – o da astronomia e o da climatologia.

No dia 21 de dezembro, acontece o solstício de verão aqui no Hemisfério Sul – dia mais longo do ano, de maior luminosidade, durante o qual o movimento aparente do Sol se faz perpendicularmente ao trópico de Capricórnio. Na capital São Paulo, por exemplo, localizada sob o trópico, o Sol estará, ao meio-dia, no zênite, isto é, rigorosamente “a pino”.

Ocorre que não há uma correspondência direta e muito menos imediata entre luminosidade e calor atmosférico; sempre existe alguma defasagem entre insolação e aquecimento do ar. Além disso, e fundamentalmente, os climas são decorrentes da dinâmica das massas de ar, a qual, embora presidida pela desigual distribuição de luz solar na superfície do planeta, sofre a influência de outros fatores.

Por essas razões, o verão, enquanto conceito de ordem climática, não coincide com o período astronômico que, no meridiano, vai de 21 de dezembro a 21 de março. Para nós, a rigor, 21 de dezembro seria o ápice, o cume do verão. Mas quando ele começaria e terminaria? A resposta não é simples.

³⁷ MOREIRA, Igor. Geógrafo, professor. *Zero Hora*, Artigos, Porto Alegre, 16 de out. 2010, p. 23.

Se considerarmos o verão como uma estação de três meses, teremos 90 dias mediados pelo solstício: 45 dias antes e 45 dias a partir de 21 de dezembro. Sob este critério, o verão começaria no dia 06 de novembro e se estenderia até os primeiros dias de fevereiro.

Portanto, a definição de 17 de outubro para o início do novo horário não contém nenhuma incongruência; ela apenas antecipa em menos de três semanas o terrível começo do verão.

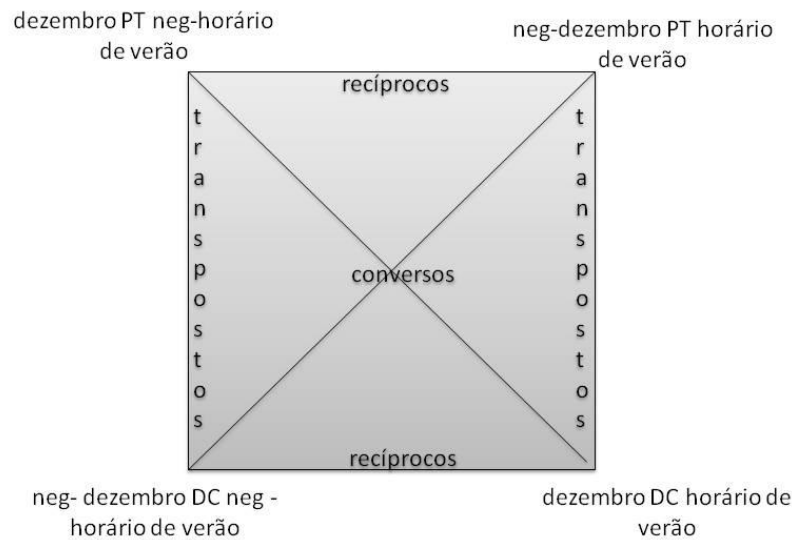
Inicialmente, verificamos que os enunciados desse discurso estão escritos na primeira pessoa, o que mostra um tom engajado do locutor no discurso (CAREL, 2011b). Podemos constatar também que o texto está assinado por Ígor Moreira, geógrafo e professor. Essa referência à pessoa do mundo só evidencia um ângulo de vista discursivo de professor e geógrafo, fato que nos leva a entender esse discurso sob um viés científico, o qual embasa as relações semânticas construtoras do sentido neste caso.

O locutor explica inicialmente que a pergunta do título não é de sua autoria, mas sim de *alunos na faculdade, professores em dificuldades para explicarem a seus discípulos, curiosos em geral*. Com essa atribuição explícita da pergunta a outros locutores que não se enunciam diretamente nesse discurso, podemos elaborar uma imagem do(s) alocutário(s) a quem o discurso é dirigido, aqueles que questionam como pode iniciar o horário de verão em outubro.

Desse modo, como primeira observação sobre a pergunta em análise, e após a leitura do primeiro parágrafo, identificamos que essa pergunta explicita uma relação entre discursos, em que o locutor e o alocutário discutem o tema – *verão em outubro*. Com isso, percebemos que a pergunta convoca esse alocutário a acompanhar o discurso para compreender a resposta (a qual será apresentada pelo locutor).

Observando-se a forma linguística do enunciado interrogativo, podemos apreender uma aparente estranheza em relação a *em outubro*. Essa incompreensão pode ser explicada pela descrição da argumentação externa de *verão*, em que *verão* pode ser representado pelo aspecto normativo: *dezembro DC verão*, cujo recíproco é *neg-dezembro DC neg-verão* (este assumido pelo alocutário). A expressão *em outubro* associada a *verão* possibilita também (virtualmente) o aspecto: *neg-dezembro PT verão*. Esses aspectos podem ser agrupados no quadrado argumentativo, abaixo representado:

Figura 03: (Horário de)³⁸ verão



Fonte: Figura elaborada pela autora.

Assim, entendemos que a pergunta solicita a construção de um sentido para explicar o fato de *não ser dezembro, no entanto ser (horário de) verão*, o que exige que se ultrapasse de certa forma o conteúdo argumentativo normativo: *é dezembro, portanto inicia o verão*. Nesse caso, entendemos que o problema a ser solucionado refere-se a *em outubro*, assim, o discurso do locutor, em resposta ao alocutário, deve explicar o que significa o aspecto *neg-dezembro(outubro) PT (horário de) verão*, contido na pergunta. Ou seja, é preciso descrever e explicar a mudança do aporte; porém o suporte – *verão* - não é modificado, como veremos no desenvolvimento desta análise. Essa permanência do suporte permite-nos dizer que o tema *horário de verão* deve ser mantido durante o discurso.

Voltando ao discurso, percebemos que o locutor aponta para um esclarecimento dessa aparente não compreensão pelo alocutário sobre *em outubro*, ao mostrar que há diferenças relativas ao período que abrange o verão de acordo com o campo que se toma para defini-lo: astronômico ou climatológico. Dessa forma, o tema é argumentado sob duas visões, *verão pela astronomia e verão pela climatologia*. O locutor coloca em jogo uma alteridade de sentidos sobre verão, representada por duas vozes diferentes que podem explicar o significado de *verão*.

³⁸ Consideramos que, neste discurso, tanto a argumentação de *horário de verão* quanto as de *verão* levam à construção de blocos com uma mesma interdependência entre o período do ano (dezembro) (A) e a estação (verão) (B).

Como primeiro ângulo de vista sobre o período do verão, tem-se o olhar astronômico (Enunciador 1- voz de Ele, como o modo de garantir o dito), o qual leva a:

Enunciador 1 – Ele (verão visto pelo ângulo de visão astronômico): O verão inicia no solstício em 21 de dezembro (C1) – ocorrer o solstício em dezembro DC iniciar o verão.

O aspecto *ocorrer o solstício em dezembro DC iniciar o verão* apresenta a mesma interdependência do aspecto *dezembro DC (horário de) verão*. O sentido de *verão* sob o ângulo astronômico é colocado no discurso pelo locutor com uma atitude de concordância e aproxima-se do sentido conhecido pelo alocutário. Esse sentido é também compartilhado entre locutor e alocutário e explica a dúvida do alocutário em não compreender a relação entre verão e outubro.

Na continuidade de seu discurso, porém, o locutor coloca que, de acordo com o ângulo de vista climatológico (pelo Enunciador 2 – voz de Ele), o verão não iniciaria a partir do solstício, mas seria mediado por ele. Assim, considerando-se que o verão compreende um período de 90 dias, esse deveria iniciar 45 antes do seu ápice em 21 de dezembro. Por essa visão, temos que:

Enunciador 2 – Ele (verão visto pelo ângulo de visão climatológico): O verão inicia 45 dias antes de seu ápice em 21 de dezembro (C2) – estar a 45 dias do solstício DC iniciar o verão.

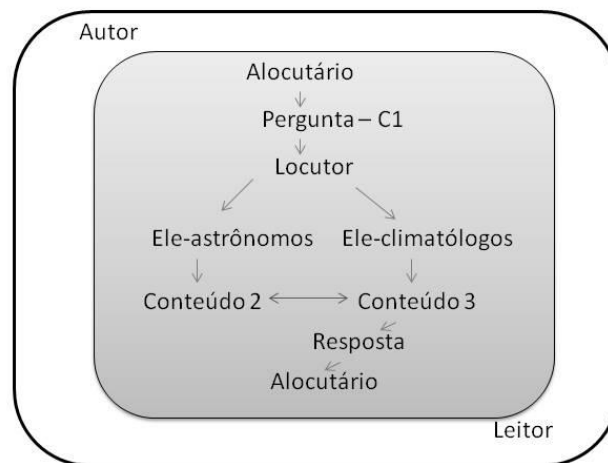
Desse encadeamento, conclui-se que o verão não inicia em dezembro, mas a 45 dias antes do dia 21 de dezembro. Dessa maneira, o locutor constrói um novo sentido para verão, representado pelo aspecto *início de novembro DC iniciar o verão*. Ou seja, o locutor ultrapassou o sentido inicial, ser *dezembro DC iniciar o verão*, e apresentou outro para sanar a dúvida relativa ao aspecto *neg-dezembro PT verão*, do bloco semântico correspondente a *verão astronômico*.

O aspecto sob o ângulo de vista climatológico faz parte de um segundo bloco, representado por *neg-dezembro DC verão*, e permite ao locutor responder ao alocutário e explicar a relação entre verão e outubro como sendo aceitável. Para isso, o locutor põe a voz do climatologista no discurso e tem uma atitude de aceitação em relação a ela.

Resumindo, temos que a pergunta, como forma de organização do discurso, coloca em cena uma relação de transposição, que exige uma explicação do que foi dito. Para desfazer a

dúvida, polifonicamente o locutor toma, por primeiro, a atitude de concordar com o conteúdo astronômico, que é o sentido compartilhado com o alocutário e que compõe o aspecto normativo do bloco. Após, o locutor mostra que há outra definição possível, a dos climatologistas, construindo um novo bloco, e toma a atitude de pôr esse conteúdo como resposta à pergunta, assumindo também um tom engajado na voz de Locutor sobre esse conteúdo argumentativo (C2). Há uma relação entre os aspectos conversos para a construção de sentido, e o locutor utiliza-se de atitudes e tons de enunciação³⁹ diferentes em relação a C1 e C2.

Figura 04: Relação polifônica argumentativa de *Verão em outubro?*



Fonte: Figura elaborada pela autora.

Nessa figura, representamos o alocutário como responsável pela pergunta, à qual o locutor responde apresentando dois conteúdos e relacionando-os. Dessa relação, o locutor assume o conteúdo três como forma de solucionar a incompreensão do alocutário.

Concluindo essa análise, pela atitude do locutor engajar-se com o ponto de vista climatológico, o sentido global responde afirmativamente à pergunta do título: é possível ser *verão em outubro* pelo ponto de vista climatológico e, conseqüentemente, é aceitável denominar de *horário de verão* ao adiantamento de uma hora do relógio iniciado em outubro⁴⁰.

³⁹ Lembramos que a atitude e o tom referem-se à relação do locutor com o conteúdo (cf. p. 79).

⁴⁰ A reflexão sobre como o locutor relaciona os conteúdos argumentativos para construir sentido será retomada e mais bem desenvolvida na discussão das análises, a partir da página 113 desta tese.

6.3.2 Análise do discurso 02

*Educação sem palmada ou castigo?*⁴¹

*A coordenadora da campanha **Não bata, eduque**, Márcia Oliveira, garante que responsabilizar uma criança ou um adolescente por algo errado é diferente de puni-lo.*

- Você pode fazê-lo reparar um dano ou corrigir um erro, obrigá-lo a pedir desculpas por malcriações, limpar uma sujeira que tenha feito. Isso não é punição, e sim reparação – diz.

Mas, quando o assunto é adolescência, o desafio é maior.

- Temos de dar limites. Em casa, toda liberdade deve ter responsabilidade. Caso aconteça algo, tem de existir um castigo. Mas não é preciso usar de violência física – acredita a empresária Denise Sant'anna, 45 anos, mãe de um adolescente e de uma menina.

Para ela, o castigo somado a um bom diálogo sobre o porquê da sua necessidade é a forma mais eficaz de fazer com que os filhos compreendam não só os limites, mas também a preocupação que os pais têm com eles. Em vez de castigos, Márcia Oliveira fala em limitações de privilégios, que, na prática, são medidas alternativas ao uso de castigos corporais e podem ensinar a criança a pensar nos prós e contras de obedecer ou não aceitar os acordos.

- Acredito que surtam mais efeito se não são impostas de forma arbitrária e sejam coerentes. Se as regras são claras e foram estabelecidas em conjunto, os resultados do uso de restrição de privilégios serão mais efetivos – afirma.

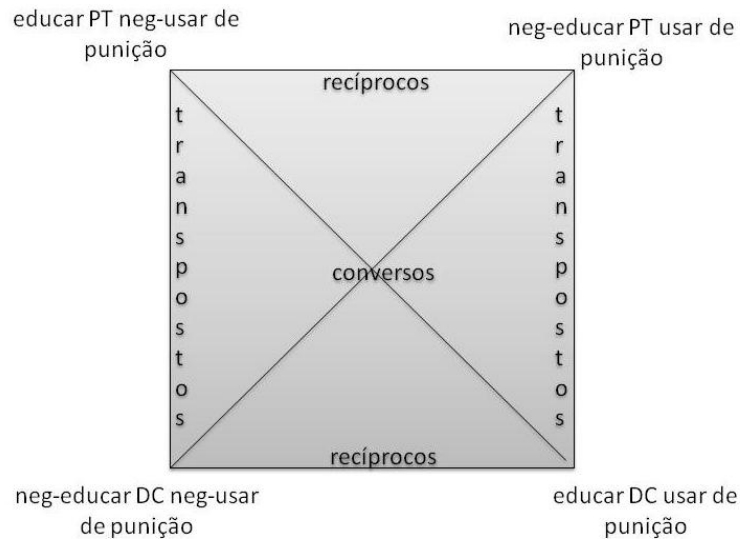
Consideramos, pela estrutura linguística apresentada pelo enunciado interrogativo do título, que a palmada e o castigo estão agrupados pela partícula *ou* e precedidas da negação *sem*, o que indica tanto a palmada quanto o castigo terem um mesmo valor argumentativo.

Dessa forma, ao olharmos para a pergunta: “Educação sem palmada ou castigo?”, depreendemos o encadeamento, a partir da afirmação pressuposta na pergunta, do tipo: *auxiliar o desenvolvimento de personalidade, **no entanto** não utilizar de punição*. O enunciado interrogativo do título pode ser representado pela AE de educar da seguinte maneira: *educar DC punir e educar PT neg-punir*.

⁴¹ Educação sem palmada ou castigo. *Zero Hora*, Porto Alegre, 25 de out. 2010, Caderno Meu filho, p. 3.

Os aspectos evocados pela pergunta podem ser agrupados no quadrado argumentativo abaixo:

Figura 05: Educar



Fonte: Figura elaborada pela autora.

Nesse caso a pergunta coloca em jogo o sentido de educar. O locutor deve trazer uma resposta que defina esse sentido, favorável à punição ou contrário a ela.

Do primeiro parágrafo, pelo enunciado: *A coordenadora da campanha Não bata, eduque, Márcia Oliveira, garante que responsabilizar uma criança ou um adolescente por algo errado é diferente de puni-lo.* Por esse conteúdo argumentativo, o locutor tem um tom ausente (terceira pessoa), mas uma atitude afirmativa frente ao conteúdo argumentativo⁴² responsabilizar-por-erros-não-exige-punição.

Enunciador 1 – na voz do Ele (ângulo de vista da coordenadora da campanha): Educar não é punir, mas é responsabilizar por erros (C1).

Articulação: educar crianças PT neg-punir

MAS

neg-punir PT atribuir responsabilidade sobre erros

Além disso, ao relacionar esse conteúdo argumentativo à voz de Márcia de Oliveira, coordenadora da campanha, o locutor preenche o papel de locutor de forma sustentada por

⁴² Lembramos que o conteúdo, pela TAP, é a argumentação, o encadeamento dos enunciados ligados por um conector.

outra subjetividade. Apesar de o locutor atribuir uma propriedade de locução à Márcia de Oliveira, ele ainda é o responsável pelo enunciado.

Com a continuação discursiva, verificamos que o locutor utiliza um novo enunciado atribuído à voz de Denise Sant'Anna, de 45 anos, no papel de mãe. O locutor age do mesmo modo polifônico anterior, valendo-se de outro ângulo de vista e utilizando-se de um enunciado como se fosse garantido por uma instância outra que a sua enunciação. No entanto, é o locutor que se utiliza desse enunciado em seu discurso, o que o leva a ser responsável por apresentar o ângulo de vista sobre o conteúdo enunciado. Esse ângulo de vista, atribuído à mãe, refere-se à educação de adolescentes e traz um novo sentido: a necessidade de *impor limites*.

Enunciador 2 – voz do Ele (educar pelo ângulo de vista de mãe): Para educar crianças e adolescentes sem punição é preciso impor limites (C2).

Articulação 2: educar crianças e adolescentes DC neg-punir

MAS

neg-punir PT impor limites

Ao final do seu discurso, o locutor volta a valer-se da voz da coordenadora da campanha, apresentando que, com relação aos adolescentes, a atribuição de responsabilidade demanda uma limitação de privilégios, e não punição. Essa limitação de privilégios substitui o castigo. Para tanto, verificamos que o locutor apresenta o encadeamento: *utilizar de restrição de privilégios previamente acordados, portanto obter resultado eficaz (reparação dos erros)*. Esse encadeamento evoca o aspecto: *educar DC exigir cumprimento de regras estabelecidas*.

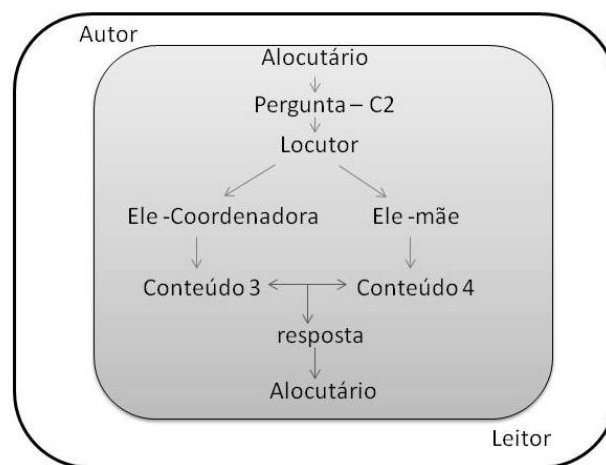
Esse aspecto também está relacionado a *educar PT neg-punir*, somando uma argumentação na mesma direção de uma explicação de *não punir*, como foi feito pelo conteúdo colocado pela voz de Ele (mãe). Nesse caso, o locutor aproxima os pontos de vista da coordenadora e da mãe. Dessa forma, tanto o conteúdo colocado pelo tom da mãe quanto o da coordenadora corroboram a orientação argumentativa contrária à punição e explicam o sentido de *educar sem palmada ou castigo*.

Destacamos ainda, da construção discursiva, o enunciado: *Mas, quando o assunto é adolescência, o desafio é maior*. Esse enunciado relaciona a educação de crianças com a de adolescentes, mostrando que as argumentações sobre educação seguem uma mesma direção argumentativa: a da dificuldade dessa tarefa, porém, parece haver uma diferença entre os

educare: ensinar crianças DC difícil MAS educar adolescentes DC mais difícil. A diferença está no grau de dificuldade entre educar crianças e educar adolescentes. Nesse caso, o *mas* não opõe argumentações diferentes, mas intensifica a dificuldade de educar quando se trata de adolescentes. A dificuldade de educar não é foco da argumentação do locutor, somente aparece como algo com que o locutor concorda. O foco está na educação sem punição.

Para resumir a relação polifônica referente ao discurso três, elaboramos o esquema abaixo:

Figura 06: Relação polifônica referente à *Educação sem palmada ou castigo?*



Fonte: Figura elaborada pela autora.

Por esse esquema, entendemos que a pergunta é atribuída a um alocutário. Para respondê-la, o locutor apresenta dois conteúdos, ambos seguindo uma mesma orientação argumentativa, a qual permite o locutor construir sua resposta.

Dessa forma, concluindo essa análise, observamos que a argumentação do discurso segue a orientação contida no aspecto transgressivo da pergunta do título: *ensinar PT neg-punir*, sendo que o locutor (sempre mantendo um tom ausente, tentando atribuir uma neutralidade subjetiva), constrói argumentações valendo-se de uma alteridade de vozes apresentando o que deveria ser *educar* por meio dos conteúdos argumentativos: *educar DC exigir reparação dos erros das crianças e cumprimento de regras por parte dos adolescentes*.

6.3.3 Análise do discurso 03

*A saúde é um direito?*⁴³

O crescimento constante dos usuários de planos de saúde privados já ultrapassa 40 milhões de pessoas e mostra que a população brasileira está procurando outros caminhos. Contudo, a sociedade deve fazer a devida lembrança. Com a Constituição de 1988, a saúde passou a ser um direito de todos. Ela determina o atendimento igualitário, universal e, atenção: gratuito com financiamento público.

A Lei 8080 de 19 de setembro de 1990 diz que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao pleno exercício. E vai além: “quando as disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população, o SUS poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada”. Salienta, também, que os serviços contratados deverão se submeter às normas técnicas e administrativas e aos princípios e diretrizes do SUS, mantido o equilíbrio econômico e financeiro.

Os Estados, incluindo o RS, infelizmente, estão nesta situação: há inobservância quanto ao critério do SUS que manda aplicar seus recursos para atendimento igualitário, universal e gratuito. Basta olharmos o orçamento para a saúde de 2011 no nosso Estado. Lá consta um total de R\$ 2,3 bilhões, o que seria 13% do orçamento. Isto está dentro da lei. Acontece que, deste valor vão para ações de saúde igualitárias, universais e gratuitas somente R\$ 1,1 bilhão. No restante do País o quadro sim se agrava: são utilizados recursos do SUS para merenda escolar e até para o bolsa-família.

Isto acontece até hoje porque a resolução nº 322, de 8 de maio de 2003, do Conselho Nacional de Saúde, não tem caráter executivo e as entidades públicas não se obrigam a sua aplicação. Há, portanto, necessidade da Lei Complementar prevista na Constituição Federal de 1988, que vai explicitar os dispositivos da Emenda Constitucional. Vale ressaltar que são 13 anos de espera para tentar regulamentar o assunto.

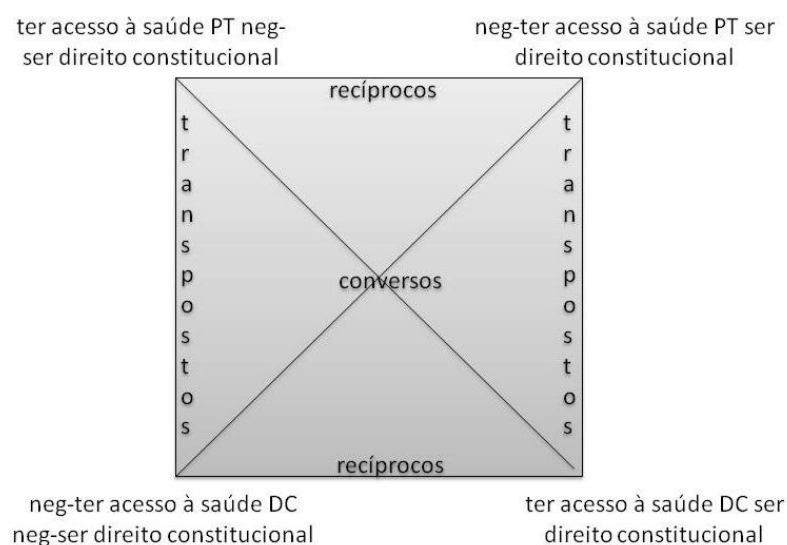
A aprovação da PEC 29 é, no entanto, um primeiro passo. Os gastos com saúde pública no Brasil mal chegam a 4% do PIB. Conforme critério da OMS deveria ser acima de 6%. É oportuno reforçar que atrelado a essa questão está o subfinanciamento da saúde no Brasil. A gestão dos recursos também precisa ser aperfeiçoada – e deixar de ser ignorada.

⁴³ RODRIGUES, Dirceu F. de Araújo. A saúde é um direito? *Zero Hora*, Artigos, Sábado, 17 de set. 2011, p. 15.

Definitivamente, a Constituição Federal do nosso País deve ser levada a sério. A Comissão do SUS da Associação Médica do Rio Grande do Sul está engajada pela emenda 29. Somando todos os recursos (Municípios, Estados e União), o financiamento público da saúde no Brasil alcança somente 42% dos gastos totais da família brasileira com o setor (pesquisa de domicílios IBGE 2008). De lá para cá, a situação piorou em especial por parte da União, que a cada ano diminui sua participação em percentual comparando em especial com os municípios. Até quando a saúde da nossa população irá suportar? A mudança está, nesse momento, em nossas mãos. Façamos, dessa vez em todos os Estados, a “nossa” parte.

Ao analisarmos esse discurso, a partir do enunciado do título, depreendemos um primeiro encadeamento: *a saúde é um direito* (corresponde ao conteúdo argumentativo C1), cujo aspecto evocado é do tipo normativo e corresponde a *saúde DC direito*. Todavia, há algo que permite alguém questionar essa afirmação pressuposta pelo enunciado. Por essa possibilidade, há a imagem de um alocutário, a partir da pergunta, como sendo alguém que não tem mais certeza quanto à saúde ser um direito, o que o leva a questionar esse fato. Desse modo, a primeira orientação da pergunta seria a de buscar, nos enunciados consecutivos a ela, o que causa a incerteza sobre essa afirmação pressuposta. Ainda, com relação à pergunta, podemos organizar um primeiro bloco semântico, representado pelo quadrado argumentativo abaixo:

Figura 07: Saúde



Fonte: figura elaborada pela autora.

Já no primeiro parágrafo, encontramos uma informação conflitante com o conteúdo *a saúde é um direito*: a constatação de haver um crescimento constante dos usuários dos planos de saúde. Esse fato vai em direção contrária a um segundo argumento apresentado neste mesmo parágrafo, o direito estabelecido pela Constituição de 1998 da gratuidade da saúde para todos.

Nesse caso, percebemos que o locutor articula dois discursos, um primeiro, cujo conteúdo é a afirmação do direito à saúde para os cidadãos pela Lei Constitucional (*Com a Constituição de 1988, a saúde passou a ser um direito de todos. Ela determina o atendimento igualitário, universal e, atenção: gratuito com financiamento público*), com um segundo discurso, contrário, relacionado a uma constatação, de um número crescente de usuários pagando para ter acesso à saúde (*O crescimento constante dos usuários de planos de saúde privados já ultrapassa 40 milhões de pessoas e mostra que a população brasileira está procurando outros caminhos.*). Nesse caso, há uma relação entre pontos de vista, relação de reciprocidade, explicada no quadro abaixo:

<p>Enunciador 1 – voz do Locutor – A saúde é um direito universal, igualitário e gratuito (C1) – Aspecto 1: ter acesso à saúde DC ser direito constitucional</p> <p style="text-align: center;">MAS</p> <p>Enunciador 2 – Mundo (factual) – Cresce o número de usuários de planos de saúde como alternativa para cuidar da saúde (C2) – Aspecto 2: neg-ter acesso à saúde DC neg- ser direito constitucional</p>

Observamos acima que o locutor também se utiliza de dois tons diferentes para colocar os conteúdos, o que torna possível um debate. Um primeiro tom é o da voz de Locutor (eu), demonstrado por um engajamento no discurso ao dirigir-se à sociedade (ou seja, coloca-se como uma voz de fora da sociedade) e com o uso da palavra *atenção*, novamente convocando o alocutário – agora identificado como sendo a sociedade, indiretamente (*Contudo, a sociedade deve fazer a devida lembrança. Com a Constituição de 1988 (...) Ela determina o atendimento igualitário, universal e, atenção: gratuito com financiamento público.*). Um segundo tom corresponde à voz de Mundo, em que o conteúdo colocado pelo locutor está no modo enunciativo do encontrado, não há nenhuma subjetividade diretamente relacionada a essa segunda constatação sobre o aumento do número de usuários de planos de saúde.

O locutor segue o discurso apresentando conteúdos argumentativos encadeados ao aspecto *saúde pública DC direito constitucional*, no segundo parágrafo, principalmente, pela menção à Constituição; e conteúdos argumentativos que seguem a argumentação no terceiro parágrafo, com dados sobre o desvio do dinheiro (*Basta olharmos o orçamento para a saúde de 2011 no nosso Estado. Lá consta **um total de R\$ 2,3 bilhões**, o que seria 13% do orçamento. Isto está dentro da lei. Acontece que, deste valor vão para ações de saúde igualitárias, universais e gratuitas **somente R\$ 1,1 bilhão***). Ou seja, o debate entre vozes distintas continua, a fim de evidenciar o problema em questão, se a saúde é um direito, então como não é garantida?

No terceiro e no quarto parágrafos, percebemos uma ênfase na atitude do locutor, pelo uso de um modo engajado, na voz de um Locutor (*eu*), sustentado por um ângulo de vista médico membro da AMRIGS. Sob essa subjetividade, no discurso, é introduzido um conteúdo argumentativo: a aprovação de uma medida complementar à Constituição. Esse conteúdo argumentativo representaria uma solução para os problemas de interpretações da Lei 8080 de 1990 da Constituição e garantiria a correta distribuição dos recursos ao SUS, assegurando o direito à saúde, previsto na Constituição. Assim, a argumentação sobre a Lei Complementar é colocada e assumida pelo locutor em seu discurso.

Decorrente dessas relações, uma segunda articulação entre discursos pode ser representada por:

Enunciador 3 – voz do Mundo – Os Estados não cumprem a lei e não distribuem os devidos recursos ao SUS (C3) – Aspecto 3: neg-cumprir leis DC neg-garantir saúde

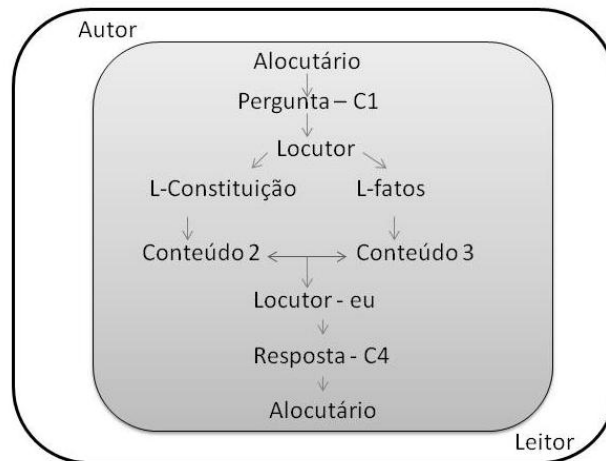
MAS

Enunciador 4 – voz do Locutor (*eu*) – Com a aprovação da Lei Complementar, o Estado será obrigado a distribuir corretamente a verba para o SUS e garantir o direito à saúde para todos (C4) - Aspecto 4: aprovar Lei Complementar DC garantir o direito à saúde para população

O engajamento do locutor em seu discurso é enfatizado também no último parágrafo, do qual destacamos o seguinte enunciado: *A mudança está, nesse momento, em **nossas** mãos. **Façamos**, dessa vez em todos os Estados, a “**nossa**” parte*. O uso de aspas em “*nossa*” parte, pela relação entre locutor (*eu*) e alocutário (*tu*), ressalta uma crítica construída por meio de um diálogo implícito: *faremos a nossa parte, portanto, vocês devem fazer a sua*. Essa última colocação do locutor - Locutor (*eu*), sob o ângulo de vista de um médico membro da

AMRIGS que elaborou a emenda - convoca tanto o alocutário-cidadão (que pode ser aquele responsável pela pergunta), quanto o alocutário-representante do povo pelo uso de: *vocês* - a se engajarem pelo direito à saúde. O primeiro pelo dever de exigir seu direito e o segundo pelo poder de garanti-lo com a aprovação da emenda à Constituição - *devem fazer a sua (parte- aprovar a emenda)*.

Figura 08: Relação polifônica argumentativa de *A Saúde é um direito?*



Fonte: Figura elaborada pela autora.

Pelo esquema apresentado acima, percebemos que a pergunta está associada à voz de um alocutário, sendo que para respondê-la, o locutor coloca argumentações e as relaciona, posicionando-se sobre os conteúdos argumentativos para construir sua resposta.

6.3.4 Análise do discurso 04

*Halloween: participação obrigatória?*⁴⁴

No Brasil, até há pouco tempo, 31 de outubro era uma data qualquer, já que não encontra qualquer referência com nossa cultura. Mas isso mudou. Hoje em dia é comemorado o Halloween ou o Dia das Bruxas. Algumas escolas comemoram inserindo o tema nas próprias atividades didáticas. Alunos devem desenhar/criar seres imaginários do mal de toda espécie: bruxas, diabos, fantasmas, vampiros, monstros. Até mesmo o Jason Voorhees – Sexta-Feira 13 – pode ser lembrado e homenageado. São realizados até desfiles com concurso de fantasias. Todos têm que gostar. É um atropelo, mães correndo atrás de fantasias (e quem não pode comprar?) em busca do mais horrendo. O mais horrendo ganha o concurso.

Dá para parar e pensar se gostamos de Halloween? Temos o direito de não gostar?

O simbolismo da data, além de bruxas, envolve demônios, fantasmas, morte, trevas, esqueletos, medo e terror.

Festejar isso na escola é certo? Agrega? Como funciona na cabeça das crianças?

Fala-se muito em ser “do bem”. Entretanto, aparece na festa da escola até o Jason Voorhees, brutal assassino da série Sexta-Feira 13, que elimina jovens com requintes de crueldade (sim, é permitido participar das festividades fantasiado de Jason). E o Jason pode ganhar o concurso de melhor fantasia com sua faca machete⁴⁵ suja de sangue!

Não se trata aqui de questionar preferências ou gosto por filme de terror. Trata-se de refletir sobre a capacidade infantil de discernir o que é do bem do que é do mal. Como esta ficção contribui para a formação da personalidade do cidadão que queremos para o futuro?

Pode-se pensar em algo mais concreto: e a criança que nitidamente expressa pavor, tem pesadelos, chora de medo ou simplesmente se permite não gostar de tais seres e símbolos? Ela tem esse direito? Ou ela é obrigada a gostar e a participar das atividades? Na hipótese de não participar, como ela vai resolver o constrangimento de explicar a cada professor e a cada colega por que não gosta de Halloween??!!

Ao decidir onde matricular seu filho, os pais levam em conta vários fatores, entre eles a linha religiosa adotada pela escola. Porém, a partir da última quinzena do mês de outubro,

⁴⁴ Rosângela Fernandes da Silveira John (Procuradora federal), Halloween: participação obrigatória?, *Zero Hora*, Artigos, Sábado 31 de out. 2009, p. 15.

⁴⁵ Machete: substantivo masculino: 1) sabre de dois gumes, reto e curto, usada pelos artilheiros; 2) faca grande, usada no mato; facão (Dicionário eletrônico HUAISS da língua portuguesa, 2009).

sem escolha, os pais podem ser surpreendidos pela obrigatória comemoração do Halloween, na qual a participação do filho é, inclusive, avaliada.

Estamos diante da imposição de costumes “importados”, com objetivos principalmente comerciais, que são “engolidos” sem qualquer reflexão.

É comum ouvir: “É só uma brincadeira, é um trabalho lúdico. As crianças adoram. Não tem conotação religiosa”.

Ao contrário dessa afirmação, em síntese podemos afirmar que as comemorações do Halloween remontam a crenças e rituais celtas, professados pelos druidas, membros de um culto sacerdotal pagão na antiga França, Inglaterra e Irlanda. Ainda hoje, em todo o mundo existem adeptos e seguidores dessas crenças e rituais como religião.

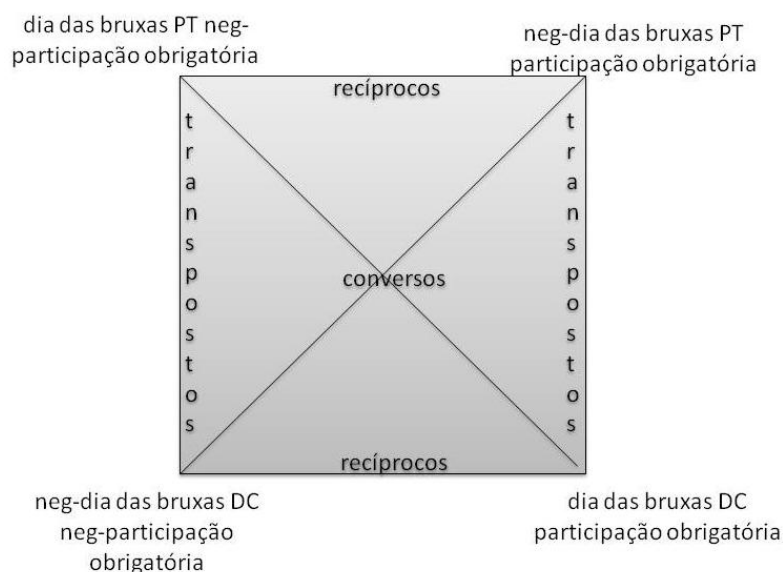
Assim, o Halloween tem cunho religioso, e o fato de as escolas adotarem como data comemorativa atenta contra um dos mais elementares princípios constitucionais: o direito fundamental de liberdade de crença, assegurado pelo artigo 5º, incisos VI e VIII, da Constituição Federal.

A Constituição assegurou o direito dos pais de liberdade de crença que lhes permite festejar ou não o Dia das Bruxas. E a criança pode ter e expressar seu medo sem ser obrigada a gostar de bruxas, demônios, fantasmas, esqueletos. Pode, ainda, simplesmente não gostar sem explicar por que, tampouco pode ser constrangida por isso. É livre para gostar ou não gostar. O Halloween, enfim, não faz e não pode fazer parte do currículo escolar.

É de todo recomendável, pois, que escolas e educadores repensem o assunto hoje.

*Ao analisarmos a pergunta do título *Halloween: participação obrigatória?*, inicialmente, temos a colocação em cena de duas possibilidades: *É Halloween e todos precisam celebrar*, cujo aspecto evocado pode ser representado por: *dia das bruxas DC participação obrigatória*; e *É Halloween e nem todos precisam celebrar*, do qual depreendemos o aspecto: *dia das bruxas PT neg-participação obrigatória*. Há, portanto, um diálogo cristalizado marcado pela pergunta, e a identificação do locutor com os pontos de vista referentes a esse debate deve ser buscada no discurso que segue essa pergunta.*

Os aspectos depreendidos da pergunta são representados no quadrado argumentativo:

Figura 09: Dia das Bruxas

Fonte: Figura elaborada pela autora.

A partir dos enunciados que seguem a pergunta, identificamos um contexto para a realização desse debate, o ambiente escolar brasileiro, marcado pelos enunciados: *No Brasil, até há pouco tempo, 31 de outubro era uma data qualquer, já que não encontra qualquer referência com nossa cultura. Mas isso mudou. Hoje em dia é comemorado o Halloween ou o Dia das Bruxas. Algumas escolas comemoram inserindo o tema nas próprias atividades didáticas. Alunos devem desenhar/criar seres imaginários do mal de toda espécie: bruxas, diabos, fantasmas, vampiros, monstros.* Por esse contexto, depreendido a partir do linguístico, fica estabelecida a imagem de um alocutário (convocado pela pergunta) – todo aquele que de alguma forma relaciona-se com este ambiente, sejam diretores, professores ou pais, que não concordam com a obrigatoriedade.

Além disso, no primeiro parágrafo do texto, percebemos que o locutor apresenta um ponto de vista: *feira das bruxas é tema de atividade didática, portanto todos os alunos devem tomar parte nesta atividade*, cujo aspecto evocado corresponde ao normativo: *ser uma atividade escolar DC ter participação obrigatória*. O início desse primeiro parágrafo é colocado pelo locutor com uma voz de Mundo, um tom factual. Como se o locutor somente compartilhasse fatos observados na sociedade, há uma aparente ausência de subjetividade.

Porém, esse tom muda, e, ainda no primeiro parágrafo, o locutor já se marca no discurso, atribuindo um tom engajado ao discurso, percebido nos enunciados por: *Até mesmo o Jason Voorhees – Sexta-Feira 13 – pode ser lembrado e homenageado. São realizados até*

desfiles com concurso de fantasias. Todos têm que gostar. É um atropelo, mães correndo atrás de fantasias (e quem não pode comprar?) em busca do mais horrendo. O mais horrendo ganha o concurso. Dessas marcas, destacamos o uso da pergunta – e quem não pode comprar? – dirigida ao locutário.

Por esse questionamento, entendemos que há uma explicitação do tom de enunciador Locutor (eu) convocando um locutário a refletir sobre os alunos que não podem comprar fantasias. Nesse momento enunciativo, o locutor estabelece um locutário a favor da comemoração do Dia das Bruxas, ou seja, alguém da escola, possivelmente, na posição de professor, responsável pela atividade didática, com quem o locutor debate. Dessa forma, o locutor expressa uma atitude de exclusão à obrigatoriedade da compra da fantasia.

Nos parágrafos seguintes, o locutor coloca conteúdos argumentativos para construir um sentido para Halloween, dentre eles: o simbolismo da data envolvendo medo e terror; com destaque para personagens que representam figuras do mal. Assim, depreendemos um sentido para Halloween, representado pela argumentação externa: *Halloween DC celebração do terror e do mal.*

Por esse sentido de Halloween, o locutor encadeia outro conteúdo argumentativo, o de que uma criança ainda não sabe discernir completamente o bem do mal e muitas crianças não gostam da data e temem essas representações do mal, mesmo assim são coagidas a participar do Dia das Bruxas a fim de evitar o constrangimento de explicar a cada professor e colega que não gostam dessa data. Depreendemos, desses encadeamentos, uma atitude de crítica do locutor pelo conteúdo de que *até mesmo quem não gosta deve participar do Halloween*, representado pelo aspecto argumentativo transgressivo: *ter medo PT ser coagido a participar do Dia das Bruxas.*

O locutor, ao continuar sua argumentação, em determinado momento traz novamente a voz do outro, a alteridade externa representada nos enunciados: *É comum ouvir: “É só uma brincadeira, é um trabalho lúdico. As crianças adoram. Não tem conotação religiosa”*. Dessa voz, imputada a um Ele (outra subjetividade que não a do Locutor) decorrem três conteúdos (com uma mesma direção argumentativa) em defesa do evento: *propor atividade de Halloween DC ter a finalidade lúdica; ser uma brincadeira DC ser apreciada pelas crianças; ser uma brincadeira DC neg-ter relação com aspectos religiosos.*

O aspecto *brincadeira DC crianças gostam* já havia sido refutado pelo locutor, ao colocar o conteúdo argumentativo referente a crianças que não gostam devido ao medo do terror (*ter medo PT ser coagido a participar do Dia das Bruxas*).

O aspecto referente a uma voz atribuída a um alocutário da comunidade escolar, sobre o qual o locutor encadeia um debate para a finalização do seu discurso, tomando também uma atitude de exclusão, é a relacionada à (AE Halloween): *ser uma brincadeira DC neg-ter relação com aspectos religiosos*. A exclusão se dá, segundo o locutor, por não concordar com o fato de o Halloween não ter aspecto religioso, pois, segundo o novo conteúdo trazido pelo locutor, esta data é relacionada com seguidores de crenças e rituais celtas, que existem até hoje. Isso leva a evocar o aspecto normativo (AE Halloween): *ter ligação com seguidores de rituais celtas DC ter relação com aspectos religiosos*.

Enunciador 1 – Ele (comunidade escolar) – O Halloween é uma brincadeira e não tem relação com a prática religiosa (C1). Aspecto argumentativo 1: *ser uma brincadeira DC neg-ter relação com aspectos religiosos*.

MAS

Enunciador 2 - Locutor (*eu*)– O Halloween remonta a crenças e rituais celtas que ainda são celebrados por seguidores como religião. Aspecto argumentativo 2: *ter ligação com seguidores de rituais celtas DC ter relação com aspectos religiosos*

Embasado nesse conteúdo argumentativo, o locutor elabora sua argumentação final. O fato de haver relação com uma celebração religiosa mostra que a sua obrigatoriedade vai contra um princípio constitucional, o da liberdade de crença, conforme artigo da Constituição citado pelo Locutor em: *o direito fundamental de liberdade de crença, assegurado pelo artigo 5º, incisos VI e VIII, da Constituição Federal*.

Neste momento, o discurso mostra um modo de falar do locutor, o ângulo de vista de alguém que conhece a Lei, pela voz coincidente ao papel do sujeito empírico de Procurador Federal. Sob este ângulo de vista, o locutor, na voz do Locutor (*eu*) coloca os seguintes conteúdos argumentativos:

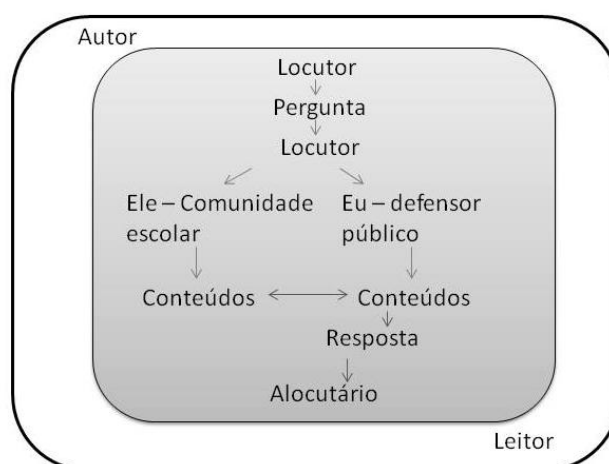
Enunciador 3 - Locutor (*eu*) (ângulo de vista de defensor público) – A liberdade de crença é assegurada pela Constituição (C3). Aspecto argumentativo 3: impor religião DC assumir atitude anticonstitucional

MAS

Enunciador 4 - Locutor (ângulo de vista de defensor público) – É dia de Halloween (festa religiosa), portanto festeja quem quiser (C4). Aspecto argumentativo 4: neg-impôr cultura relacionada à religião na escola DC poder optar pela participação do Halloween

Dessa forma, nesse discurso, o posicionamento argumentativo final do locutor é construído com um tom engajado e representado pelo aspecto converso relacionado ao bloco semântico da pergunta, o qual permite negar a obrigatoriedade da participação nos festejos de Halloween. O aspecto converso mostra também que foi assumida, no discurso, pelo locutor, a negação contida na frase pressuposta ao enunciado interrogativo para responder a pergunta do título.

Figura 10: Representação polifônica argumentativa de *Halloween: participação obrigatória?*



Fonte: Figura elaborada pela autora.

Com o esquema acima, demonstramos a relação de um locutor que pergunta e responde. Para construir sua argumentação-resposta, o locutor apresenta conteúdos argumentativos e os relaciona, embasando seu ponto de vista final sobre o conteúdo argumentativo na voz do Locutor – defensor público.

Por isso, podemos dizer que a construção do sentido desse discurso é realizada por um debate entre enunciadores e leva a uma conclusão sobre o assunto com a tomada de atitude final do locutor (na voz de Locutor-eu) de defender a liberdade de participação nas comemorações do Dia das Bruxas nas escolas. A partir da tomada de atitude em tom engajado com a posição contrária à obrigação da celebração do Halloween, o locutor, além de explicar a negação (da obrigação em participar) ao responder, convoca o *alocutário-escola e educador*

a reavaliar o evento pelo enunciado: *É de todo recomendável, pois, que escolas e educadores repensem o assunto hoje.*

6.3.5 Análise do discurso 05

*Quebra de patentes resolve?*⁴⁶

A questão relativa ao patenteamento de medicamentos enseja cada vez mais polêmica em função dos direitos envolvidos. De um lado, vemos a questão da propriedade industrial do detentor da patente. De outro, vemos o interesse público relacionado ao acesso aos medicamentos, direito reivindicado pela presidente Dilma Rousseff em discurso proferido segunda, dia 19, na ONU, quando defendeu a flexibilização de patentes para remédios contra doenças não transmissíveis como hipertensão, diabetes e doenças respiratórias. Tanto o direito de propriedade quanto o direito a saúde estão assegurados em nossa Constituição e são considerados direitos fundamentais do indivíduo, o que pode ser observado no mesmo pronunciamento da presidente: "O Brasil respeita os seus compromissos em matéria de propriedade intelectual, mas estamos convencidos de que as flexibilidades aprovadas em Doha são indispensáveis para políticas que garantam o direito a saúde".

A realidade, entretanto, é que, enquanto os laboratórios estrangeiros sentem o impacto negativo da perda de suas patentes, tem início uma corrida entre os laboratórios nacionais para ver quem consegue lançar primeiro no mercado o genérico equivalente aos medicamentos cujas patentes cairão em domínio público. Isto porque, sem a proteção patentária, é possível reproduzir as fórmulas e comercializar esses medicamentos livremente, por preços infinitamente mais baixos do que os do medicamento original.

Um dos maiores dilemas envolvendo a quebra de patentes se dá em relação aos direitos dos laboratórios detentores das patentes, que investem milhões em pesquisa e desenvolvimento para obter o medicamento e o direito à saúde daqueles que não possuem condições de pagar o valor cobrado pelos medicamentos. Ainda não temos uma fórmula perfeita para solucionar esse problema, mas a ponderação entre os direitos envolvidos em cada caso parece no momento a melhor alternativa.

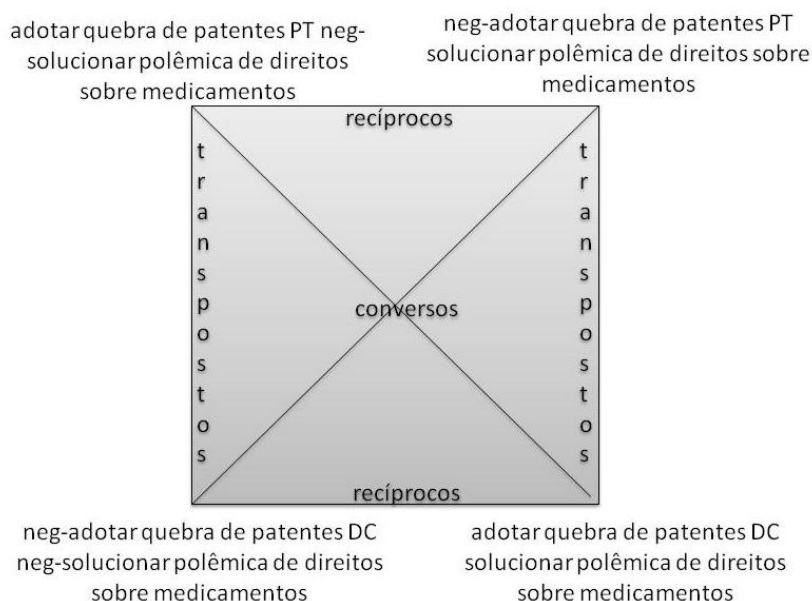
Ao focalizarmos o enunciado interrogativo do título desse discurso, temos uma afirmação pressuposta: a quebra de patentes resolve e uma negação pressuposta: a quebra de patentes não resolve, o que marca a dúvida de quem questiona (pensamos ser essa voz

⁴⁶ PEIXOTO, Sheila. Quebra de patentes resolve? *Zero Hora*, Artigos, 24 de set. de 2011, p. 14.

atribuída a um alocutário). Esse enunciado também explicita uma necessidade, a de buscar no discurso o que completaria o sentido de *resolve* (resolve o que?) e o porquê esse sentido da quebra de patente como uma solução é colocado em dúvida.

Inicialmente, pelo enunciado do locutor: *A questão relativa ao patenteamento de medicamentos enseja cada vez mais polêmica em função dos direitos envolvidos*, temos um primeiro sentido para *resolver*: acabar com a polêmica sobre os direitos envolvidos em relação aos medicamentos. Assim, temos um primeiro encadeamento resultante da pergunta ligada ao enunciado do discurso, representado por: a quebra de patentes resolveria polêmicas sobre os direitos em relação aos medicamentos (C1), do qual depreendemos o aspecto (AI de quebra de patentes): *mudança nos direitos sobre propriedade intelectual DC solucionar polêmica de direitos sobre comercialização de medicamentos*. Representamos essas argumentações no quadrado argumentativo:

Figura 11: *Quebra de patentes*



Fonte: Figura elaborada pela autora.

Para explicar a polêmica envolvendo o caso da quebra de patentes, o locutor coloca dois conteúdos argumentativos relacionados a dois pontos de vista sobre a questão: o direito do cidadão de ter acesso aos medicamentos e o direito dos laboratórios de desenvolverem pesquisas e produção dos produtos.

Ao colocar em debate esses dois argumentos, o locutor concorda que ambos teriam um mesmo valor argumentativo, pois estão assegurados pela Constituição e são considerados fundamentais para os indivíduos.

Representamos esse debate pela construção de dois blocos semânticos:

Enunciador 1 – voz do Ele (ângulo de vista da presidente) – A flexibilização dos direitos envolvidos sobre as patentes pode trazer benefícios para a saúde pública por um acesso a medicamentos essenciais mais baratos (C1). Aspecto 1: diminuir preço dos medicamentos (para a população) DC quebra de patentes

MAS

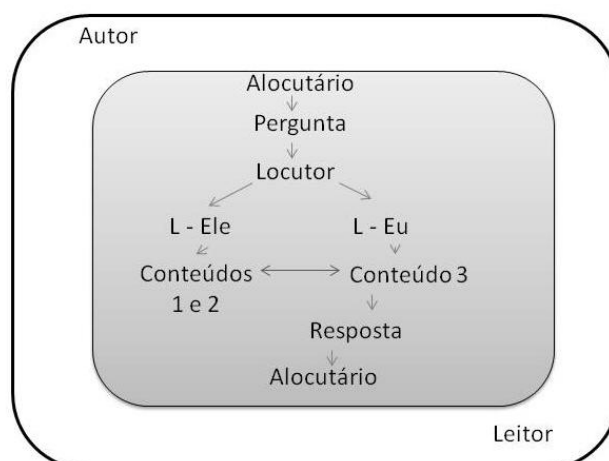
Enunciador 2 – voz do Mundo – Os medicamentos serão comercializados por um preço muito abaixo, levando a uma concorrência desleal (C2). Aspecto 2: diminuir preço dos medicamentos (para laboratórios) DC neg-quebra de patentes

Ao colocar as duas partes envolvidas sobre a questão da quebra de patentes como dois pesos iguais a serem considerados (mantendo o impasse), o locutor acaba se posicionando contra a quebra de patentes, uma vez que ele aponta a necessidade de buscar uma nova solução pela ponderação entre os direitos envolvidos.

Dessa forma, o locutor assumiria o aspecto: *adotar quebra patentes DC neg-solucionar polêmica sobre os direitos de comercialização dos medicamentos*. Com esse novo bloco (decorrente da negação do suporte da primeira argumentação - *adotar quebra de patentes DC solucionar polêmica sobre os direitos de comercialização dos medicamentos*), o locutor pode propor um novo sentido argumentativo, o de ser necessário buscar um acordo entre as partes como uma solução.

Desse modo, o locutor tem as atitudes de negar a afirmação pressuposta da pergunta, excluir o conteúdo de ser a quebra de patentes uma solução, e colocar um novo conteúdo argumentativo que conduz para sua argumentação final: *buscar consenso entre direitos autorais e direitos dos cidadãos DC encontrar nova solução para a comercialização de medicamentos* (conteúdo 3).

Figura 12: Representação polifônica argumentativa de *Quebra de patentes resolve?*



Fonte: Figura elaborada pela autora.

Na figura acima, esquematizamos a polifonia presente neste discurso. A pergunta corresponde a uma voz atribuída a um alocutário. Para respondê-la, o locutor relaciona os conteúdos colocados em cena, e, a partir do conteúdo 3, constrói a argumentação referente à resposta.

6.3.6 Análise do discurso 06

*Liberdade de crença: um passo atrás?*⁴⁷

Pois por que há de a minha liberdade ser julgada pela consciência de outrem?

(1ª Co 10:29b)

Como qualquer nação do mundo, o Brasil também gosta de, vez por outra, ressaltar perante a comunidade internacional alguns dos traços culturais que o tornam diferente do resto do mundo. Mais do que simples país do futebol, o Brasil sempre prezou ser reconhecido como uma pátria multiétnica e de absoluta liberdade religiosa. O país que na visita do papa João Paulo II em 1981 era considerado o maior país católico do mundo, é hoje também o segundo maior país protestante, o maior país pentecostal e também o maior país do espiritismo, tudo isso sem ter perdido a liderança no rebanho católico-romano. Além disso, é a pátria onde judeus e muçulmanos são vizinhos em zonas comerciais, construindo um ambiente de tolerância e absoluta liberdade religiosa. Várias vezes os presidentes da Nação referiram-se, quando em solo estrangeiro, sobre a liberdade de credo como uma das marcas mais distintivas da identidade nacional.

Mas nem sempre a liberdade religiosa foi absoluta no Brasil. A religião oficial do Império era exclusivamente a católico-romana, e o brasileiro não-católico era um cidadão de segunda classe, que não poderia ocupar cargos públicos, por exemplo. A existência de outros credos era oficialmente tolerada, desde que praticassem sua fé exclusivamente dentro de seus locais de culto, que não poderiam ter nem mesmo a aparência exterior de templo. É por esta razão que a maioria das igrejas evangélicas brasileiras, até o dia de hoje, não possui torres, sinos ou outros traços arquitetônicos semelhantes. O cristão evangélico tinha a manifestação de sua fé restrita exclusivamente ao templo, porque para a Coroa, a fé evangélica era um credo estrangeiro que atentava contra a identidade nacional. Mais tarde, no período republicano, mesmo com a separação oficial entre Igreja e Estado, a ameaça hegemônica sempre rondou de perto os evangélicos, roçando as franjas do autoritarismo. Foram inúmeras as igrejas protestantes destruídas por ordem de sacerdotes e freis no Nordeste, do que dá testemunho a literatura de cordel.

Hoje, em pleno século XXI, um novo perigo ronda a liberdade de crença num país que ama ostentar ao mundo sua tolerância religiosa. Na busca legítima por punições contra atos

⁴⁷ MOREIRA, Cláudio. Teólogo, pastor e jornalista. *Liberdade de crença: um passo atrás?* Zero Hora, Artigos, Domingo, 29 de maio 2011, p. 19.

*de violência de que são vítimas, grupos de homossexuais erram o alvo, e ao invés de propor uma legislação mais dura contra a ação de bandos que os agridem nas ruas de São Paulo e Rio – como **skinheads** e outras facções de corte ideológico fascista – voltam suas baterias contra as igrejas cristãs em geral, e as evangélicas em particular. Sob o cândido apelido de “Lei da Homofobia”, o Projeto de Lei 122/2006 propõe, entre outras coisas, punir com x anos de cadeia quem praticar “violência filosófica” contra um homossexual. Na prática, a simples citação do trecho bíblico de Romanos que define a prática homossexual como pecado deixaria de poder ser mencionada, transformando parte da Bíblia Sagrada, que para os cristãos é a Palavra Viva, em “letra morta”.*

Diante da forte reação negativa das igrejas e da sociedade civil, a senadora Marta Suplicy, responsável pelo desarquivamento da lei no Congresso Nacional, propôs uma manhosa alteração, isentando de punição as manifestações feitas em locais de culto, restringindo a liberdade constitucional de crença e consciência a um único espaço físico.

Em que pesem as boas intenções de quem imaginou, através desta proposta, defender os direitos de uma parcela da população, não há como mitigar o seu viés autoritário e anticonstitucional. Sob o pretexto de promover os direitos de um grupo da sociedade, avança-se sobre as garantias constitucionais de toda a população. Sim, pois se hoje se defende restringir a liberdade de crença de alguns por “bons” motivos, nada impede que isso ocorra de novo, no futuro, por qualquer outra razão.

Se no passado, a desculpa para circunscrever a liberdade dos evangélicos aos limites das quatro paredes dos templos era o nacionalismo, hoje é o humanismo politicamente correto que busca transformá-los novamente em cidadãos de segunda classe, sem direito pleno à expressão de suas convicções, por mais anacrônicas que pareçam a alguns. É triste que valores com mais de dois mil anos de história estejam hoje na alça de mira de um pensamento que, a pretexto de pregar a tolerância, pode fazer o Brasil retroceder numa de suas características mais marcantes: a defesa absoluta da liberdade de crença como um patrimônio dos direitos humanos.

A pergunta do título, *Liberdade de crença: um passo atrás?*, indica-nos que há algo sobre a liberdade de crença que precisa ser investigado. Pela expressão *liberdade de crença*, podemos depreender uma argumentação interna, obtendo o encadeamento *o cidadão pode exercer a sua vontade dentro dos limites que lhe faculta a lei, portanto é livre para escolher a religião que lhe convier*. Desse encadeamento, construímos o aspecto: *ser livre DC poder viver uma religião*.

Pela expressão *um passo atrás*, há uma indicação de um retrocesso, um retorno a um momento (anterior) no tempo, relacionado ao tema *liberdade de crença*. Assim, temos a indicação para buscar qual é o sentido de *liberdade de crença* em um momento de tempo diferente do atual.

Detalhando dessa forma a pergunta do título, compreendemos que ela nos dá uma orientação para buscar nos enunciados do texto as relações semânticas estabelecidas sobre liberdade de crença, pelo locutor, e a influência do momento anterior e atual nessas relações (essas marcas – anterior e atual – referem-se ao *tempo da enunciação*). Por essa primeira conclusão, levantamos a hipótese desse título estar na forma de uma pergunta retórica, sendo que o próprio locutor a elabora a partir de uma imagem sua de um alocutário e vai também respondê-la a esse alocutário (o locutor compartilha de um tema com o alocutário). A pergunta, então, seria uma forma de convidar o alocutário que se identifica com essa dúvida a acompanhar a explicação do locutor. Dessa forma, representamos a pergunta por:

Enunciador 1 – voz do Locutor – Há liberdade de crença atualmente, no entanto isso era diferente no passado (C1). Aspecto 1: ter liberdade de crença em tempo 1 (presente) PT neg-ter liberdade de crença em tempo 2 (passado).

Percebemos que, como o locutor coincide com o sujeito empírico Pastor e Teólogo, consideramos serem os conteúdos argumentativos relativizados por um modo de ver, o qual nos leva a compreender o texto a partir de um locutor relacionado a um enunciador com a voz de Locutor (eu- pastor e teólogo), engajado com seu discurso. Tal modo de ver o discurso, sob o ângulo de um teólogo, não altera o sentido linguístico pela ANL, somente estabelece a maneira de colocação dos enunciados desse discurso em cena.

No início da construção argumentativa do locutor, encontramos descrições que justificam um dos segmentos do aspecto contido na pergunta: *Liberdade de crença em tempo 1*. Entre essas descrições, temos a de que o Brasil gosta de ser reconhecido como uma pátria multiétnica e de absoluta liberdade religiosa perante outros países. Segundo o locutor, a liberdade de credo no Brasil é constitutiva de uma identidade nacional. Assim, teríamos um encadeamento referente à AI (*Brasil atual*): *ter povos diferentes convivendo em harmonia DC demonstrar tolerância religiosa* (exemplifica um segmento colocado pela pergunta).

Seguindo a exposição discursiva, no segundo parágrafo, por meio de um articulador *mas*, percebemos que são introduzidos elementos contrários a esse estado de convivência

pacífica. Nesse caso, são apresentados dados que mostram uma oposição a esse sentido de Brasil atual por meio de uma remissão ao tempo do Império. Naquela época, não havia liberdade de religião, porque só uma religião era reconhecida como oficial, a católica. Essa argumentação pode ser representada pela AI (Brasil Império): *impor uma religião oficial DC demonstrar intolerância religiosa*. Ou seja, há uma negação semelhante à negação do outro segmento colocado pela pergunta, sendo o tempo dois relacionado à época imperialista.

Temos que buscar ainda o que estaria abalando a liberdade de crença no momento atual, já que ela está sendo questionada e foi mostrado que *um passo atrás* corresponderia a uma restrição dessa liberdade, pela referência à restrição contida na argumentação de tempo da época do Império.

Assim, pelo discurso, temos a colocação pelo locutor de um novo conteúdo argumentativo sobre um projeto de lei, Lei da Homofobia, a qual puniria quem praticasse violência filosófica contra homossexuais. Essa violência filosófica envolve as práticas religiosas, pois algumas pessoas, ao lerem a Bíblia, encontram uma definição de homossexualismo como pecado, segundo o locutor. Nesse ponto, o locutor faz uma manobra para anular seu tom engajado por meio do uso de uma voz que considera de maior peso (polifônica), a da Bíblia, utilizando-se de outra subjetividade para colocar um ponto de vista sobre o homossexualismo, com o qual tem a atitude de concordar: *homossexualismo DC pecado bíblico*. Porém, este conteúdo argumentativo não será tomado para discussão. O que está em jogo diretamente é o que atinge a vivência de crenças religiosas, e não a argumentação do locutor sobre o homossexualismo, argumentação subjacente a sua fala.

Segundo o discurso, pela criação da Lei da Homofobia:

Enunciador 2 – voz do Ele (projeto de Lei) – A lei que protege os homossexuais prevê punição para violência filosófica (C2). Aspecto 2: não tolerar atitudes homofóbicas DC punir violência filosófica

E

Enunciador 3 – Locutor (*eu*)- A punição filosófica engloba a prática religiosa (C3). Aspecto 3: punir atitudes de violência filosófica DC restringir expressão de crenças

Assim, o locutor coloca em seu discurso a argumentação de que ao se tentar proteger uma parte da população (homossexuais), cria-se uma ameaça para outra parte (os seguidores de religiões). Essa punição religiosa implicaria uma restrição da liberdade da prática religiosa.

Ainda, o locutor traz para seu discurso a proposta de uma senadora que tenta contornar esse impasse decorrente da emenda legal e permitir uma liberdade religiosa. Por isso, a senadora Martha Suplicy propõe a garantia da prática religiosa em locais específicos, como igrejas, em que as pessoas poderiam ler a Bíblia e interpretá-la com liberdade.

Essa proposta da senadora, segundo o ponto de vista do locutor, constitui um conteúdo que, em vez de atenuar, reforça a não liberdade de crença pela restrição das expressões de pensamentos a locais determinados, levando a uma situação comparável ao passado, quando as crenças eram restritas a espaços privados.

Enunciador 4 – voz do Ele (senadora) – As práticas religiosas estão livres de punição enquanto se realizarem nos limites das igrejas/templos (C7). Aspecto 7: professar crenças em locais determinados DC restringir liberdade de crença

MAS

Enunciador 8 - Locutor – A restrição da prática a determinados lugares é contrária à liberdade garantida pela Constituição (C8). Aspecto 8: restringir liberdade de crenças DC ser atitude inconstitucional

Ao mostrar que há uma nova restrição às práticas religiosas, o locutor compara a situação com o fato que ocorreu no passado, de não haver liberdade de crença. Além disso, o locutor relaciona esses dois momentos, passado e futuro, a partir de um momento atual, em que há liberdade de crença.

Essa comparação entre esses três “tempos” é possível, pois o suporte da argumentação do momento passado e do momento futuro é o mesmo, a falta de liberdade, mas o aporte é outro, no passado, era o nacionalismo extremo, e no futuro, um humanismo politicamente correto que explicam a não liberdade. Ambos contrapõem-se ao momento atual, cujo suporte é a afirmação: *há liberdade de crença*.

Enunciador 9 - Locutor – Havia um nacionalismo exagerado na época do Império que reconhecia como religião oficial só a católica (C9). Aspecto 9: existir um nacionalismo extremo DC **neg-haver liberdade de crença** no passado (t1)

MAS

Enunciador 10 - Locutor – Há uma convivência tranquila entre pessoas com crenças diversas no Brasil (C10). Aspecto10: haver convivência pacífica entre diferentes atualmente DC **haver**

liberdade de crença atualmente (t2)

MAS

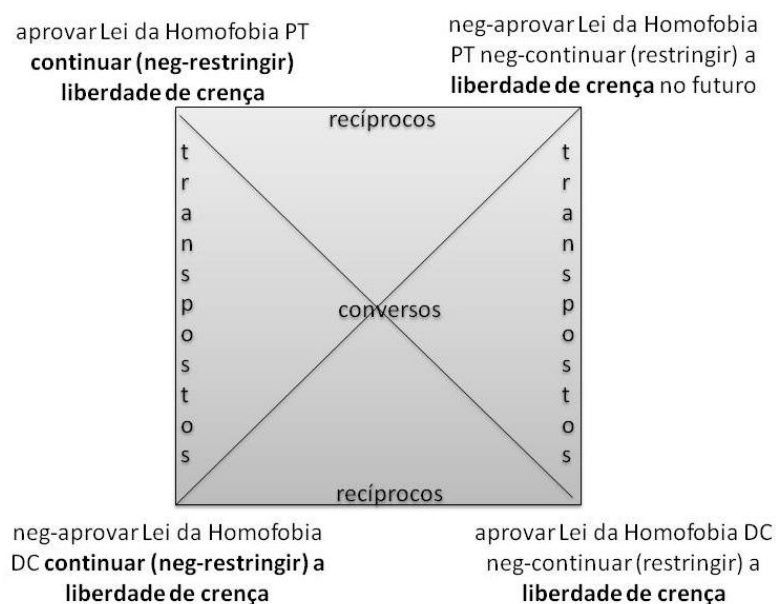
Enunciador 11 - Locutor – Em vista de um humanismo politicamente correto pela defesa dos homossexuais, há o risco de se restringir a liberdade de crença das pessoas no futuro (C11).

Aspecto11: aprovar a emenda em defesa dos homossexuais DC ocasionar restrições à

liberdade de expressão de crença no futuro (t3)

Observamos que o aspecto assumido pelo locutor em sua argumentação e que complementa o encadeamento da pergunta é o do tempo 3. Ao assumir esse ponto de vista, o locutor defende a liberdade religiosa.

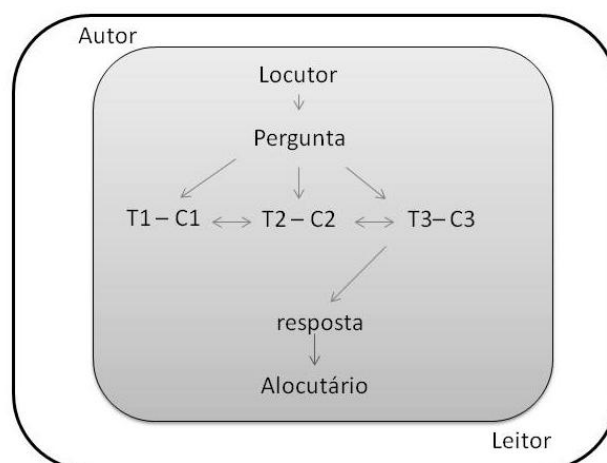
Figura 13: Liberdade de Crença



Fonte: Figura elaborada pela autora.

Para concluir essa análise, observamos que o locutor utiliza-se de um debate entre vozes nesse discurso, pontos de vista distintos sobre a liberdade de crença, para, ao final, colocar como resposta a sua argumentação: a liberdade de crença acabará (por isso um passo atrás) se a Lei relacionada às questões de homofobia for aprovada.

Figura 14: Relação polifônica argumentativa de *Liberdade de crença: um passo atrás?*



Fonte: Figura elaborada pela autora.

Com o esquema acima, representamos o debate polifônico entre conteúdos desse discurso. A pergunta é colocada pelo próprio locutor, que relaciona três contextos ligados à liberdade de crença (T1, T2 e T3) a partir do encadeamento contido na pergunta, colocando como resposta o conteúdo referente ao sentido construído para a liberdade de crença em um tempo futuro, hipotético (T3).

6.4 OBSERVAÇÕES E CORRELAÇÕES TEÓRICAS SOBRE AS ANÁLISES

Após termos realizado a análise desses seis discursos, discutiremos sobre o que essas análises mostram acerca da caracterização semântica da entidade linguística correspondente ao enunciado interrogativo.

Resumidamente, as hipóteses que guiam as reflexões sobre as análises são: - **Hipótese 1:** no caso de um discurso escrito formado a partir de um enunciado interrogativo e com uma sequência de enunciados como resposta, o enunciado interrogativo está em relação com os enunciados que o seguem e participa da construção do sentido global do discurso; - **Hipótese 2:** a pergunta do tipo total deve constituir um dos segmentos do encadeamento argumentativo referente ao sentido global do discurso, em DC ou PT; - **Hipótese 3:** a pergunta orienta o debate polifônico entre pontos de vista para a construção de sentido no discurso.

Ressaltamos que as análises realizadas representam uma forma de compreender os discursos do *corpus* pela ANL. Sabemos que há outras possibilidades de abordagem e descrição da pergunta, que podem contemplar outros aspectos do discurso. Reconhecemos também que, como as análises foram delimitadas pelas hipóteses desta tese, a fim de entender a pergunta e sua relação discursiva pela ANL, nem todos os sentidos possibilitados pelos enunciados foram apreendidos.

Além disso, o leitor deve ter percebido que a estrutura dos discursos do *corpus* é do tipo argumentativo, configurada pelo gênero artigo. O nosso propósito não é o de analisar o gênero, uma vez que pela ANL, a argumentação está na língua; assim sendo, a Semântica Linguística deve servir para descrever o sentido de qualquer unidade de realização de uma dada língua. Todavia, reconhecemos que a relação entre o uso da pergunta total e o gênero discursivo é interessante, sendo essa uma sugestão de pesquisa a ser desenvolvida, bem como das relações polifônico-argumentativas do gênero.

6.4.1 Por um valor argumentativo-polifônico da pergunta

Pensando o enunciado interrogativo sob os pressupostos da Teoria dos Blocos Semânticos, temos que esse, ao iniciar um discurso, convoca encadeamentos argumentativos. Essa constatação está embasada na afirmação de Ducrot (2009a) de que “toda palavra, tenha ela ou não alcance persuasivo, faz necessariamente alusão a argumentações” (*op. cit.*, p. 23).

Nesse sentido, em busca do valor semântico da pergunta no discurso, olharemos para o que as análises nos mostram contemplando o tripé da significação: conteúdo argumentativo; atitude do locutor frente ao conteúdo; especificação do enunciador, responsável pelo conteúdo argumentativo (CAREL, 2010; CAREL; DUCROT, 2010; CAREL, 2011a; 2011b).

Para mostrar nossas conclusões, abordaremos, primeiramente, o que observamos concernente aos encadeamentos argumentativos evocados pela pergunta e, em sequência, as constatações decorrentes dos aspectos polifônicos a partir dos enunciados interrogativos em análise. Por fim, faremos uma relação da questão argumentativa e polifônica da pergunta no discurso, pela significação do enunciado interrogativo.

6.4.1.1 As relações a partir dos encadeamentos argumentativos evocados pela pergunta

Observamos, **no discurso 01** - *Verão em outubro?*, quanto à construção argumentativa, que o discurso mostra um desenvolvimento da afirmação pressuposta na pergunta: *sim, é verão em outubro*. Essa argumentação é encadeada a partir de um dos aspectos colocados em jogo pela pergunta, *neg-dezembro PT verão*, para explicar o sentido de *em outubro*. Para isso, temos que o conteúdo argumentativo da pergunta – *verão em outubro* é relacionado com o conteúdo argumentativo – *verão pelo aspecto climatológico*, levando ao encadeamento: *O verão pode abranger o mês de outubro segundo o ponto de vista climatológico, portanto é possível chamar de horário de verão a mudança de horário que inicia em outubro*. Entendemos que esse encadeamento ilustra o aspecto argumentativo: *ponto de vista climatológico DC (horário de) verão em outubro*.

Nesse caso, percebemos que o encadeamento A, referente à pergunta, *neg-dezembro PT verão (é verão em outubro)*, contém em si mesmo (pela expressão *em outubro*) a indicação para construir um sentido referente a verão diferenciando-se do sentido de verão relacionado a dezembro. Assim, o sentido colocado pelo locutor de *verão climatológico*, de certa forma, já está inscrito em A, ou melhor, é permitido por A. Esse encadeamento argumentativo: *ponto de vista climatológico DC (horário de) verão em outubro*, qualifica *verão* como suporte da argumentação do locutor. Além disso, somente é possível entender a argumentação desse discurso tomando *verão em outubro* relacionado a *ponto de vista climatológico*. Os dois segmentos somente são compreensíveis pela interdependência semântica estabelecida entre eles – a argumentação do discurso.

Sobre os encadeamentos percebidos **no discurso 02** - *Educação sem palmada ou castigo?*, apreendemos dois pontos de vista relacionados a partir desse enunciado interrogativo: 1 – *educar, portanto com palmada ou castigo (educar DC punir)*, e 2 – *educar, no entanto sem palmada ou castigo (educar PT neg-punir)*. Verificamos que, nesse discurso, para construir o ponto de vista sobre educar, tema da pergunta, há a introdução de conteúdos argumentativos que retificam como deve ser a educação sem palmada ou castigo, explicando o segmento *PT neg-punir*. Como sentido global desse discurso, depreendemos dos enunciados o encadeamento: *Educar sem punição, mas educar com regras e reconhecimento de erros. Ou seja, educar exige regras e reconhecimento de erros pela criança e adolescente.*

Quanto à argumentação, a expressão *sem punição*, principalmente pela entidade linguística *sem*, contida no segmento A, indica qual sentido deve ser encadeado, um sentido que substitua o que é negado. Como observamos no discurso, o sentido do segmento B, sobre educar, evidencia um valor semântico positivo, construindo a interdependência coerente entre A e B.

Por fim, ao dizer o que educar não é e mostrar o que educar é, ao final desse discurso, apreendemos uma argumentação interna de educar: não punir PT dar limites e reconhecer erros (um sentido argumentativo de educar).

Com relação às argumentações observadas **no discurso 03** – *A saúde é um direito?*, apreendemos, inicialmente, o aspecto *saúde DC direito*. A esse conteúdo argumentativo está relacionado (de forma transposta) outro aspecto: *neg-saúde PT direito*. É a partir da argumentação permitida pelo aspecto transposto que se chega ao sentido: *a saúde não está sendo garantida pelos Estados, portanto é preciso aprovar uma emenda constitucional para garanti-la.*

Nesse discurso, o segmento correspondente à: *não há saúde*, contém em sua significação a indicação para a construção de um sentido argumentativo a partir de um encadeamento discursivo que “resolva” a *negação*. No caso desse discurso, a interdependência se dá com uma argumentação em favor de fazer algo para sanar o problema da garantia da saúde – aprovar uma emenda constitucional.

Quanto à argumentação final desse discurso, lembramos que, pela TBS, não é possível entender o segmento A - *a saúde não está sendo garantida pelos Estados* - independentemente do segmento B - *aprovar uma emenda constitucional para garantir a saúde*. Os dois segmentos unidos permitem compreender a argumentação de saúde colocada pelo locutor, uma saúde garantida pelo Estado. Por isso, em relação ao encadeamento final, o

uso de *portanto* é um meio de descrever a interdependência semântica entre esses segmentos encadeados.

Sobre a construção da argumentação **do discurso 04** - *Halloween: participação obrigatória?*, a base para a colocação dos encadeamentos argumentativos se dá a partir da significação de Halloween. No discurso, são apresentados sentidos que descrevem essa entidade linguística e que permitem relacioná-la com a obrigatoriedade, tema do debate.

Identificamos como a argumentação interna de Halloween, suporte da argumentação discursiva, o encadeamento: *data celebrada por seguidores de culto celta DC conotação religiosa*. Dessa argumentação interna, depreende-se o conteúdo utilizado para a argumentação final: *conotação religiosa*. Esse conteúdo conduz para: *portanto não é obrigatório participar*, o que responde à pergunta.

Assim, o sentido global apreendido do discurso e representado por *Halloween tem conotação religiosa, portanto é inconstitucional obrigar a participação nas celebrações desta data*, constitui uma interdependência semântica que explica a não obrigatoriedade contida na pergunta e estabelece um sentido argumentativo de Halloween – *data religiosa DC poder optar por participar*.

Já **no discurso 05**, *Quebra de patentes resolve?*, verificamos o aspecto normativo: *quebra de patentes DC solução* evocado pelo enunciado interrogativo. Esse aspecto normativo instaura discursivamente e virtualmente um aspecto transgressivo: *quebra de patentes PT neg-solução*.

A partir desse sentido representado pelo aspecto transgressivo, há, nesse discurso 05, o desenvolvimento de uma argumentação que leva a um encadeamento argumentativo final representado por: *a quebra de patentes não resolve o impasse entre as partes, portanto é preciso buscar uma nova alternativa para atender as duas partes envolvidas*. O aspecto evocado por esse encadeamento pode ser representado por: *não ter solução de conflito DC buscar nova forma de resolver o problema* (por um consenso entre as partes). O que mostra a argumentação como: *a não resolução do impasse exige nova solução*. Essa argumentação responde à pergunta.

Ao analisarmos o **discurso 06**, *Liberdade de crença: um passo atrás?*, constatamos que a pergunta leva à apreensão de um discurso de orientação transgressiva, representado por *Liberdade de crença em t1 PT neg-liberdade de crença em t2*. Nesse caso, há um encadeamento discursivo sobre a argumentação contida no segundo segmento da pergunta.

Olhando para a análise desse discurso, temos que o sentido global pode ser representado pelo encadeamento argumentativo: *Se for aprovada a Lei da Homofobia*

(situação futura), a liberdade de crença será restrita como já foi em situação anterior, e o respectivo aspecto: *aprovar a Lei da Homofobia DC restringir liberdade de crença*.

Por esse discurso, a negação da liberdade de crença é associada ao enunciado do título pela negação já inscrita na expressão *um passo atrás* (AI *um passo atrás: tempo do Império DC neg-liberdade de crença*). Porém o sentido de um passo atrás só é apreendido após a compreensão da resposta. O sentido argumentativo final sobre a negação da liberdade decorre da comparação argumentativa entre a liberdade de crença atual com aquela descrita por um passo atrás, e uma situação futura hipotética (decorrente de uma ação presente – lei em defesa dos homossexuais). A relação entre essas argumentações é possível uma vez que o tema, a questão da liberdade religiosa, é mantido.

Como primeira conclusão, verificamos que em todos os seis discursos analisados há uma interdependência semântica entre a pergunta e a resposta, corroborando nossa primeira hipótese de pesquisa desta tese. Essa relação argumentativa é construída a partir de blocos semânticos convocados pelo enunciado interrogativo, representados por encadeamentos em *DC* ou *PT*.

A fim de esmiuçar essa relação argumentativa estabelecida entre a pergunta e a resposta no discurso, cujas evidências referem-se à segunda hipótese de investigação desta tese, utilizaremos a definição de argumentação por autoridade, conforme Ducrot (1987).

Segundo o autor, ao argumentar em favor de uma proposição *p*, como se a reforçasse e ajuntasse um peso particular, e admitindo-se uma proposição como sendo um elemento semântico veiculado pelo enunciado, e constituída por um valor semântico (em parte ou na totalidade), o locutor argumenta por autoridade.

Assim, embasados nas afirmações de Ducrot (1987), consideramos que a argumentação sobre *p*, referente à proposição contida na própria pergunta, pode ser pensada por meio de uma autoridade específica, a polifônica.

No caso da autoridade pela polifonia, o mecanismo geral da argumentação comporta duas etapas:

- a) O locutor L mostra um enunciador (que pode ser ele mesmo ou outra pessoa) asseverando uma certa proposição P. Em outras palavras, ele introduz em seu discurso uma voz que não é forçosamente a sua – responsável pela asserção de P. Ao dizer que esta asserção é mostrada, quero dizer que não é ela mesma objeto de uma asserção: sua presença é análoga a dos atos de promessa, de ordem ou de pergunta nos enunciados promissivos, imperativos ou interrogativos.
- b) L apoia sobre esta primeira asserção uma segunda asserção, relativa a uma outra proposição, Q, o que significa duas coisas. De um lado, que o locutor se identifica com o sujeito que assevera Q. E, de outro lado, que ele o faz fundamentando-se em uma relação entre as proposições P e Q, no fato de

que a admissão de P torna necessário, ou em todo caso legítima, admitir Q. Em outros termos, tendo tomado como consenso que P acarreta Q, o locutor se dá a partir de uma asserção de P, o direito de asseverar Q: a existência mostrada (dita²) de uma asserção P fundamenta, assim, uma asserção de Q, sendo esta ligação garantida por uma relação entre as propriedades P e Q. (DUCROT, 1987, p. 143-144).

Trazendo esse raciocínio fundador para o momento atual da teoria, pela TBS, entendemos que, no caso da pergunta, nas descrições linguísticas obtidas pelas seis análises, a proposição p ou $\sim p$, participante da pergunta, poderia ser vista como o aspecto normativo, em DC, e o transgressivo, em PT. Um dos aspectos contidos na pergunta, pela TBS, constitui parte da resposta do locutor, formando um dos segmentos do encadeamento que representa o sentido global do discurso (o qual, por sua vez, decorre da relação pergunta e resposta).

O segmento de um encadeamento argumentativo contém em si uma indicação de algo a ser completado por outro segmento, por uma relação estabelecida por um conector, para formar a interdependência semântica, ou seja, a argumentação (A contém uma instrução para $DC B$ ou $PT \text{ neg-}B$, conforme apresentamos no capítulo 3, desta tese, embasados em Ducrot e Carel, 2008; Ducrot, 2009a). Esse pensamento diferencia-se daquele anterior, em que P acarreta Q (DUCROT, 1987), pois não se trata de uma relação de argumento e conclusão, em que ambos os enunciados teriam um sentido, mas uma relação entre entidades linguísticas, sem um sentido completo isoladamente, a fim de construir um sentido argumentativo por uma interrelação semântica.

Corroboramos, portanto, a noção de que a pergunta contém em si uma indicação linguística do que pode ser encadeado a partir dela para a construção de um sentido. Mostramos, também, como a pergunta delimita semanticamente o discurso que a segue, pelo fato de a resposta estar interligada com o bloco semântico correspondente ao enunciado interrogativo, a fim de manter o tema contido no questionamento em debate. Isso significa que os encadeamentos argumentativos discursivos, consecutivos ao bloco semântico do enunciado interrogativo, são coerentes com esse bloco.

Dessa forma, argumentar por meio de um enunciado interrogativo, conforme as relações semânticas observadas nas análises desta tese, seria, primeiramente, elencar os sentidos virtualmente possíveis de A (enunciado interrogativo), decorrentes do bloco semântico subjacente ao enunciado interrogativo; em sequência, relacionar os enunciados resposta (B) ao segmento A , para construir o sentido de A em relação a B , e B em relação à A ($A DC B$; $A PT \text{ neg-}B$); e, por fim, construir o encadeamento resultante do discurso (sentido global) evidenciando a interdependência semântica entre a pergunta e a resposta.

Concluimos esta subseção dizendo que o enunciado interrogativo coloca possibilidades de encadeamento do qual ele também participa para a construção de sentido no discurso. Além disso, o fato de a pergunta constituir um dos segmentos do encadeamento final mostra que ela é necessária para a compreensão do sentido global do discurso.

Após essas considerações sobre os encadeamentos argumentativos construídos a partir da pergunta, refletiremos sobre as duas outras partes que compõem o tripé da significação: a atitude do locutor e o enunciador/Pessoa, para a construção de sentido no discurso. Tal reflexão relaciona-se ao aspecto polifônico que leva a pergunta a estabelecer e organizar um debate entre pontos de vista no discurso, conforme hipótese 3, desta tese.

6.4.1.2 As relações a partir do debate polifônico estabelecido pela pergunta: a alteridade

Para discutir a questão do aspecto polifônico da pergunta total, tomamos a configuração locutor-alocutário a partir da observação do enunciado interrogativo no discurso, pela ANL, considerando os enunciados como constituindo uma representação da enunciação (DUCROT, 1987). Lembramos que os enunciados não se repetem na medida em que representam um uso individual da língua, com condições únicas de produção do discurso – *pessoa, tempo e espaço*. No entanto, a estrutura que configura o processo enunciativo, essa é repetível – sempre há um *eu* que se apropria da *língua* e se enuncia (argumenta) para um *tu*, sobre um *ele*, em um *aqui* e *agora* (BENVENISTE, 2005).

Segundo Ducrot (1987), pelos enunciados podemos apreender as imagens construídas do locutor (*eu*) e do alocutário (*tu*), e também, aspectos concernentes ao contexto (*aqui-agora*). Ou seja, pela enunciação, o locutor implica necessariamente um *outro*, isto é, um alocutário. Ora, se o locutor propõe um alocutário, com a intenção de argumentar para ele, influenciando-o, tudo o que proferir será em função desse *outro* estabelecido pelo locutor em seu discurso. Assim, o alocutário é constitutivo do discurso do locutor na sua totalidade (BENVENISTE, 2005), figurando quer explícita, quer implicitamente.

Segundo Ducrot (1984), o texto está no nível abstrato e o discurso é o nível do observável, o que leva Freitas (2006) e Azevedo (2006; 2011), com quem concordamos, a tomar o texto como um bloco semântico, inscrito no nível teórico da produção, realizado pelo encadeamento argumentativo complexo que é o discurso, orientado argumentativamente pelo uso de conectores, do tipo DC e/ou PT, que instruem o movimento da argumentação através de blocos semânticos, realizados por encadeamentos interdependentes. Relacionados por

articuladores os encadeamentos argumentativos descrevem o sentido global do discurso, o qual corresponde ao ponto de vista do locutor (hipótese ainda a ser comprovada).

Ao olharmos para o discurso pela ANL, assumimos a construção de sentido pela argumentação linguística, a qual se diferencia totalmente da argumentação retórica, conforme Ducrot (2009a). Isso quer dizer que ao argumentar pela ANL, o locutor marca-se a partir do linguístico, dessa forma, os encadeamentos argumentativos em *portanto*, ou *logos*, pela retórica, em relação a sua eficácia persuasiva, estão em proveito pelo *ethos*. Os encadeamentos em *portanto* podem melhorar a imagem do orador, seu *ethos*, e podem tornar a palavra mais eficaz, segundo Ducrot (2009a). Pela ANL, o movimento argumentativo é do linguístico para a construção de uma realidade discursiva.

A partir dessas considerações, assumimos que, com relação à pergunta do tipo total, seguindo o pensamento de Anscombe e Ducrot (1983), essa pergunta coloca, no discurso, a necessidade de tomar um posicionamento em relação à asserção subjacente a ela. A asserção subjacente, no caso da versão atual da ANL, corresponde a um bloco semântico representado por um encadeamento argumentativo em *DC* ou *PT*. Pela TAP, então, entendemos que o sentido da pergunta relaciona-se às atitudes do locutor sobre o conteúdo argumentativo contido no enunciado interrogativo. Lembramos que o bloco semântico, segundo Ducrot e Carel (2008) está no nível do texto. É o nível do discurso, da realização do texto, que permite identificar os pontos de vista e atitudes do locutor em relação ao conteúdo argumentativo.

Retomando as análises discursivas desta tese, temos que, nos discursos 01, 02, 03 e 05, as perguntas colocadas para iniciar os discursos podem ser interpretadas como perguntas totais indiretas (HAILLET, 2007), uma vez que permitem atribuir sua responsabilidade a uma instância enunciativa distinta do locutor responsável pelo discurso (mesmo assim, essa pergunta é de responsabilidade do locutor e é colocada por ele em seu discurso). Ou seja, os enunciados interrogativos *Verão em outubro?*, *Educação sem palmada ou castigo?*, *A saúde é um direito?* e *Quebra de patentes resolve?* correspondem a dúvidas de um outro locutor, que identificamos como sendo um alocutário a quem o locutor responsável pelos enunciados se dirige. Colocar a dúvida de *outro* por meio de um encadeamento argumentativo inicial em um discurso é uma forma de trazer esse *outro* para o discurso.

Essa constatação vai ao encontro da afirmação de Anscombe e Ducrot (1983) sobre a relação polifônica locutor-alocutário ser mostrada por um locutor que coloca a voz de um alocutário demandando a si mesmo se é *p* ou $\sim p$ (contidos na pergunta) que é verdadeiro, sendo que o locutor sabe a resposta *p* ou $\sim p$ e desenvolve uma argumentação para convencer o alocutário sobre o seu ponto de vista, assumindo um enunciador *p* ou $\sim p$.

Com relação ao debate polifônico colocado em cena pela pergunta total que inicia o discurso, observamos que, nos discursos 01 e 02, a relação entre os aspectos relacionados à pergunta, atribuída à voz de um alocutário, e da resposta, pela voz do Locutor (eu), é de conversão. Esse tipo de relação entre os aspectos permite ao locutor argumentar em uma direção contrária ao alocutário, no entanto, partindo de um mesmo sentido argumentativo (aquele representado pelo bloco semântico – tema ou *ele* discursivo – *eu* e o *tu* falam sobre um *ele*).

Assim, **no discurso 01**, *Verão em outubro?*, o locutor constrói sua resposta sobre a afirmação pressuposta: *sim, é verão em outubro*, correspondente ao aspecto transgressivo: *neg-dezembro PT verão*; enquanto que ao alocutário é atribuído o aspecto normativo: *neg-dezembro DC neg-verão*. Nesse discurso, o locutor também se utiliza da argumentação por concessão, como explica Ducrot (2009). Por essa forma de argumentar, o locutor mostra que seu alocutário conhece um sentido de verão, o astronômico, conteúdo do qual o locutor compartilha ao assumir o modo de concordar sobre o mesmo aspecto – *neg-dezembro DC neg-verão*. Mas como esse aspecto não explica a dúvida: *neg-dezembro PT verão*, o locutor introduz um novo conteúdo argumentativo, o climatológico, desconhecido do alocutário. Ao colocar esse novo sentido de verão, o locutor propõe uma comparação entre pontos de vista sobre verão, e mostra um novo sentido de verão, com uma ampliação de conhecimento. Os dois sentidos de verão são aceitáveis; porém, pela atitude engajada do locutor ao final de seu discurso, percebemos que o locutor assume (compromete-se) o ponto de vista climatológico, na voz do Locutor (*eu-geógrafo*), que gradua sua própria responsabilidade em relação aos conteúdos introduzidos, segundo Ducrot (1987), a fim de responder à pergunta.

No discurso 02 - *Educação sem palmada ou castigo?*, estão em relação de conversão dois pontos de vista a partir desse enunciado interrogativo: 1 – *educar, portanto com palmada ou castigo (educar DC punir)*, e 2 – *educar, no entanto sem palmada ou castigo (educar PT neg-punir)*. O primeiro sentido é atribuído a um alocutário, pelo questionamento. E o locutor assume o segundo sentido em sua resposta. Pelo discurso, o alocutário corresponde à imagem de um pai ou mãe (educadores), pois situações e familiares são mencionadas como exemplos, e, inclusive, há uma delimitação do espaço em: - *Você pode fazê-lo reparar um dano ou corrigir um erro, obrigá-lo a pedir desculpas por malcriações, limpar uma sujeira que tenha feito. Isso não é punição, e sim reparação – diz. [...] - Temos de dar limites. Em casa, toda liberdade deve ter responsabilidade. Caso aconteça algo, tem de existir um castigo. Mas não é preciso usar de violência física – acredita a empresária Denise Sant'anna, 45 anos, mãe de um adolescente e de uma menina.*

Além disso, o locutor cita o discurso de uma mãe. Nesse caso, o locutor assume um tom distanciado, valendo-se de outra subjetividade para se enunciar ao alocutário. Dessa maneira, o locutor diminui sua responsabilidade em relação ao conteúdo enunciativo. Apesar dessa aparente ausência de subjetividade, esse modo enunciativo pode aproximar o locutor do alocutário, por uma identificação do alocutário com a voz da mãe, a qual garante o conteúdo argumentativo.

Outra citação realizada pelo locutor é a da voz da coordenadora da campanha. Dessa forma, o conteúdo argumentativo é colocado sob um ângulo de vista de uma especialista. Há outro tom usado pelo locutor por essa forma enunciativa, contribuindo para o alocutário compreender o ponto de vista defendido pelo locutor sobre educar. Nesse discurso, observamos, então, que o conteúdo sobre educar sem palmada ou castigo é compartilhado por duas instâncias que se enunciam – a da mãe e a da coordenadora da campanha, para garantir os conteúdos comunicados.

A construção da argumentação final do locutor será na direção de comprovar a negação do uso da palmada ou castigo, mostrando uma forma diferente da doxal sobre educar e assumindo uma atitude de exclusão em relação ao conteúdo argumentativo atribuído ao alocutário de educar com palmada e castigo.

No discurso 03 – *A saúde é um direito?*, novamente a argumentação é construída para explicar a afirmação pressuposta: *sim, a saúde é um direito*. Nesse discurso, o debate que está colocado é entre os pontos de vista da pergunta, pela voz atribuída a um alocutário, *neg-saúde DC neg-direito*, e a do locutor, *neg-saúde PT direito*. A relação entre esses aspectos é de conversão. Percebemos que nesse discurso, o alocutário entende que como não há saúde, essa não é um direito. A comprovação de que não há saúde, pelo alocutário, é representada pelo argumento do aumento do número de pessoas que têm plano de saúde, colocado no discurso pelo locutor. Porém o locutor tem uma atitude de excluir esse conteúdo ao colocar - não há saúde, mas ela é um direito (o que corresponde ao aspecto transposto ao aspecto normativo – *saúde DC direito*). Ao excluir esse conteúdo, o locutor, indiretamente, assume que não concorda com a voz que o assume.

Dessa forma, o locutor concorda parcialmente com o alocutário (não há saúde), mas encadeia a sua construção de sentido sobre como garantir o direito à saúde (no que se diferencia do alocutário por assumir que a saúde é um direito, mesmo que não seja garantido pelos Estados).

Percebemos que nesse discurso, o locutor dirige-se também a outro alocutário, aquele que pode colaborar com a garantia do direito, pela aprovação da emenda constitucional.

Ocorre, de certa forma, uma enunciação indireta, com uma argumentação dita a um alocutário – que tem plano de saúde por pensar que a saúde não é um direito, mas endereçada para outro – aquele que sabe que a saúde é um direito e pode aprovar a Lei e aquele que deveria cumprir a execução da distribuição correta de verbas para a saúde. Esse entendimento decorre do enunciado: *Definitivamente, a Constituição Federal do nosso País deve ser levada a sério. A Comissão do SUS da Associação Médica do Rio Grande do Sul está engajada pela emenda 29. Somando todos os recursos (Municípios, Estados e União), o financiamento público da saúde no Brasil alcança somente 42% dos gastos totais da família brasileira com o setor (pesquisa de domicílios IBGE 2008). De lá para cá, a situação piorou em especial por parte da União, que a cada ano diminui sua participação em percentual comparando em especial com os municípios. Até quando a saúde da nossa população irá suportar? A mudança está, nesse momento, em nossas mãos. Façamos, dessa vez em todos os Estados, a “nossa” parte.*

Ao enunciar a Comissão do SUS da Associação Médica do Rio Grande do Sul, há uma identificação da voz do Locutor (*eu*), que convoca aqueles que devem fazer a outra parte, deputados e senadores pela aprovação da emenda e o Estado para distribuir a verba correta e garantir a saúde, a fazerem a deles.

Ao argumentar corroborando o conteúdo argumentativo da saúde ser um direito, o locutor também traz novos conteúdos argumentativos ao discurso e estabelece um conteúdo final – a saúde como direito que deve ser garantido. Por mudar o sentido de direito para direito a ser assegurado, o locutor mostra ao alocutário um sentido que ultrapassa aquele contido no bloco semântico inicial e sobre o qual o alocutário se indaga, a fim de justificar o ponto de vista final do locutor, a defesa da aprovação da emenda legal, conteúdo com o qual o locutor se compromete.

Ao verificarmos a relação locutor-alocutário do **discurso 05**, percebemos que o locutor atribui a um alocutário o aspecto argumentativo *quebra de patentes DC solucionar impasse de comercialização de medicamentos*, sobre o qual ele, locutor, irá se posicionar de forma contrária, a partir do aspecto recíproco *neg-quebra de patentes DC neg-solução de impasse de comercialização*. Assumir o recíproco permite a construção de um novo bloco, a busca de outro sentido argumentativo, nesse discurso, o de que é necessário um consenso entre as partes para resolver a questão da comercialização dos medicamentos.

Além desses usos da pergunta total indireta em nossas análises discursivas 04 e 06, verificamos também o uso da pergunta total do tipo retórico, segundo a definição de Anscombe e Ducrot (1983). Ao se tratar do caso da pergunta retórica, pela polifonia, o locutor conhece antecipadamente a resposta, da mesma forma que o alocutário. Por isso,

segundo Anscombe e Ducrot (1983), a resposta visada somente pode ser $\sim p$, o locutor da questão retórica não pode pretender saber p e exprimir uma incerteza em relação a p . Pela TAP, entendemos que a pergunta retórica tem por função convocar o alocutário a acompanhar uma argumentação sobre um tema, sendo este tema colocado em questão com a função de discutir um aspecto relacionado a ele.

Assim, para refletir sobre o desenvolvimento argumentativo a partir de uma pergunta total do tipo retórico, apresentaremos as observações dos discursos 04 e 06, de nossas descrições discursivas.

Ao olharmos os resultados referentes ao **discurso 04**, *Halloween: participação obrigatória?*, percebemos que essa pergunta do título é atribuída a um locutor que compartilha com o alocutário um questionamento sobre a obrigatoriedade do Halloween devido ao fato de essa ser uma atividade didática em quase todas as escolas. Os dois sabem que o Halloween não tem participação obrigatória, mas é o locutor que mostra em seu discurso uma argumentação explicando a não obrigatoriedade. O debate posto em cena pelo locutor é entre pais contrários ao Halloween *versus* escolas favoráveis ao Halloween. Para argumentar, o locutor toma atitudes de exclusão em relação aos conteúdos argumentativos atribuídos ao enunciador escola, apresentando, por meio da relação de conversão, o aspecto da não obrigatoriedade como sua argumentação.

No **discurso 06**, *Liberdade de crença: um passo atrás?*, a pergunta leva à apreensão de um discurso de orientação transgressiva, representado por *Liberdade de crença em t1 PT neg-liberdade de crença em t2*, como mostramos nas análises. Os conteúdos introduzidos pelo locutor, nesse discurso, estão no modo Locutor (*eu*), em que há relação desse locutor com um ângulo de vista teológico. É sob essa perspectiva que o locutor se compromete e coloca sua argumentação. O locutor responsável por esses enunciados, em alguns momentos do discurso, traz a voz de outros, do Mundo e do Ele, atribuindo um tom factual ao discurso e outras subjetividades. Com essas relações entre pontos de vista divergentes, pela comparação entre eles, o locutor se posiciona e estabelece um sentido argumentativo polifônico ao final, confirmando o retrocesso anunciado no bloco semântico relacionado ao enunciado interrogativo do início do discurso.

Após termos mostrado essas constatações referentes aos aspectos polifônicos das análises do *corpus*, podemos elaborar algumas considerações, unindo-nos a outros pesquisadores que se preocupam com o estudo da relação enunciativa pela ANL, entre eles Andersen (2006), Barbisan e Rörig (2009), Nunes (2010), Both (2011), Azevedo (2011).

Sabemos que a teoria polifônica está em discussão no momento, com conceitos em reelaboração, pelos estudos de Carel e Ducrot (2010), Carel (2011a; b) e Azevedo (2011). Não propomos uma avaliação desses conceitos, nosso enfoque está em ver como eles nos auxiliam a compreender a relação enunciativa estabelecida a partir do enunciado interrogativo. Nesse sentido, pelas análises, entendemos, primeiramente, que a presença de vozes diferentes no discurso atribuídas à instância do locutor e alocutário (voz colocada no discurso pelo locutor) justifica o fato de o título ser uma pergunta e não uma afirmação. A pergunta marca uma forma de diálogo e é uma maneira de convocar o alocutário, que tem a dúvida, a ler o discurso. A relação entre a pergunta e a resposta marca-se, então, por um debate sobre o tema colocado pelo enunciado interrogativo. Ao responder ao tema, o locutor constrói um ponto de vista por meio do enunciado resposta (discurso).

Não podemos deixar de relacionar o debate entre vozes com a questão da alteridade que subjaz à ANL e se mostra nas análises pela tomada de atitude do locutor frente aos conteúdos argumentativos. Segundo Ducrot (1987), a alteridade como valor constitutivo da enunciação está na base do estruturalismo em semântica linguística. Com relação à polifonia, segundo Ducrot (1987), a alteridade realiza-se internamente no discurso, por um diálogo cristalizado, “em que várias vozes se entrecrocaram” (DUCROT, 1987, p. 9). Ou seja, quando um locutor tem uma atitude de colocar, concordar ou excluir um conteúdo, ao mesmo tempo, de modo indireto, ele assume, concorda ou exclui outra voz (CAREL, 2011b). Destacando que essas vozes não correspondem a seres reais de fala, mas a figuras míticas, representativas de sentidos argumentativos e garantia de um dizer. No caso de nosso objeto de estudos, verificamos que a natureza da pergunta já é dialogal, uma vez que estabelece um outro e o convoca. Por isso o enunciado interrogativo já contém em si uma alteridade polifônica, sendo uma forma relacional de linguagem.

Assim, nesta tese, podemos entender que *a pergunta constitui uma construção argumentativa do locutor, o qual coloca um debate entre pontos de vista em cena – instâncias enunciativas – convocando o outro, que, no caso do discurso escrito, deve compreender o ponto de vista do locutor por meio da relação discursiva pergunta-resposta.*

Nesse sentido, pensamos ter confirmado nossa hipótese de que há um diálogo cristalizado no discurso, que se realiza por um debate polifônico entre pontos de vista colocados no discurso pelo locutor a partir do enunciado interrogativo, bem como pelas tomadas de atitude deste em relação aos conteúdos argumentativos, para a construção de sentido.

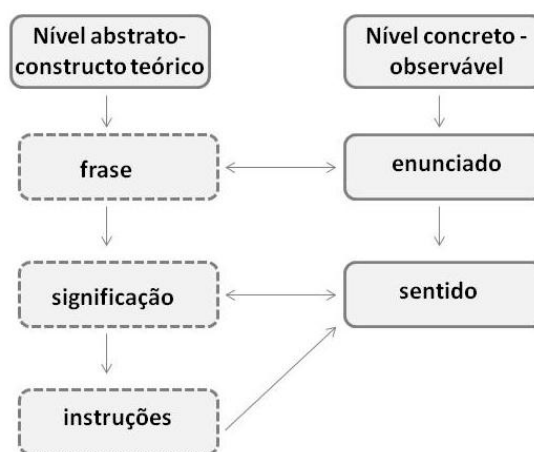
6.4.1.3 A significação da pergunta no discurso

Para estabelecer um *valor argumentativo da pergunta*, conforme o que vimos nas análises, trazemos, novamente, os conceitos, segundo Ducrot (1987), do termo *frase* como uma entidade teórica, construída pelo linguista para explicar o *enunciado*, realidade empírica, observável. O discurso é uma sequência de enunciados inter-relacionados. A significação é o valor semântico da frase; o sentido é o valor semântico do enunciado. A diferença mais importante entre significação e sentido é de natureza: *a significação é um conjunto de instruções que permitem compreender o sentido*.

Reiteramos que enunciação é um acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado, produzido por um *locutor*, designado por *eu*, ser discursivo responsável pelo enunciado, distinto do autor empírico de seu enunciado, para um *alocutário*, determinado por uma segunda pessoa, também um ser discursivo (DUCROT, 1987).

Representamos essas relações pela figura abaixo:

FIGURA 15: Relação frase e enunciado



Fonte: Figura elaborada com base em Ducrot (1987).

Considerando-se as relações apreendidas a partir da observação dos enunciados nos discursos analisados, definimos um conjunto de instruções a partir da frase interrogativa para se chegar a um valor semântico do enunciado interrogativo como: *Ao enunciar um enunciado e?, ao qual subjaz uma frase f?, essa frase contém um conjunto de instruções que permite atribuir uma dúvida sobre f ou não f*. Ao olharmos para o enunciado, podemos apreender a

polifonia, ou seja, perceber diferentes aspectos argumentativos relacionados a instâncias enunciativas (enunciadores), que permitem ao locutor responder colocando ou *e* ou *não e* como seu ponto de vista e encadear, a partir desse, outra argumentação. A própria significação da frase, portanto, da língua, dá instruções para a elaboração de sentidos.

Dessa forma, o valor semântico da pergunta no discurso pela TAP é o de estabelecer uma relação entre locutor (autor) e alocutário (leitor) e introduzir um ponto de vista (bloco semântico) sobre o qual o locutor (autor) se posiciona e desenvolve sua argumentação (discurso).

Essa significação da pergunta, apresentada anteriormente, embasa-se principalmente nos estudos de Anscombe e Ducrot (1983); Ducrot (1984); Ducrot e Carel (2008) e procura contemplar os três fatores que compõem a significação – conteúdo argumentativo, atitude do locutor e enunciador/Pessoa, segundo Carel e Ducrot (2010), Carel (2010; 2011b), a fim de explicar o que observamos em nossas análises.

Com relação ao caso da pergunta retórica, os discursos 04 e 06 comprovam a hipótese de Anscombe e Ducrot (1983), de que “toda uma categoria de interrogações retóricas (...), servem a apresentar como evidente uma resposta negativa” (*op. cit.*, p.130). Assim, o locutor encadeia seu discurso a partir do sentido de *não f* (subjacente a *e*).

Além disso, ao construir as argumentações, os locutores precisam mostrar ao alocutário o seu comprometimento com o conteúdo argumentativo a fim de apresentarem uma solução para a dúvida, uma resposta aceitável. Portanto, em seu discurso, os locutores introduzem conteúdos e tecem relações que os levam a estabelecer um sentido a partir da pergunta e que a ultrapasse, o que se dá por meio de uma relação argumentativa-polifônica entre a pergunta e os enunciados-resposta.

Sabemos que seis discursos não podem sustentar afirmações contundentes sobre a significação da pergunta a partir de seu uso discursivo. Nossas conclusões são restritas e necessitam de maiores averiguações em um *corpora* maior e com a exploração de outros aspectos relacionados à pergunta.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A língua, ou o sistema
semiológico, qualquer
que seja, não é um barco
no estaleiro, mas um
barco lançado ao mar.
Ferdinand de Saussure*



*Van Gogh
Vista do mar em Scheveningen*

Neste trabalho, desenvolvemos um estudo da pergunta no discurso pelo viés argumentativo-polifônico concernente à Teoria da Argumentação na Língua. Para dar suporte ao nosso estudo específico do enunciado interrogativo, tomamos, principalmente, o trabalho de Anscombre e Ducrot (1983), bem como os conceitos relacionados à Teoria dos Blocos Semânticos, segundo Ducrot e Carel (2008), e à Teoria Argumentativa Polifônica, de acordo com Carel e Ducrot (2010), Carel (2010; 2011b). Defendemos que a pergunta contém uma indicação argumentativa, a partir do bloco semântico que a compõe, a qual conduz o encadeamento argumentativo da resposta e tem parte no sentido global do discurso. A pergunta também estabelece um diálogo cristalizado marcado pelos enunciados polifônicos.

Para alcançarmos nossos objetivos, iniciamos nossos trabalhos apresentando as bases da teoria no capítulo dois, “O *outro* no discurso: de Platão a Saussure, Benveniste e Ducrot”. Evidenciamos, neste capítulo, a questão da alteridade que subjaz a ANL. A alteridade ancorada na filosofia de Platão é trazida para a ANL por seu caráter de diversidade relativa, quer dizer, é possível entender uma coisa pelo que ela não é, noção elaborada também por Saussure, ao propor a teoria do valor.

No capítulo três, “Quadro teórico: a argumentação na língua”, apresentamos os conceitos internos da TBS e da TAP, sob os quais desenvolvemos nossas hipóteses internas de pesquisa, a metodologia e as discussões sobre as análises. Ou seja, realizamos uma investigação de cunho linguístico, em que procuramos penetrar na linguagem pelas marcas dos enunciados, resgatando aspectos da enunciação relacionados ao enunciado interrogativo, segundo a definição de Ducrot (1987).

Antes de apresentarmos a proposta teórica de abordagem do enunciado interrogativo, mostramos, no capítulo quatro, “A pergunta no discurso: caminhos possíveis”, outros

trabalhos sobre a pergunta com o intuito de explicitar em que medida nossa abordagem se aproximava ou divergia das demais. Adotamos essa medida a fim de mostrar ao leitor os motivos que nos permitiram ancorar nossos estudos na perspectiva argumentativo-polifônica. Acreditamos, também, que observar um objeto sob outros olhares leva a uma maior compreensão desse constructo. Realizamos assim, uma forma de alteridade exterior, pela diversidade relativa entre perspectivas teóricas definimos nossa posição investigativa, e, de certa forma, nosso objeto.

Na sequência desta tese, no capítulo cinco, “A pergunta pela Teoria da Argumentação na Língua”, trouxemos um primeiro estudo argumentativo da pergunta, realizado por Anscombe e Ducrot (1983), no qual nos ancoramos para definir nossas hipóteses. Com a leitura crítica do artigo, verificamos, resumidamente, que a pergunta tipo total, sob a abordagem da ANL, é constituída por uma dúvida, atribuída a um alocutário e representada por duas polaridades: p e $\sim p$. A solução dessa dúvida é dada por um locutor que argumenta pela orientação negativa da resposta contida na pergunta. Envolvidos pelas colocações desses autores, pensamos poder ampliar o campo de investigação da pergunta trazendo-o para o momento atual da ANL, a TAP, bem como, pretendemos olhar para o discurso na sua complexidade, ou seja, a realização de um texto.

Dessa forma, no capítulo seis, “Considerações metodológicas e análises”, elaboramos três hipóteses investigativas: (i) no caso de um discurso escrito formado a partir de um enunciado interrogativo e com uma sequência de enunciados como resposta, o enunciado interrogativo está em relação com os enunciados que o seguem e participa da construção do sentido global do discurso; (ii) a pergunta do tipo total deve constituir um dos segmentos do encadeamento argumentativo referente ao sentido global do discurso, em DC ou PT; (iii) a pergunta orienta o debate polifônico entre pontos de vista, para a construção de sentido no discurso. Para testar as hipóteses, analisamos seis discursos investigando as relações entre os encadeamentos argumentativos e os pontos de vista do locutor.

Antes de apresentarmos nossas observações sobre as análises, retomamos que nosso instrumento de observação deu-se pela análise dos encadeamentos argumentativos, isto é, a sequência de enunciados ligados por um conector. O locutor é o responsável pelos enunciados em seu discurso. Da mesma forma, ao deprendermos um bloco semântico do enunciado interrogativo, estamos considerando que as entidades da língua, ao evocarem um encadeamento normativo, ao mesmo tempo, evocam um encadeamento transgressivo. Tanto o encadeamento normativo quanto o transgressivo estão inscritos como possibilidades na significação da frase subjacente à pergunta. O que explicaria a possibilidade de argumentar

em direções contrárias a partir desse enunciado, atribuindo uma voz a um alocutário que questiona em relação à voz do locutor que responde. Além disso, uma argumentação estar em relação de conversão à outra representa uma negação, conseqüentemente, após negar um sentido argumentativo, o locutor deve apresentar o sentido argumentativo com o qual se responsabiliza.

Ao olharmos para a relação entre a pergunta e a resposta, verificamos que, no encadeamento final, a pergunta está inscrita em um dos segmentos. Voltando para os resultados dos discursos analisados, observamos também que a composição dos encadeamentos finais contém um primeiro segmento (aporte) constituído pelo aspecto do conteúdo argumentativo assumido pelo locutor como resposta sobre a dúvida contida na pergunta, e um segundo segmento (suporte), pelo aspecto representativo de um novo conteúdo argumentativo trazido no discurso pelo locutor para corroborar a sua argumentação.

Assim, retomando o discurso 01, “Verão em outubro?”, o primeiro segmento do encadeamento global do discurso corresponde à afirmação do locutor a partir da pergunta – *é verão em outubro*, sendo esse o suporte, o qual é sustentado por um segundo sentido de verão, o climatológico, que forma o aporte, conteúdo encadeado ao discurso pelo locutor. No discurso 02, “Educação sem palmada ou castigo?”, no sentido global, o aporte refere-se à posição do locutor sobre o tema educação, em que o locutor corrobora a negação - *sem punir*, e, por meio de um novo sentido, o locutor constrói a sua argumentação sobre o suporte *educar - Educar é colocar limites e exigir reparação de erros*. No discurso 03, “A saúde é um direito?”, o ponto de vista final do locutor corresponde a: *Para garantir o direito à saúde pelo Estado é preciso aprovar uma emenda*. Nesse caso, o suporte da argumentação decorre de um aspecto converso do bloco, o *não cumprimento do direito à saúde*, a partir da pergunta, e a argumentação é construída para defender o aspecto normativo contido na pergunta: *a saúde é um direito*, com um novo conteúdo argumentativo colocado pelo locutor, o aporte: *a aprovação de uma emenda constitucional*.

Com relação ao discurso 04, “Halloween: participação obrigatória?”, o ponto de vista final do locutor sobre a obrigatoriedade do Halloween é: *Como o Halloween tem conotação religiosa, é inconstitucional obrigar a participação nas celebrações desta data*. Assim, para assumir a negação presente na pergunta, aporte do encadeamento, *não é obrigatório*, o locutor apresenta um conteúdo argumentativo como suporte de sua negação, *a relação da data a aspectos religiosos*. Sobre o discurso 05, “Quebra de patentes resolve?”, temos como encadeamento que resume a argumentação final do locutor, o de que: *como a quebra de patentes não resolve o impasse entre as partes, é preciso buscar uma nova alternativa para*

atender as duas partes envolvidas. Nesse caso, o suporte da argumentação final é a negação da quebra de patentes, e o aporte é a necessidade de uma nova solução pelo consenso entre as partes envolvidas na polêmica. Por fim, quanto ao discurso 06, “Liberdade religiosa: um passo atrás?”, o locutor constrói uma argumentação hipotética sobre uma situação futura, para convencer contra a aprovação de uma Lei da Homofobia, relacionada ao momento presente, chegando ao encadeamento final: *Se for aprovada a “Lei da Homofobia” (situação futura) (suporte), a liberdade de crença será restrita (aporte).*

Dessa forma, o enunciado interrogativo coloca possibilidades de encadeamento do qual ele também participa para a construção de sentidos. Além disso, o fato de a pergunta constituir um dos segmentos do encadeamento final mostra que ela é necessária para a compreensão do sentido global do discurso, uma vez que o suporte A é percebido como orientado para B, e que o próprio termo B é percebido como fundamentado em A (DUCROT; CAREL, 2008). Os dois segmentos, A e B, do encadeamento final referem-se ao ponto de vista com o qual o locutor se compromete em seu discurso.

Com relação ao aspecto da alteridade, esse é essencial para a constituição do ponto de vista discursivo. Pelas comparações entre vozes diferentes, podemos delimitar um posicionamento do locutor e identificar sua argumentação. Desse modo, pelo debate entre vozes discursivas internas (constitutivas do enunciado pelo linguístico), a alteridade polifônica, o locutor compara pontos de vista diferentes ao encadear enunciados e mostra ao alocutário o sentido com o qual se compromete.

Afora isso, ao analisarmos a pergunta no discurso pela ANL, pensamos corroborar a explicação que Ducrot (1998) dá sobre a utilidade de uma teoria linguística para a análise da língua em uso. Segundo o autor, os linguistas, com suas análises descritivas de textos, podem contribuir com a interpretação aprofundada de um texto, diferenciando sua análise daquela do conhecimento “prático” de uma língua. Ao descrever um texto, o linguista apresenta um sentido pretendido pelo produtor do texto, no entanto, deve mostrar além do que está explicitado e explicar o funcionamento da linguagem.

Nesta tese, acreditamos que, por meio das análises do *corpus* sob os conceitos teóricos da ANL, pudemos explicar um pouco mais sobre como a pergunta se relaciona com os encadeamentos que a seguem e formam a resposta, evidenciando a interdependência entre pergunta e resposta pelo encadeamento representativo do sentido global do discurso. O sentido decorrente dessa relação poderia ser apreendido sem uma explicação teórica, mas a dependência entre a pergunta e o texto é mostrada e explicada pelo conhecimento teórico.

Com isso, evidenciamos interpretações que talvez passassem despercebidas pelos leitores sem esse conhecimento teórico.

Por fim, temos ciência de que todo trabalho acadêmico está sujeito a constantes aperfeiçoamentos devido ao seu caráter de incompletude. Acreditamos assim, realizar, por meio desta tese, um movimento dialético, apresentando hipóteses decorrentes de diálogos anteriores para, a partir de reflexões posteriores, dialogar novamente com outros estudos da pergunta e alcançar um desenvolvimento maior do tema.

Entre as possibilidades de continuação desta tese, mencionamos os estudos argumentativos da pergunta relacionados ao gênero discursivo e os estudos de outras formas de enunciados interrogativos pela TAP, como o caso da pergunta alternativa. Além disso, acreditamos que as questões discutidas possam servir para um olhar diferenciado sobre a questão do título de um discurso, sendo que esse também se relaciona ao sentido argumentativo, tema que não exploramos e que pode levar a outras conclusões ao ser investigado linguisticamente.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Ana Bela. Quês e porquês da interrogação. *Cadernos WGT - Co(n)texto*, dez./2009, Lisboa, Portugal, p. 11-20.

ANDERSEN, Elenice Maria Larroza. *O tu construído no discurso do eu: uma abordagem polifônico-discursiva da segunda pessoa*. 2006. 149f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ANSCOMBRE, Jean-Claude, DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. Pierre Mardaga, Editeur, Bruxelles, 1983. 181p.

ANSCOMBRE, Jean-Claude, DUCROT, Oswald. *La argumentación en la lengua*. Tradução Julia Sevilla e Marta Tordesillas. Madri: Editorial Gredos, 1994. p. 273.

ARMENGAUD, Françoise. *A pragmática*. Tradução Marcus Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. 158p.

ARANHA, Simone Dália de Gusmão. *Os enunciados interrogativos no hiperbanner: uma abordagem semântico-discursiva*. 2007. 169f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2007.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 136 p.

AZEVEDO, Tânia M. Semântica Argumentativa: esboço de uma definição do sentido no discurso. In: BARBISAN, L.B. (Org.). *Cadernos de Pesquisas em Linguística: A construção do sentido no discurso*, Porto Alegre, v. 2, n.1, p. 135-150, nov. 2006.

AZEVEDO, Tânia M. Outras vozes na argumentação: atualização da polifonia e reformulação da descrição semântico-argumentativa do discurso. In: *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 64-72, jan./mar. 2011.

BARBISAN, Leci Borges. As raízes da Teoria da Argumentação na Língua. In: SILVA, Joseli M. da; ESPÍNDOLA, Lucienne (Orgs.). *Argumentação na Língua: da Pressuposição aos Topoi*. João Pessoa, PB: Editora Universitária, 2004. p. 21-43.

BARBISAN, Leci Borges. O conceito de enunciação em Benveniste e Ducrot. In: GIACOMELLI, Karina; PIRES, Vera Lúcia. (Orgs). *Émile Benveniste: interfaces enunciação & discurso*. Letras n. 33, PPGL Editores, UFSM, jul./dez. 2006, p. 23-35.

BARBISAN, Leci Borges; FLORES, Valdir do N. A enunciação em perspectiva (Apresentação). In: *Letras de Hoje*, v. 44, n.1, jan./mar. 2009. p. 5-8.

BARBISAN, Leci Borges; RÖRIG, Cristina. A compreensão e a interpretação do discurso. In: *Revista Desenredo*, vol. 5, n.1, jan./jun. 2009, p. 32-47.

BARBISAN, Leci B. *et al.* Perspectivas discursivo-enunciativas de abordagem do texto. In: BENTES, Anna Christina; LEITE, Marli Quadros (Orgs.). *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010, p.171 - 224.

BARBISAN, Leci Borges; DI FANTI, Maria da Glória Côrrea. Estudos da enunciação: bases epistemológicas e perspectivas atuais. In: BARBISAN, Leci Borges; DI FANTI, Maria da Glória Côrrea (Orgs). *Cadernos de Pesquisas em Linguística: Estudos da enunciação*. Porto Alegre, v. 5, n. 1, nov. 2010, p. 05-25.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri: revisão do prof. Isaac Nicolau Salum. 5ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005. 383p.

BERRENDONNER, Alain. *Éléments de pragmatique linguistique*. Les editions de Minuit, 1981. 243p.

BOTH, Joseline Tatiana. *A teia do discurso: alguns aspectos da alteridade*. 2011. 161 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CAREL, Marion. Polifonia e Argumentação. Tradução Telisa Furlanetto Graeff. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 6, n. 1, jan./jun. 2010, p. 22-36.

_____. *L'Entrelacement argumentatif. Lexique, discours et blocs sémantiques*. Paris: Éditions Honoré Champion, coll. "Bibliothèque de grammaire et de linguistique, n.36, 2011a. 480 p.

_____. A polifonia linguística. Tradução Leci Borges Barbisan. In: *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, jan./mar. 2011b, p. 27-36.

CAREL, Marion, DUCROT, Oswald. Le problème du paradoxe dans une sémantique argumetative. In: *Langue française*, v. 123, n. 1, 1999, p. 6-26.

_____. _____. *La Semantica Argumentativa*. Una introducción a la teoría de los bloques semánticos: Edición literaria a cargo de María Marta Negroni y Alfredo M. Lescano. 1 ed. Buenos Aires: Colihue, 2005. 221p.

_____. _____. Atualização da Polifonia. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 6, n. 1, jan./jun. 2010, p. 9-21.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo : Contexto, 2008. 255p.

CORDERO, Nestor-Luis. *Le sophiste*. Paris: GF Flammarion, 1993. 319p.

CULIOLI, Antoine. *Pour une linguistique de l'énonciation*. Opérations et représentations. Tome I. Paris, França: OPHRYS, 2000. 223p.

DEPECKER, Loïc. *Comprendre Saussure*. Paris: Armand Collin, 2009. 184p.

DUCROT, Oswald. Analyse de texts et linguistique de l'énonciation. In: _____. *Les mots du discours* (en collaboration). Paris: Les Éditions de Minuit, 1980. p. 7-56.

_____. Enunciação. In. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa Nacional, 1984. p. 368-393.

_____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987. 222p.

_____. *Logique, structure, énonciation*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989. 192p.

_____. La polifonía en lingüística In: _____. *Polifonia Y argumentación*. Conferencias del seminário teoria de la argumentacion y analisis del discurso. 1 ed. Cali: Universidad del Valle, 1990. p. 15-30.

_____. Sémantique linguistique et analyse de textes. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *Cadernos de Estudos Linguísticos*. n. 35, jul./dez. 1998, p. 19-36.

_____. Sentido y argumentación. In: NEGRONI, María Marta, ARNOUX, Elvira. Narvaja de. *Homenaje a Oswald Ducrot*. Buenos Aires: Eudeba, 2004. p. 359-370.

_____. A pragmática e o estudo semântico da língua. In: *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.40, n1, mar. 2005a, p. 9-21.

_____. La valeur argumentative de l'interrogation totale: son influence sur l'interprétation des interrogatives portant sur des concessives et sur des conditionnelles. In: ROSSARI, Corinne et al. *Les états de la question*. Québec: Éditions Nota Bene, 2005b.

_____. La sémantique argumentative peut-elle se réclamer de Saussure? In: SAUSSURE, Louis de. *Nouveaux regards sur Saussure*. Mélanges offerts à René Amacker. Genève: Librairie Dolz S.A., 2006. p. 153-170.

_____. Argumentação Linguística e Argumentação retórica. In: *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 20-25, jan./mar. 2009a, p. 20-25.

_____. Prefácio. In: VOGT, Carlos. *O intervalo semântico*. 2 ed. ver. São Paulo : Ateliê Editorial/Campinas: Editora da Unicamp, 2009b.

DUCROT, Oswald; CAREL, Marion. Les propriétés linguistiques du paradoxe: paradoxe et négation. In: *Langue française*, v. 123, n. 1, 1999, p. 27-40.

_____. _____. Descrição Argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. In: *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, jan./mar. 2008, p. 7-18.

FLORES, Valdir do N.; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 63-72.

FLORES, Valdir do N.; TEIXEIRA, Marlene T. Saussure, Benveniste e a Teoria do Valor: do valor e do homem na língua. *Letras & Letras (UFU)*, v. 1, 2009, p. 73-84.

FRANCKEL, Jean-Jacques. Introdução. In: VOGÜÉ, Sarah de. *Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação*. VOGÜÉ, Sarah de; FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Denis. Organização de textos e de tradução Márcia Romero e Milene Biasotto-Holmo; posfácio FLORES, Valdir do N. São Paulo: Contexto, 2011a. p. 15-30.

_____. Referência, referenciação e valores referenciais. In: VOGÜÉ, Sarah de. *Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação*. VOGÜÉ, Sarah de.; FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Denis. Organização de textos e de tradução Márcia Romero e Milene Biasotto-Holmo; posfácio FLORES, Valdir do N. São Paulo: Contexto, 2011b. p. 31-56.

_____. Da interpretação à glosa: por uma metodologia da reformulação. In: VOGÜÉ, Sarah de. *Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação*. VOGÜÉ, Sarah de.; FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Denis. Organização de textos e de tradução Márcia Romero e Milene Biasotto-Holmo; posfácio FLORES, Valdir do N. São Paulo: Contexto, 2011. 2011 c. p. 103-130.

FREITAS, Ernani C. A Teoria da Argumentação na Língua: blocos semânticos e a descrição do sentido no discurso. In: BARBISAN, Leci Borges (Org.). *Cadernos de Pesquisas em Linguística – A construção do sentido no discurso*, Porto Alegre, v. 2, n.1, nov./2006. p. 135-150.

GRÉSILLON, Almuth. Interrogation et interlocution. In: *DRV L – Revue de linguistique*, Paris, n. 25, 1981, p. 61-75.

HAILLET, Pierre Patrick. *Pour une linguistique des représentations discursives*. Bruxelles, Belgique: De Boeck & Larcier s.a., 2007. 204p.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss eletrônico*. Editora Objetiva Ltda, 2009.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *La question*. Presses Universitaires de Lyon, 1991. 380p.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Os atos de linguagem no discurso*. Teoria e Funcionamento. Tradução Fernando Afonso Almeida de e Irene Ernest Dias. Niterói: EdUFF, 2005. 220p.

LEVINSON, Stephen C. *Pragmática*. Tradução de Luís Carlos Borges, Aníbal Mari, revisão da tradução Aníbal Mari, revisão técnica Rodolfo Ilari. São Paulo : Martins Fontes, 2007. 543p.

MATISSE, Henri. *Paintings*. Disponível em:< <http://www.henri-matisse.net/index.html>> Último acesso em 20/09/2011.

MEYER, Michel. Présentation. In: *Langue française*, n. 52, 1981. p. 3-4.

MONET, Claude. Disponível em <<http://www.intermonet.com/oeuvre/giverny.htm>>. Último acesso em 22/09/2011.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional*. Uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. 2ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005. 271p.

NORMAND, Claudine. *Saussure*. Tradução de Ana de Alencar e Marcelo Diniz. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. 184p.

NUNES, Érica Kraschefski. *Uma abordagem semântico-argumentativa do locutor e do alocutário no discurso*. 2011. 95f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PARRET, Herman. Ce qu'il faut croire et desirer, pour poser une question. In: *Langue française*, n. 42, 1979, p. 85-93.

PLATÃO. 427-347 (a.C.). *Diálogos I: Teeteto (ou do conhecimento), Sofista (ou do ser), Protágoras (ou sofistas) / Platão*; tradução, textos complementares e notas Edson Bini. Bauru, SP: EDIPRO, 2007.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteca Central Ir. José Otão. *Modelo para apresentação de trabalhos acadêmicos, teses e dissertações elaborado pela Biblioteca Central Irmão José Otão*. 2011. Disponível em: <www.pucrs.br/biblioteca/trabalhosacademicos>. Acesso em: 30 jul. 2011.

RÉCANATI, François. Le développement de la pragmatique. In: *Langue Française*, n. 42, 1979, p. 6-20.

ROGUE, Christopher. *Compreender Platão*. 3ed. Tradução de CLASEN, Jaime A. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007. 206p.

ROSSARI, Corinne et al. *Les états de la question*. Québec: Éditions Nota Bene, 2005. 248p.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 24ed. São Paulo: Cultrix, 2000. Tradução do francês (título original: Cours de Linguistique Générale) por Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blickstein. 273p.

_____. *Escritos de Linguística Geral*. BOUQUET, Simon e ENGLER, Rudolf (Orgs.) e WEILL, Antoinette (Col.). Tradução Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lucia Franco. São Paulo: Cultrix, 2004. 296p.

SEARLE, John R. *Os actos de fala*. Um ensaio de Filosofia da Linguagem. Tradução Carlos Vogt (caps. 1 e 2); Ana Cecília Maleronka (caps. 3 e 4); Balthazar Barbosa Filho (cap. 5); Maria Stela Gonçalves (caps. 6 e 7); Adail Ubirajara Sobral (cap. 8). Coimbra, Portugal: Livraria Almedina, 1981. 248p.

SEARLE, John R. *Expressão e significado*. Estudos da teoria dos atos de fala. Tradução Ana Cecília G. A. de Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 289p.

SPINOLA, Sibylle Sauerwein. *La représentation critique du discours de l'autre: le questionnement oppositif*. Münster: Lit, 2000. 230p.

SPINOLA, Sibylle Sauerwein. Pourquoi diable pose-t-elle toujours des questions? Quelques réflexions sur les mécanismes inhérentes au questionnement partiel. In: *Revue Romane*, n. 40, v. 1, 2005, p. 111-124.

SOUZA, Juliana A. de C. *O papel da modalidade interrogativa nas unidades informativas do artigo de opinião autoral*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, UNISINOS, São Leopoldo, jan. 2006. 258p.

URBANO, Hudinilson, *et al.* Perguntas e respostas na conversação. In: CASTILHO, A. T. (Org.). *Gramática de usos do português falado*. Vol. III. Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1993. p. 75-98.

VOGÜÉ, Sarah de. *Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação*. VOGÜÉ, Sarah de; FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Denis. Organização de textos e de tradução Márcia Romero e Milene Biasotto-Holmo; posfácio FLORES, Valdir do N. São Paulo: Contexto, 2011. 221p.

VOGÜÉ, Sarah de.; PAILLARD, Denis. Marcadores discursivos e cena enunciativa. In: VOGÜÉ, Sarah de. *Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação*. VOGÜÉ, Sarah de.; FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Denis. Organização de textos e de tradução Márcia Romero e Milene Biasotto-Holmo; posfácio FLORES, Valdir do N. São Paulo: Contexto, 2011. p. 161-186.